

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL – PPGMS

FERNANDA DA COSTA MONTEIRO ARAÚJO

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e seu Arquivo: A importância da documentação no processo de construção da memória (1983-2003)

Rio de Janeiro
2015

FERNANDA DA COSTA MONTEIRO ARAÚJO

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e seu Arquivo: A importância da documentação no processo de construção da memória (1983-2003)

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Linha de Pesquisa: Memória e Espaço.

Orientadora: Prof. Dra. Andréa Lopes da Costa Vieira

Rio de Janeiro

2015

FERNANDA DA COSTA MONTEIRO ARAÚJO

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e seu Arquivo: A importância da documentação no processo de construção da memória (1983-2003)

Aprovada em de de .

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Andréa Lopes da Costa Vieira (Orientadora) – PPGMS/UNIRIO

Prof. Dra. Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei – PPGMS/UNIRIO

Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis – PPGARQ/UNIRIO

Prof. Dra. Luciana Quillet Heymann – CPDOC/FGV

Prof. Dra. Clarissa Moreira dos Santos Schmidt – UFF

Rio de Janeiro

2015

DEDICATÓRIA

À dor e a delícia de ser mãe.
À Joana.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a orientadora desta tese, Andréa Lopes da Costa Vieira, pela ajuda e compreensão em diversos momentos da pesquisa, principalmente no que se refere às impossibilidades de tempo devido a minha gestação.

Aos professores titulares da banca pela disponibilidade e compreensão neste momento tão importante da minha vida, a gestação de dois filhos, a tese e a Joana. Além dos conselhos e sugestões desde a qualificação.

Ao meu marido, Daniel Campelo de Oliveira, pelo companheirismo e cumplicidade de sempre. Pelas trocas intelectuais e paciência nas discussões. Pelo incentivo e força de não me deixar desistir.

Aos amigos do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos da Unirio, esse grupo do qual tenho imenso orgulho de fazer parte. Foi um sonho alcançado com muita persistência e dedicação e que hoje é coroado de forma emocionante com a titulação de doutora. Espero contribuir cada vez mais para o crescimento da Arquivologia no Brasil.

E não poderia deixar de agradecer a esse “serzinho” que vem me acompanhando, a pelo menos oito meses no processo de luta que é a escrita e leitura de uma tese. Filha, Joana, obrigada pela companhia, pelos nossos papos no intervalo entre um parágrafo e outro, você já me ensinou muito! Saiba que você tornou essa fase mais leve e muito mais especial!

RESUMO

O objetivo principal da pesquisa é analisar o processo de construção de memória da Central Única dos Trabalhadores - CUT através dos documentos arquivísticos produzidos entre os anos de 1983, ano de fundação, até 2003, quando a entidade completou vinte anos de existência. A pesquisa aborda a análise da documentação custodiada pelo Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT – CEDOC CUT, com o objetivo de pensar estrategicamente a posição deste centro e identificar os elementos para o processo de construção de memória da central de trabalhadores através do arquivo. A documentação analisada foi definida pela instituição como “Fundo CUT” e possui documentos de diversas secretarias da central sindical. Pretendemos através da documentação arquivística produzida pela CUT nacional e custodiada pelo CEDOC CUT entender se é possível reconhecer o processo de construção da memória e identidade da CUT nos documentos de arquivo, identificando aspectos que aproximem ou distanciem a atuação atual da CUT dos objetivos iniciais que pautaram sua fundação.

Palavras-chave: Memória, Arquivo, Central Única dos Trabalhadores

ABSTRACT

The main objective of this research is to analyze the memory-building process of CUT (Workers Union) through archival documents produced between 1983, year of foundation until 2003, when the entity has completed twenty years old. The research is focused on the analysis of the s documentation stored by CUT`s Documentation and Memory Centre - CEDOC CUT, in order to strategically think the position of this Center and identify the elements for helping on the central the building process of the workers memory through the CUT`s archive. The analyzed documentation was called by the institution as "CUT archive" and there are documents from several departments of the trade union federation. The thesis aims to understand through the research on the archival documents produced and stored by CEDOC CUT if it is possible to recognize the process of construction of memory and identity of the CUT in archival documents.

Keywords: Memory, Archive, CUT

SUMÁRIO

Introdução.....	09
Capítulo 1 Discussões em torno do conceito de arquivo	20
1.1 A memória na modernidade	20
1.2 Arquivos: Os documentos enquanto ferramentas de disputa pela memória.....	31
1.2.1 Paradigma clássico.....	49
1.2.2 Novas perspectivas: Mudança de paradigmas?	55
Capítulo 2 O movimento operário no Brasil (1983 – 2003).....	59
2.1 Breve trajetória do movimento operário (1950 – 1980).....	60
2.2 Nova configuração das questões trabalhistas (1980 – 1990).....	64
2.3 Perspectivas pós-CUT e o “Novo Sindicalismo” (1983 – 2003).....	72
Capítulo 3 O arquivo da Central Única dos Trabalhadores (CUT)	79
3.1 O Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT – CEDOC.....	81
3.2 A documentação da Central Única dos Trabalhadores – CUT / Fundo CUT.....	83
3.3 Arquivos e Centros de Documentação e Memória: diferenças conceituais.....	110
Capítulo 4 Os usos do arquivo.....	118
4.1 Importância e funcionalidade do arquivo no interior do movimento operário: Relatos	125
4.2 A memória e identidade do movimento operário: Análise dos relatos. ..	135
Considerações Finais	147
Referências Bibliográficas e Fontes	155
Anexos e Apêndices	161
Apêndice 1	161
Apêndice 2	162
Apêndice 3	166
Anexo 1.....	168
Anexo 2.....	171
Anexo 3.....	189

INTRODUÇÃO

As transformações em âmbito mundial que marcaram os últimos dois séculos, no Brasil mais especificamente os últimos trinta anos, exemplificadas, entre outros elementos, pela emergência de um novo modelo governamental neoliberal, que prioriza a produção e o mercado em detrimento das questões sociais, fizeram com que parcelas da sociedade se organizassem em busca de novas iniciativas e articulações no sentido do bem comum.

Dessa forma, tornou-se frequente no Brasil o surgimento de movimentos de cunho reivindicatório e com propostas sociais de defesa dos setores menos favorecidos socialmente. Nessa conjuntura, percebemos a emergência de demandas específicas que acabaram convergindo em movimentos mais amplos, orquestrados por diversos grupos de defesa e reivindicação desses setores.

Nesse contexto, diversos agentes sociais precisaram se adequar à nova realidade política, ou seja, precisaram atuar em esferas que deveriam ser de responsabilidade do Estado *stricto sensu*; e com o movimento operário não foi diferente. Ao pensar a atuação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) como uma das principais instituições representativas do movimento sindical na conjuntura contemporânea, visto que durante muito tempo atuou como a única central sindical brasileira convergindo inúmeras demandas das várias categorias de trabalhadores, é preciso fazer uma análise da história de sua criação perpassando pela trajetória do próprio movimento operário, no sentido de entender o processo de construção de memória dessa instituição e do grupo ao qual representa nos dias atuais.

A trajetória de lutas e reivindicações do movimento operário, assim como a sua estrutura organizacional interna, modificou-se ao longo do processo histórico brasileiro e essas transformações quase sempre estiveram alinhadas com a conjuntura política nacional, retratando, em muitos aspectos, características inerentes à sociedade brasileira.

A combinação de alguns fatores conjunturais nas duas últimas décadas fez com que o movimento de trabalhadores urbanos se adequasse à nova realidade. Ricardo Pimenta e Marco Aurélio Santana¹ identificam três desses fatores, a saber: a globalização econômica nacional; a rápida reestruturação industrial e os processos de privatizações que fragmentaram as bases sociais do movimento operário. Segundo os

¹ SANTANA, Marco Aurélio; PIMENTA, Ricardo M. Public History and Militant Identities: Brazilian Unions and the Quest for Memory. In: *International Labor and Working-Class History*, n. 76, 2009, p. 65-81.

autores, esses processos mudaram completamente o cenário existente no interior do movimento, fazendo com que introduzissem diferentes estratégias para tentar recuperar o terreno perdido.

Essa fragmentação que marcou o movimento operário, principalmente a partir dos anos 80, redefiniu sua linha de atuação a partir de então, com o estabelecimento de novas alianças e posturas frente aos desafios sociais e econômicos que afligiam a classe trabalhadora ao longo dos anos.

A análise da trajetória do movimento operário aponta que o processo de rupturas e continuidades é permanente. O discurso por vezes transformador, que iria legitimar a fundação da CUT, não se concretizou em alguns aspectos, mantendo elementos tradicionais no interior do movimento. No entanto, a partir dos anos 80, a necessidade de uma “nova” identidade operária passou a ser uma das principais reivindicações dos líderes, originando o que veio a ser conhecido como o “novo sindicalismo”.

O objetivo era romper com todas as referências passadas, que ligavam os sindicatos a uma época que precisava ser esquecida. A década de 80 ficou marcada por várias disputas e conflitos ideológicos que influenciaram a construção da memória e identidade do movimento operário.

Michael Pollak² utiliza o conceito de “trabalhos de enquadramento da memória” para explicar uma memória constituída por determinado grupo. Grupos ou vertentes disputam uma memória específica que ajuda a construir sua identidade, algo que os dê reconhecimento. O enquadramento da memória reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas esse enquadramento do passado é feito a partir de uma exigência de credibilidade, sob o risco de desintegrar referenciais fundadores.

O debate mais aprofundado sobre memória será feito mais adiante. No entanto, a trajetória de formação e atuação do movimento operário é fundamental para entender o processo de construção de memória deste grupo. Esse processo foi identificado no presente trabalho através de uma das ferramentas mais estratégicas que a memória social utiliza: os documentos arquivísticos.

O ponto de análise principal foi o arquivo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ou seja, os documentos produzidos e recebidos pela instituição ao longo dos seus vinte anos iniciais de atuação (1983-2003). O arquivo adquire um lugar de

² POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

destaque na medida em que entendemos que os registros arquivísticos são ferramentas fundamentais nas disputas pela memória. Nesse processo, a memória se torna um valor, uma forma de poder.³

O sentido de prova e de verdade, do qual o acervo arquivístico é investido, é que lhe confere uma singularidade. É nessa chave que analisamos a memória da CUT, uma das representantes mais emblemáticas do movimento operário no Brasil. Estipulando como ponto de partida o ano de 1983, período de sua formação, até o ano de 2003, quando a entidade completou vinte anos de existência e quando Luís Inácio Lula da Silva, nome fundamental na história da CUT, foi eleito presidente da República, traçamos uma linha analítica da trajetória política do movimento operário através dos acervos da organização, de forma a entender suas memórias através dos documentos arquivísticos que foram produzidos ao longo dos anos.

Porém, fez-se necessária uma retrospectiva histórica de formação da CUT, anterior a 1983. Entender as origens do processo político e social que pretendia dar origem a uma central única de trabalhadores no Brasil foi o primeiro passo para analisar a construção de memória e identidade de tal instituição. Localizar temporalmente os documentos arquivísticos através do contexto histórico de sua produção foi uma das preocupações da pesquisa, daí a necessidade de uma explanação acerca da trajetória do movimento operário antes da formação da CUT.

É atraente e profícuo recuar a análise no tempo, de forma a se buscar alternativas interpretativas sobre o movimento sindical nos últimos 60 anos, pensando as relações entre os passados próximo e distante, a partir de uma caracterização que fuja aos limites da memória enquadrada.

Partimos da ideia de que o arquivo surgiu como um lugar propício para o resgate e/ou construção de memórias coletivas ou individuais por meio da custódia de seus documentos. Nesse sentido, outra discussão que perpassou nossa análise foi a da importância do acervo da CUT, dos documentos produzidos, recebidos e acumulados pela instituição (identificados como fundo arquivístico CUT) dentro do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC-CUT). A intenção foi analisar as diferenças e semelhanças entre o que conceitualmente chamamos de arquivo e de centro de memória. Essa relação ajudou a entender o lugar ocupado pelo arquivo no

³ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo, v. 10, p. 07-28, dez. 1993.

movimento operário e vem sendo estimulada por diversas iniciativas. Uma delas é a criação de centros de memória e arquivos, com fontes orais e escritas, formas específicas de lidar com o passado e tentar entender as suas próprias memórias. Segundo Pimenta e Santana⁴, essas tentativas correspondem a uma forma de tentar recuperar algo que se perdeu ao longo do processo histórico brasileiro e que, segundo eles, é marcado por uma forte tradição de repressão e intervenção no que se refere à história do trabalho.

Dessa forma, o estudo dos documentos arquivísticos da CUT - identificada com o “novo sindicalismo” a partir da década de 80 - foi fundamental para entender a tentativa de construção de uma “nova” memória e identidade desse grupo, na medida em que aponta para a configuração política atual do movimento.

Como questão principal, trabalhamos com os aspectos da memória que os arquivos conservam. Memória é processo, construção. Como tal, é feita por atividades de rememoração do passado segundo elementos do presente que ressignificam noções de tempo e espaço, selecionando-se o que é “importante” para compor a memória. Esse processo não é consciente; é uma difícil negociação entre o individual e o social, pela qual identidades são construídas e reconstruídas a fim de formar uma coesão ao grupo.

Nesse sentido, a análise dos documentos arquivísticos produzidos pela CUT no período entre 1983 e 2003 foi fundamental para entender o processo de transformação e de continuidades da memória do sindicalismo brasileiro. A importância do arquivo como um “lugar de memória” - ou ainda enquanto um objeto de disputa pela memória - precisa ser abordado enquanto um instrumento estratégico na construção da identidade do movimento operário.

A questão central foi identificar no acervo documental da CUT, fundada com o propósito de se alcançar um “novo sindicalismo”, indícios da nova configuração sindical. Ou seja, investigar se o arquivo possui informações sobre o processo de redefinição do movimento operário nos anos 80. Será que os militantes consideram o arquivo importante para suas lutas políticas? Os documentos arquivísticos espelham as reivindicações e conquistas do movimento? Até que ponto podemos encontrar referências da trajetória do sindicalismo brasileiro nos documentos de arquivo?

⁴ SANTANA, Marco Aurélio; PIMENTA, Ricardo M. Public History and Militant Identities: Brazilian Unions and the Quest for Memory. In: *International Labor and Working-Class History*, n. 76, 2009, p. 65-81.

Algumas reflexões acerca do uso dos documentos também foram importantes na pesquisa. O entendimento da posição ocupada pelo arquivo representado pelo CEDOC-CUT e a rotina de consultas e empréstimos de documentos, assim como a importância atribuída ao trabalho realizado ali, ajudaram nos objetivos finais.

Estas são indagações que permeiam a questão central, que foi entender através do arquivo alguns aspectos da memória cutista alinhada ao chamado “novo sindicalismo”, que se configurou como um novo horizonte para a classe trabalhadora. Pretendíamos buscar através dos documentos arquivísticos indícios desse processo de construção de memória da CUT, que marcou o movimento operário por sua inovação e vanguarda. Além de identificar o lugar desse arquivo hoje para a instituição.

A oposição entre “velho” e “novo sindicalismo” pode ser pensada em função de uma nova identidade da classe trabalhadora frente às novas condições internas do movimento, assim como a sua relação com o Estado brasileiro.

Reflexões e discussões referentes ao Estado brasileiro - enquanto elemento indispensável ao estudo das políticas em geral - apontam, em sua maioria, para uma análise “estadista”, segundo a qual o Estado, de origem ibérica, seria o principal responsável pelas características de nossa formação social. No entanto, é importante destacar que as bases teóricas e conceituais a sustentar nossa análise indicam outra perspectiva, que nada tem a ver com a interpretação dominante, que privilegia o Estado como ator principal e relega a sociedade a um papel coadjuvante.

É preciso localizar o papel do Estado e da sociedade neste debate. Entendemos que não existe um predomínio inquestionável do primeiro sobre o segundo, o que acabaria por vitimizar, de certa forma, a sociedade civil, desqualificando as ações públicas. O Estado não pode ser visto como algo à parte dessa sociedade, um “ser reificado”, descolado do tecido social que lhe dá base, como observa Sonia Regina de Mendonça.⁵ Assumir essa posição significa negar um Estado “naturalizado”, “místico”, um bloco homogêneo, como se não fosse constituído de atores sociais com interesses específicos, isentando as práticas estatais de conflitos. Segundo Mendonça, não se deve cair no perigo de analisar a posição estatal como negativa ou perversa. De acordo com a autora, essa visão aponta para:

⁵ MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais. In: *Outros Tempos*, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 1-12, 2007.

Uma forte carga de negatividade, usualmente associada ao Estado e que transparece através de adjetivações como “centralizador”, “cooptador” e “coercitivo” o que pressupõem, enquanto seu reverso necessário, a fragilidade, “dispersão” ou impotência da Sociedade, incapaz de promover formas próprias de organização de representação política.⁶

O Estado faz parte do conflito existente entre as classes sociais, e por isso é necessário destacar que ele não deve ser entendido como uma “entidade em si mesmo”, mas sim como uma relação de forças entre classes, que se manifesta de maneira específica e privilegia as relações sociais, possuindo a todo o momento interesses e alianças estratégicas.

De acordo com Antonio Gramsci,⁷ o Estado é uma condensação das relações sociais presentes numa dada sociedade, incorporando em si mesmo os conflitos presentes na formação social. O conceito de Estado que pressupõe uma relação, elaborado por Gramsci, parte da visão de “Estado ampliado”, que incorpora três componentes abordados em constante interação. São eles: a infra-estrutura, a sociedade civil e a sociedade política. Nessa interação, há uma dimensão política fundamental para a preservação e estruturação do Estado, que extrapola a dinâmica entre coerção e consenso. Sua base principal é o que Gramsci denomina de cultura, entendida não como atividade de entretenimento, erudição ou coisa do gênero, mas, sim, como visão de mundo, valores, crenças etc. de um determinado grupo social.

Assim, partindo do pressuposto de que sociedade política e sociedade civil encontram-se em constante relação, é necessário identificar as formas de organização de ambas, no sentido de verificar os agentes coletivos inseridos organicamente em classes ou frações de classe específicas. Da mesma forma, é fundamental conectar tais agentes com as disputas constantes no interior das agências estatais. Segundo Mendonça, deve-se “refletir, a cada momento histórico, sobre o eixo central que organiza e articula a sociedade civil enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, como tais formas dessa organização se articulam **junto e pelo** Estado restrito, mediante a análise dos seus agentes e das suas práticas”.⁸

⁶ MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais. In: *Outros Tempos*, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 1-12, 2007, p. 3.

⁷ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 5a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

⁸ MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais. In: *Outros Tempos*, vol. 1, p. 7, 2007. Grifo nosso.

Entendemos que o movimento operário faz parte dessa conjuntura, na medida em que é um ator político de extrema importância no interior do Estado brasileiro e, como apresentado anteriormente, sofreu profundas transformações ao longo do processo histórico, assim como preservou características relacionadas a períodos passados. Esse processo foi marcado por disputas e embates de interesses que deram outra configuração ao movimento, o qual, principalmente a partir dos anos 80, clamava por um reconhecimento público das suas demandas e da participação ativa que tiveram na história do país. Esse reconhecimento se tornou cada vez mais possível com o acesso à informação e com o direito à memória e à identidade desse grupo.

Nesse sentido, o arquivo cumpre um papel importantíssimo, enquanto instrumento para o acesso a essa informação. Porém, de acordo com Lissovsky, é necessário analisar os acervos arquivísticos como um conjunto anacrônico. O autor defende que estes são vestígios intencionais que carregam uma série de antecipações (não existe intencionalidade desprovida de antecipações) que se combinam de forma instável, formados por diversas dimensões que juntas lhes dão vários sentidos. No entanto, terá um único sentido dado de acordo com o olhar particular dos pesquisadores e usuários.⁹

Dessa forma, a pesquisa possui como objetivo principal o estudo dos documentos arquivísticos produzidos e acumulados pela CUT no período de 1983 a 2003 com a intenção de identificar aspectos da memória e da identidade coletiva desse grupo. E tendo como base teórica as perspectivas apresentadas até então, como forma de guiar a discussão entre Estado, sociedade e arquivos.

O movimento operário, como qualquer outra instituição, produz, recebe e acumula informação durante seu desenvolvimento e atuação. Informação essa que pode estar registrada em diferentes tipos de suportes: escritos, gravados, filmados e outros. A intenção foi analisar, a partir do contexto social, político e econômico da atual realidade brasileira, a identidade e a memória que se formou no movimento sindical a partir da documentação da CUT. Até que ponto os documentos produzidos pela instituição no âmbito das suas atividades são úteis para a construção de uma pertença identitária dos seus membros. Nesse sentido, os usos que os dirigentes sindicais fazem ou não do arquivo indica a relação entre a documentação e a pauta de reivindicações do movimento.

⁹ LISSOVSKY, Maurício. O que fazem as fotografias quando não estamos olhando para elas?. In: *Dobras da memória*, 2008, p. 26-36.

Defendemos que a documentação é um elemento importante de construção e de disputa de memória. No entanto, é preciso analisar o nível de importância que o grupo empresta ao arquivo. Através de entrevistas e pesquisas documentais, identificamos o grau de consultas e de utilização do arquivo internamente. Nessa perspectiva, é preciso mapear que tipo de documentação está presente no acervo da instituição, custodiada pelo Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC-CUT).

Através de investigações mais apuradas, observou-se a frequência com que a documentação é entregue ao CEDOC-CUT, a quantidade de vezes que essa documentação é pesquisada e para quais fins de pesquisa, e qual tipo de pesquisador utiliza essa documentação (dirigentes internos ou pesquisadores externos).

Acreditava-se que a documentação era constantemente doada ao e organizada no centro de memória. No entanto, trabalhamos também com o contrário e, nesse caso, buscamos entender o porquê dessa prática. A ausência também é uma informação, e os reais motivos pelos quais a documentação não está disponível ou não é consultada podem estar relacionados a pelo menos dois fatores: o simples descaso dos dirigentes e membros do movimento ou ação estratégica na qual a não disponibilização de um determinado documento é feita de forma consciente.

Podemos dividir a metodologia utilizada ao longo da pesquisa em três partes. A primeira é a discussão bibliográfica sobre o campo de estudos da memória e dos arquivos. A leitura e o aprofundamento dos debates em torno da emergência da memória e da configuração teórica e conceitual da Arquivologia, enquanto bases iniciais para as futuras pesquisas, serão fundamentais nesse momento.

A segunda foi a efetiva pesquisa documental, em fontes primárias: os documentos arquivísticos do CEDOC-CUT. A intenção foi identificar documentos internos, atas de reuniões, resoluções e ofícios, entre outros indícios que exemplifiquem a postura e o discurso implementado pelo movimento operário durante os anos de 1983 a 2003, período dos vinte anos iniciais de atuação da central sindical.

Através da pesquisa nos acervos documentais, pudemos perceber o grau de envolvimento dos militantes com o arquivo. Foi possível recolher informações e documentação que exemplificam uma determinada vertente de atuação da central sindical frente ao governo, suas reivindicações e conquistas, caracterizando uma pertença identitária desse grupo. Também pudemos perceber a importância que os membros do movimento dão ao arquivo enquanto repositório de documentos oficiais e, portanto, responsável pela preservação e divulgação de sua trajetória e memória.

Em linhas gerais, a pesquisa documental buscou nos documentos indícios do chamado “novo sindicalismo” que justificou a criação da CUT. O objetivo foi entender, através dos documentos, se a criação da CUT pode ser justificada pelo discurso de renovação que imperou na época de sua criação em 1983, além de perceber as classificações e indexações dadas aos documentos.

E, por fim, foram realizadas entrevistas com militantes e líderes sindicais, mais especificamente aqueles ligados ao CEDOC-CUT na hierarquia estrutural da instituição. Através de perguntas aos dirigentes da CUT e aos responsáveis pelo arquivo da instituição, pretendemos entender ainda melhor a relação que os documentos possuem com o cotidiano do movimento sindical.

As entrevistas ajudaram a perceber os usos do arquivo pela instituição, assim como o real valor que os militantes e dirigentes dão aos documentos arquivísticos para as suas práticas diárias. Elas ajudaram a responder a maioria das perguntas iniciais da pesquisa. No entanto é importante destacar que reconhecemos que as entrevistas são uma das diversas estratégias possíveis para se analisar os usos do arquivo pela instituição,¹⁰ mas por uma escolha metodológica escolhemos focar nos relatos orais como forma de dinamizar a pesquisa.

Foi elaborado um roteiro de entrevistas dividido em três blocos. As perguntas feitas para o coordenador do CEDOC-CUT foram diferentes daquelas feitas para os dirigentes /sindicalistas. Todas tiveram sua divulgação autorizada pelos entrevistados, que assinaram um termo de consentimento esclarecido.

A partir dos dados obtidos, conseguimos ter um panorama geral da importância do acervo arquivístico para as atividades do movimento. No entanto, um outro ponto merece destaque na análise: o lugar do arquivo no próprio CEDOC-CUT, ou seja, como o centro de memória se reconhece frente à diferença entre os conceitos de arquivo e de centro de memória e documentação. Essa foi uma questão fundamental para problematizar as práticas realizadas em uma ou outra instituição, e perceber até que ponto essas práticas se misturam.

Após a coleta dos dados através das leituras, pesquisas documentais e entrevistas, foi feita uma análise específica de todas as informações encontradas, de forma a fazer as conexões propostas nos objetivos da pesquisa.

¹⁰ Entre outras formas de analisar os usos do arquivo poderíamos ter optado por pensar as exposições, o site e as comemorações promovidas pela entidade.

O estudo e interpretação dos dados colhidos foi uma etapa fundamental no processo de construção dos objetivos propostos. Através das leituras bibliográficas, conhecemos um pouco mais a trajetória histórica do movimento operário no que se refere à sua organização interna, demandas e bandeiras de lutas.

Nos arquivos, ou seja, nas pesquisas de campo e nos acervos documentais, a análise dos dados foi feita com os devidos cuidados que um pesquisador deve ter quando utiliza fontes primárias. Os documentos não falam por si só. É necessário entender o contexto de produção e os objetivos de determinado documento, não se esquecendo das atividades e funções do órgão/setor produtor. A pesquisa com documentos deve levar em consideração que as informações encontradas não correspondem à totalidade de informações possíveis. O acervo já passou por uma avaliação e seleção antes de estar liberado para o acesso. Nesse sentido, a ausência de uma informação também pode ser uma informação, já que o fato de não estar no arquivo pode ter sido uma decisão consciente.

Os movimentos sociais não foram “inaugurados” na contemporaneidade neoliberal; muito antes já existiam reivindicações organizadas. No entanto, a partir dessa nova configuração política, social e econômica, esses movimentos adquiriram características específicas relacionadas diretamente a esse momento histórico. É justamente nessa linha mais atual, momento em que a preocupação com o passado adquire grande importância, que os arquivos vão se localizar. O debate em torno da documentação e do acesso à informação ganha mais fôlego, principalmente no que se refere à memória enquanto processo de construção.

Nesse sentido, a justificativa e relevância do presente trabalho está na necessidade de um estudo mais aprofundado acerca desse contexto, buscando um melhor entendimento da dinâmica que existe entre documentação, arquivo e memória, além de apresentar uma análise interdisciplinar entre Arquivologia, História e Sociologia. Utilizamos os debates fundamentais das áreas mencionadas para propor um estudo nas linhas de interseção entre as disciplinas em questão.

O interesse pelo tema surgiu a partir de algumas reflexões feitas na dissertação de mestrado, em especial aquelas referentes a análise do Estado brasileiro enquanto agente fundamental para a consolidação de movimentos sociais e instituições como a CUT. Além de perceber – através de conversas informais com funcionários e participação em eventos – uma importante oportunidade de pesquisa no acervo do

CEDOC, pois trata-se de um acervo rico em informações sobre a fundação, trajetória e funcionamento da CUT desde antes da sua criação.¹¹

É importante destacar que embora a presente pesquisa mencione e se preocupe com a história da CUT, afinal sem esse conhecimento é impossível entender o papel dos documentos na construção da memória desta instituição, o leitor deste trabalho encontrará indícios para pensar a influência documental nessa história. Nosso foco é através da trajetória histórica de formação da CUT, pensar a sua documentação como fonte de construção de memória social para as futuras gerações.

Para dar conta dos objetivos propostos, o presente trabalho está estruturado em quatro capítulos, com seus respectivos subcapítulos. O capítulo 1 apresenta a discussão em torno do conceito de arquivo e memória. Aborda os paradigmas clássicos e contemporâneos da Arquivologia, assim como a importância da memória na modernidade.

O capítulo 2 trata especificamente da trajetória do movimento operário, com um corte temporal entre os anos de 1983 e 2003. No entanto, foi necessário retroceder temporalmente a análise a fim de mapear melhor o contexto político, social e econômico que culminou na formação da CUT em 1983. Essa estratégia é importante para localizar a discussão e entender as demandas do movimento sindical naquele momento e seus consequentes resultados.

O capítulo 3 é dedicado à análise empírica da documentação e das atividades realizadas pelo arquivo. O CEDOC-CUT, sua missão e objetivos são apresentados, assim como a sua posição no interior da CUT. Através das pesquisas documentais realizadas, apresentamos a análise dos documentos arquivísticos e seus instrumentos de pesquisa. Outro ponto contemplado pelo capítulo 3 diz respeito à discussão conceitual entre Arquivos e Centros de Documentação e Memória, e, a partir de então, como poderíamos caracterizar o CEDOC-CUT. Esse debate se fez necessário na medida em que ser identificado como um Arquivo ou como um Centro de Documentação e Memória influenciou diretamente no grau de importância atribuído pelos militantes ao CEDOC-CUT.

No capítulo 4, apresentamos os usos feitos pelos militantes dos documentos arquivísticos custodiados pelo CEDOC-CUT. Através das entrevistas realizadas,

¹¹ A ideia de estudar esse tema surgiu a partir da minha participação no Segundo Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos”, organizado pela CUT e Arquivo Nacional em 2011

entendemos a importância e a funcionalidade do arquivo no interior do movimento operário.

Ao final apresentamos a conclusão final da pesquisa, as referências bibliográficas, fontes e os anexos.

1 DISCUSSÕES EM TORNO DO CONCEITO DE ARQUIVO

*A memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social.*¹²

1.1 A memória na modernidade

“Um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais.”¹³ É assim que Andreas Huyssen inicia sua análise sobre a importância da memória na contemporaneidade. Segundo o autor, a partir da década de 80 a memória passa a ser uma questão e uma preocupação central das sociedades contemporâneas. Há uma busca política e cultural pela volta ao passado no sentido de tentar preservar e guardar todos os elementos que possam de alguma forma influenciar no presente e no futuro. Configura-se, assim, o que o próprio autor identificou, fazendo uma alusão a Koselleck¹⁴, como sendo o deslocamento dos chamados “futuros presentes”, que marcaram as primeiras décadas da modernidade do século XX, para os “passados presentes”, no qual o passado passou a ser muito mais valorizado.

A partir da concepção de memória enquanto um processo, algo que é construído e influenciado por diversas vertentes e experiências, podemos entender que Huyssen destaca que o processo de construção de memória nas sociedades contemporâneas adquire um perfil nostálgico, no sentido de se reportar para um passado valoroso e ideal e que, por isso, precisa ser preservado e divulgado como forma de tentar sempre reviver uma determinada época. Nesse sentido, o discurso de “passados presentes” é cada vez mais forte no sentido de influenciar o futuro. A ideia é que, partindo de um passado grandioso como base, o futuro está garantido.

Outra perspectiva de análise fundamental nesse debate é a linha que pensa a memória baseada na ideia de reparação em experiências traumáticas, como as ditaduras

¹² HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000, p. 37.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem, cap. 1, p. 9-40. O título do capítulo *Passados presentes: mídia, política, amnésia* e a ideia de “futuros presentes” deve-se à obra de Reinhart Koselleck *Futuros passados* (Boston: MIT Press, 1985).

e o holocausto. Nesse sentido, o passado não é nostálgico, e muito menos valoroso; o objetivo é rememorá-lo para evitar o esquecimento de épocas tão desumanas, para que não se repitam. É necessário que estratégias de rememoração estejam sempre presentes, adquirindo proporções monumentais em vários pontos do planeta. Nesse sentido, relembra aspectos de um passado ruim é necessário para que não aconteça novamente, moldando as expectativas de futuro. Podemos destacar a autora Beatriz Sarlo¹⁵ como uma das expoentes dessa linha de análise.

Independentemente do viés analítico, esse é o momento em que o mundo está sendo arquivado e musealizado com o objetivo de se conseguir recordação total, seja pela busca de um passado que não pode ser esquecido - porque é valoroso e de certa forma remonta às origens de uma “época boa” que não volta mais, trocando o conceito de progresso pela valorização das tradições – ou, pelo contrário, a lembrança seria uma tentativa de fazer com que aspectos de um passado traumático nunca mais se repitam, resgatando a ideia de passado como algo a ser sempre lembrado como um aprendizado para o futuro.

Deve-se ainda somar a isso a conjuntura social e histórica que os anos oitenta trouxeram. As políticas neoliberais, a globalização econômica e o incentivo ao consumo mudaram os rumos de pensar sobre o conceito de memória, inserindo-o no rol de mercadorias. A memória agora é passível de consumo, podendo ser comercializada por motivos políticos. É a época das grandes produções cinematográficas e da criação de centros de documentação e museus interativos, proporcionando a espetacularização e a mercadorização da memória.

Esse cenário é circunscrito pela influência da mídia. Através da grande mídia, a memória é sempre exaltada, lembrada ou totalmente esquecida de acordo com interesses muitas vezes subliminares. A dinâmica social elege através de embates de interesses o que deve ser chamado de *memória oficial*¹⁶. Nessa disputa, os setores com maior poder de barganha levam considerável vantagem. Esse impasse está inserido na discussão mais ampla sobre o conceito de Estado, que deve ser entendido como uma relação de forças entre classes, que se manifesta de maneira específica e privilegia as relações sociais, possuindo a todo o momento interesses e alianças estratégicas.

¹⁵ SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

¹⁶ Nesse contexto, memória oficial se refere ao que hegemonicamente deve ser lembrado. Essa dinâmica é totalmente influenciada pelo contexto político e social de uma determinada época histórica, formando uma memória em oposição à memória das minorias.

Nesse sentido, o êxito ou o fracasso de posições defendidas no embate entre projetos formulados por frações da classe dominante depende da sua capacidade organizacional, e do maior ou menor poder de barganha em prol da inserção de seus interesses no interior das mais variadas agências do poder público estatizado. Um processo altamente dinâmico e em permanente redefinição¹⁷.

Tratando-se de memória, as novas tecnologias e a mídia se tornaram veículos para a propagação de todas as formas de memória que devem ser lembradas e divulgadas (filmes, internet, museus e arquivos), tornando-as hegemônicas. Até mesmo aquelas ligadas ao cotidiano, vividas mais intimamente, são influenciadas pela força das novas tecnologias e da mídia. Huyssen defende que agora a memória também passa a ser lucrativa: “Não há nenhum espaço puro fora da cultura da mercadoria”¹⁸.

São questões importantes para refletirmos acerca da nova configuração que a memória e seus elementos adquirem a partir de um cenário global no qual a ordem econômica é prioridade. As grandes produções memorialísticas - incluindo-se toda e qualquer iniciativa de resgate e divulgação do passado - passaram a ser investidas de valor econômico, além do simbólico.

O contexto social segundo o qual esse cenário se dá pode ser entendido através de reflexões acerca do tempo histórico que se vive. O debate em torno do conceito de modernidade e pós-modernidade é fundamental para entender o ambiente e a atmosfera que marcam o surgimento de fenômenos como a espetacularização da memória e a sua inserção no campo dos “negócios”, enquanto algo que pode ser comercializado.

Tentando mapear alguns aspectos que marcam a chamada “modernidade”¹⁹, Georg Simmel²⁰ aponta que há um processo de individualização na época moderna. Há uma dicotomia entre o contexto urbano e o contexto em comunidade. A partir do início do século XX, o mundo comunitário não é mais a realidade da sociedade. Simmel vai visualizar essa transição defendendo que a interação entre pessoas é que produz a sociedade (vida social); não existe vida social sem o indivíduo. O autor insere no contexto da metrópole os sentimentos de sociabilidade, construindo as bases para pensar

¹⁷ Essa discussão pode ser melhor entendida em MENDONÇA, Sonia Regina. Economia e Política na historiografia brasileira. In: *Antropolítica*, Niterói, EDUFF, v. 7, p. 23-39, 2001.

¹⁸ HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000, p. 21.

¹⁹ A discussão específica sobre o conceito de modernidade será apresentada, mesmo que de forma breve, mais adiante.

²⁰ SIMMEL, George. A Metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G (org.). *Fenômeno Urbano*. Ed. Guanabara: Rio de Janeiro, 1987.

essa metrópole. Simmel defende que há algo específico na metrópole que faz com que o indivíduo seja dessa maneira, individualista.

É interessante investir nessa discussão, na medida em que esse processo acaba por reforçar determinados fatos e aspectos que por vezes se transformam em “verdades” absolutas. O jogo político que marca a construção de memória está diretamente ligado a essa individualidade da época moderna. As características de espetacularização e comercialização do passado, no sentido de criar memórias oficiais como falamos anteriormente, estão diretamente ligadas a essa forma de se relacionar na modernidade.

Quando pensamos em memórias oficiais, logo vem à mente a ideia de arquivos, centros de documentação, museus e bibliotecas como guardiões de “verdades”; nesses espaços estariam salvaguardados fatos e narrativas que, no senso comum, estão diretamente ligados com o que realmente aconteceu. No entanto, veremos ao longo do trabalho que essa construção é muito complexa, e envolve embates de interesses muito mais profundos, já que compartilhamos a ideia de que o arquivo é uma construção social e política.

Nesse sentido, é importante perceber que fatos e acontecimentos históricos, quando associados a arquivos, por exemplo, tornam-se mais contundentes. É como se o documento lhes desse a chancela de verdadeiros e confiáveis, por estar em uma instituição comprometida com a oficialidade, o que pode influenciar totalmente na construção memorialística de determinado fato, renegando outros ao esquecimento. Essa dinâmica será analisada mais adiante ao abordamos especificamente os arquivos enquanto ferramentas estratégicas de construção da memória.

Retomando a perspectiva de Huyssen, a ideia de presentificação do passado está relacionada a usos políticos desse passado, no qual movimentos buscam histórias alternativas e revisionistas de suas trajetórias no sentido de reforçar ou construir novos pontos de identificação no presente. Huyssen observa que o importante é entender como se dá o uso do passado no presente, de modo que não haja o bloqueio da percepção de histórias específicas, configurando-se em uma “falsa memória”²¹. A ideia de “falsa memória” está na tentativa de universalizar determinadas experiências como modelo. Por exemplo, no caso do holocausto, existe a tendência de tomá-lo como lugar comum universal de análise para outros exemplos de genocídios. Essa comparação, ao mesmo

²¹ HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000, p. 13.

tempo em que pode estimular o debate sobre memórias traumáticas, pode também bloquear a percepção de histórias específicas, funcionando como uma “falsa memória”.

Concomitantemente a essa explosão pela memória, há também o pânico do esquecimento; dinâmicas totalmente ligadas. Não existe memória sem esquecimento e vice-versa.²² Quanto mais se tem a busca pela memória e pela lembrança, mais o esquecimento se torna latente, por isso criamos estratégias para lembrar. Dessa forma, Huyssen parte da hipótese de que memória, história e patrimonialização precisam estar juntas para combater o mundo do esquecimento provocado pela velocidade das mudanças e o encolhimento espaço-temporal.

A minha hipótese aqui é que nós tentamos combater este medo e o perigo do esquecimento com estratégias de sobrevivência de rememoração pública e privada. O enfoque sobre a memória é energizado subliminarmente pelo desejo de nos ancorar em um mundo caracterizado por uma crescente instabilidade do tempo e pelo fraturamento do espaço vivido.²³

Nessa perspectiva, a emergência da memória se dá através de uma febre de rememoração, onde a busca pela guarda e preservação do passado acontece por pelo menos dois motivos, como já apontamos anteriormente. O primeiro está relacionado com a busca das origens e tradições que, de certa forma, foram se perdendo no contexto moderno. É como se o passado fosse revestido de saudosismo e atuasse como uma referência identitária nos dias atuais. O objetivo é resgatar algo valioso que se perdeu na contemporaneidade com a velocidade temporal, que transformou as relações muito rapidamente, gerando o medo constante do esquecimento na modernidade.

Na perspectiva de Huyssen: “Uma das lamentações permanentes da modernidade se refere à perda de um passado melhor”²⁴. Melhor no sentido de ter seus contornos definidos, fronteiras estáveis e um fluxo regular, diferente do cenário que se apresenta atualmente, caracterizado pela velocidade de mudança e transformação no presente. “Quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global que não nos inspira confiança, mais forte é o nosso desejo de ir mais devagar e mais nos voltamos para a memória em busca de conforto.”²⁵ O autor destaca ainda que “(...) precisamos

²² POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

²³ HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000, p. 20.

²⁴ HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000, p. 30.

²⁵ Idem, p. 32.

não permitir que o medo e o esquecimento nos dominem. Aí então, talvez, seja hora de lembrar o futuro, em vez de apenas nos preocuparmos com o futuro da memória”²⁶.

O segundo está relacionado à ideia de usos políticos e revisionismo desse passado, no sentido de se legitimar ou reformular memórias e identidades associadas, na maioria dos casos, a momentos traumáticos. Essa perspectiva é muito comum em análises de períodos conturbados da historiografia mundial, como as ditaduras e o holocausto. Atores sociais se apropriam de determinados discursos e narrativas memorialísticas²⁷, na intenção de reforçar ou remodelar visões, dependendo do lado em que esses atores ocupam socialmente. Essa perspectiva de retomada de aspectos traumáticos está ligada à ideia do “nunca mais”, no sentido de lembrar para que nunca mais aconteça.

No entanto, outro ponto pode ser lembrado nessa discussão. Podemos pensar essa febre de memória através de um viés menos ingênuo de correlação de forças entre interesses em comum. O crescimento de estratégias de rememoração que marcam a modernidade - especialmente os anos 80, e especificamente no que se refere aos movimentos sociais (o movimento de trabalhadores, que é o objeto deste trabalho) - pode estar associado à busca por reconhecimento desse grupo. O motivo, na modernidade, responsável pelo crescimento na construção de centros de documentação, arquivos, museus, ou qualquer outra tentativa de resgate do passado, está no futuro, ou seja, existe um desejo de influência futura a partir de uma legitimação desses movimentos no presente. Busca-se um reconhecimento e, com isso, se ganha mais capital político, o que facilita a inserção desses movimentos e dos seus interesses nas esferas mais altas da sociedade.

Entre as possíveis análises apresentadas, podemos incluir no último motivo o caso dos arquivos operários, em especial o arquivo da CUT. Acreditamos que existe, por parte dos dirigentes sindicais, uma busca por identidade junto à sociedade, caracterizada por um reconhecimento dos feitos que o movimento realizou ao longo de sua trajetória. Essa discussão será retomada no próximo capítulo, no qual abordaremos a questão do movimento operário e da formação da CUT.

Após apresentar as possíveis análises sobre o incentivo que os processos de rememoração ganharam na modernidade, uma breve discussão sobre o contexto

²⁶ Idem, p. 37.

²⁷ Nesse sentido, podemos incluir nessa discussão os documentos, na medida em que entendemos que documentos arquivísticos são discursos e narrativas em diferentes suportes (papel, fotos, filmes e outros).

moderno se faz necessária neste momento. É fundamental entender algumas características que marcam a chamada época moderna para perceber as mudanças que ocasionaram tal busca pelo passado e esse medo do esquecimento.

Anthony Giddens²⁸ analisa, através do viés sociológico, o conceito de modernidade e aponta algumas discussões fundamentais para se pensar a importância do passado nesse contexto. O autor faz algumas considerações históricas e afirma que a modernidade se refere a transformações institucionais com origens muito bem marcadas no ocidente, mais especificamente na Europa, no século XVII. Destaca quatro dimensões institucionais básicas que se inter-relacionam na modernidade: o capitalismo, a vigilância, o poder militar e o industrialismo.

O ponto de maior interesse para Giddens em relação à modernidade é o conjunto de descontinuidades específicas associadas ao período moderno, que produzem modos de vida modernos totalmente novos. Para pensar esses modos de vida, algumas categorias são sistematizadas e apresentadas pelo autor ao longo da obra. São elas: a separação do tempo e do espaço, o desencaixe, a confiança e a flexibilidade²⁹. A partir dessas categorias, chega-se à característica inerentemente globalizante da modernidade.

É exatamente a globalização que proporciona o aspecto dicotômico da modernidade. Ela é universalizante e incentiva a velocidade e a quantidade de informação (é bem verdade que a qualidade fica um pouco prejudicada), o encontro entre indivíduos e grupos de diferentes lugares e culturas, e o intercâmbio entre experiências e modos de vida. Ao mesmo tempo, isola, individualiza.

Outro autor que aborda esse caráter individualizante da modernidade é o sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Em suas diversas obras, ele analisa a fluidez dos vínculos na modernidade e enfatiza a insegurança e a fragilidade nos relacionamentos sociais, apontando como tendência o individualismo moderno. Em especial na obra *A Sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*³⁰, o autor aponta a dificuldade que o indivíduo tem de viver em sociedade, principalmente pela perda de confiança que essa conjuntura traz.

²⁸ GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

²⁹ Não é o objetivo deste trabalho o aprofundamento desse debate. Para maiores informações, consultar a obra referenciada.

³⁰ BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Tradução José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

Para Bauman, o advento da globalização³¹ fez com que alguma coisa estivesse fora da ordem. A segurança de prever, com pequeno ou nenhum erro, estava ameaçada pela velocidade e pela natureza desordenada dos processos sociais inseridos no mundo globalizado. Nesse sentido, a manutenção da ordem ficou prejudicada, gerando o “estado de incerteza” que caracteriza a modernidade. Em contrapartida, o desejo de manutenção da ordem foi trocado pela “vontade de liberdade”, opondo-se diretamente a uma vida social estável. Isso, segundo Bauman na obra *O mal-estar da pós-modernidade*³², universalizou ainda mais o medo e a incerteza.

Esse cenário de medo e desconfiança fez com que a mercadoria desempenhasse um papel de garantia. Na modernidade, a mercadoria reforça a individualização através do lucro e do ganho financeiro. Nessa perspectiva, o processo de mercadorização da memória também segue essa linha de análise, convergindo para uma espécie de garantia de que determinado fato do passado não será esquecido.

No caso brasileiro, um dos principais expoentes dessa reflexão é Gilberto Velho³³. O autor mostra o processo de formação da memória a partir da modernidade individualizada, ou seja, a partir do indivíduo-sujeito, de biografias. De acordo com o autor, a memória é formada através de um projeto que se configura em uma antecipação do futuro. Partindo da ideia de modernidade, na qual a multiplicidade de referências leva a uma aparente fragmentação, Gilberto Velho analisa o processo de destaque do indivíduo enquanto sujeito, o que transforma a sua relação com as instituições preexistentes (igreja, família, escola etc.).

Partindo da ideia de Alfred Schutz, Gilberto Velho discute a noção de projeto. Segundo Schutz, o projeto seria uma “conduta organizada para atingir finalidades específicas”³⁴. Nesse sentido, Velho acredita que a noção de projeto está diretamente ligada à ideia de indivíduo-sujeito, aquele que faz projetos. A memória enquanto base para a valorização de uma biografia - a consciência enquanto indivíduo singular - é que possibilita a formulação e condução de projetos. Portanto:

³¹ É importante destacar que o autor não se refere ao conceito de globalização. O conceito é usado no presente trabalho no sentido de demonstrar a fluidez e a velocidade que marcam as relações sociais na época moderna.

³² BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

³³ VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: _____. *Projeto e Metamorfose*. Zahar, 2003, p. 97-105.

³⁴ VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: _____. *Projeto e Metamorfose*. Zahar, 2003, p. 101.

Se a memória permite uma visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma trajetória e biografia, o projeto é a antecipação no futuro dessas trajetórias e biografias, na medida em que busca, através do estabelecimento de objetos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos. A consistência do projeto depende, fundamentalmente, da memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos.³⁵

Dessa forma, as noções de projeto e de memória articulam-se de tal forma que dão significado à vida e às ações do indivíduo. São visões prospectivas e retrospectivas que situam o indivíduo na conjuntura em que vive e, ao mesmo tempo, motivam o sujeito nas etapas da sua trajetória. Assim, Gilberto Velho defende que a relação entre memória e projeto é o que se configura como a identidade do indivíduo, podendo este ser um grupo social, um partido ou outra categoria.

A capacidade de elaboração de projetos e a individualização são as principais marcas da modernidade, envolvida por diversas referências e ao mesmo tempo obra de um “homem só”. Na modernidade, os grandes feitos passam a ser atribuídos a grandes autoridades, época de grandes biografias, enquanto a velocidade de informação é cada vez maior. Essa dinâmica é confusa, mas fundamental para se entender a importância que a memória e o resgate do passado adquiriram nesse tempo moderno.

Não apenas na modernidade, mas tratando-se especificamente dela, a relação entre os tempos históricos (presente, passado e futuro) influencia diretamente na ideia de memória e história. A volta ao passado a partir do presente para se chegar ao futuro é um esforço subjetivo (consciente ou não) muitas vezes conflituoso. Beatriz Sarlo³⁶ discute a memória das últimas décadas, analisando a importância dos testemunhos como recurso fundamental na reconstituição do passado. A autora observa que, atualmente, tem-se a impressão de que o passado se enfraquece diante do presente. No entanto, também é o momento de “museificação” do passado espetáculo, da chamada “mania preservacionista”³⁷, inserindo as operações com a história no mercado simbólico do capitalismo. Nesse ponto, Sarlo dialoga com Huyssen, no sentido de reconhecer que nos últimos anos o passado está sendo capitaneado por diversas iniciativas, que inserem esse medo do esquecimento na sociedade do espetáculo através, por exemplo, de grandes

³⁵ Idem.

³⁶ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

³⁷ Idem, p. 11.

produções cinematográficas e construções de museus e centros de documentação *hitech*, como já apontamos antes.

No entanto, divergem em uma questão. Huyssen defende que o resgate do passado se dá por um motivo nostálgico, como se fosse necessário recuperar uma época áurea que precisa estar no presente de alguma forma. Sarlo trabalha com a perspectiva do “nunca mais”, ou seja, ao se conhecer aspectos de um passado recente, determinados fatos nunca mais acontecerão; o passado é recuperado para que não se repitam situações traumáticas no presente e no futuro.

A memória atualiza o passado no presente. O objetivo é identificar o porquê e para quê isso é feito. Nesse sentido, há uma espécie de uso político do passado, e os acervos são estratégicos nesse processo. De que forma o presente se apropria do passado? Renovando e/ou modificando as leituras? O importante é mostrar como esse uso do passado é feito.

Em outra perspectiva de análise mais próxima da questão retórica, do discurso enquanto instrumento de justificativa para a criação de patrimônios e de preservação do passado, no sentido de tentar salvar elementos (objetos, práticas, valores e instituições, entre outras) associados a uma “tradição” fundamental no processo de construção de memória e identidade de grupos e indivíduos, José Reginaldo Gonçalves³⁸ trabalha com uma concepção moderna de história, na qual o presente é narrado em uma situação de perda iminente e progressiva. É nesse contexto que se legitimam práticas de colecionamento, restauração e preservação de “patrimônios culturais”, nas quais os arquivos estão inseridos.

O autor discute a construção de narrativas nacionais a partir da “retórica da perda”, um conceito que apresenta a objetificação cultural como forma de discussão da ideia de patrimônio e preservação. Apóia-se no contexto dos anos 80, marcado por uma virada linguística que começa na filosofia e se expande para as ciências sociais, com o objetivo de pensar o fazer histórico e antropológico e o lugar ocupado pelos profissionais nesse debate. Analisa de que maneira se “inventa” a nação e o seu patrimônio a partir da objetificação. Discute “as modalidades de invenção discursiva do Brasil produzidas por intelectuais associados à formulação e implementação de políticas

³⁸ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ; IPHAN, 1996, cap. 1, p. 11-35.

oficiais de patrimônio cultural”³⁹, interpretando esses discursos como tentativas de construção de uma memória e de uma identidade nacionais.

O conceito de “objetivação cultural”, segundo o referido autor, precisa ser problematizado sob pena de analisar determinados discursos como existentes no mundo sem as ações e valores que perpassam as relações sociais. Como exemplo, percebemos o uso objetificado de palavras como “grupo étnico” e “nação”, como se fossem entidades objetivas.

O autor parte da ideia de que “palavras são também atos”⁴⁰ e que, a partir de definições de memória e identidades nacionais, esses discursos produziam consequências em relação às práticas sociais, criando códigos socioculturais com objetivos políticos. Esse debate insere os acervos no contexto de patrimonialização da memória, atribuindo-lhes um lugar privilegiado nos estudos sobre patrimônio.

O discurso de patrimonialização, de acordo com Gonçalves, é entendido como um esforço no sentido de se restabelecer a continuidade e a integridade do que define uma determinada identidade. Há um lamento pela perda e fragmentação da origem, do tradicional e do autêntico, como se somente o tradicional fosse autêntico. Nesse sentido, é preciso pensar em estratégias de preservação dessa origem, desse passado.

Em relação à CUT, a ideia de patrimônio está diretamente relacionada aos feitos da entidade. São as realizações que a classe trabalhadora alcançou ao longo da história, desde a criação da instituição, decisiva para essas conquistas. Nesse sentido, o CEDOC-CUT é visto como uma ferramenta de rememoração de todo esse processo histórico de conquistas e que, por isso, guarda e divulga todo o legado de uma geração que buscava avanços no âmbito das negociações de trabalho.

Dessa forma, podemos inserir o Centro de Memória da CUT na análise de José Reginaldo a partir da ideia de que os documentos arquivísticos, assim como as atividades do CEDOC-CUT (que serão apresentadas mais adiante), configuram-se em algo que precisa ser patrimonializado, objetificado.

A menção ao trabalho de José Reginaldo Gonçalves se faz necessária na medida em que partimos da ideia de que os arquivos também são narrativas, discursos. Os documentos apresentam determinadas retóricas que precisam ser preservadas e que, portanto, estão inseridas nesse debate mais geral sobre patrimonialização.

³⁹ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ; IPHAN, 1996, cap. 1, p. 01.

⁴⁰ Epígrafe do capítulo 1 de GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

No caso dos arquivos, a discussão sobre “a retórica da perda” vai além da preservação do passado. Esta é apenas uma das preocupações que perpassam os arquivos; há também o valor de prova dos documentos. Nesse sentido, podemos retomar a discussão já apresentada do valor probatório dos documentos arquivísticos: o arquivo seria investido de um poder simbólico responsável pela guarda de “verdades” jurídicas, culturais e sociais.

1.2 Arquivos - os documentos enquanto ferramentas de disputa pela memória

Ao abordar especificamente o arquivo como um instrumento de contenção do passado, percebemos que surge como um lugar propício para o resgate e/ou construção de memórias coletivas ou individuais por meio da custódia de seus documentos. Conforme Heloísa Bellotto⁴¹, o documento arquivístico representa muito mais que um suporte, uma estrutura e um conteúdo. Implica na guarda, circunstância e vontade de dar origem a um fato. Também, segundo a autora, indica um propósito por meio do qual um fato e uma vontade determinam consequências; é o resultado de um procedimento de criação que se verá refletido na forma documental.

Bellotto conceitua documento de arquivo da seguinte forma:

Os documentos de arquivo são os produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por motivos funcionais, administrativos e legais. Tratam sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual; são em geral exemplares únicos e sua gama é variadíssima, assim como sua forma e suporte.⁴²

Nesse sentido, Bellotto apresenta o conceito clássico de documento arquivístico, referente à entidade produtora no âmbito das suas atividades e funções. Ao longo de sua obra, a autora também pensa na perspectiva da memória, quando analisa o documento enquanto algo para além do suporte, ferramenta que representa a guarda, circunstância e a vontade de perpetuar, divulgar e preservar determinados fatos e acontecimentos.

⁴¹ BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 24.

⁴² *Idem*, p. 37.

Outro autor a ser citado é Pierre Nora⁴³. Nora destaca que, embora a memória seja vivida no interior dos indivíduos, quase sempre ela necessita de suportes exteriores (materializada) e de referências tangíveis que só vivem através delas. Os documentos são a corporificação da memória, é quando ela pode ser consultada e acessada a qualquer momento, lembrando sempre que o documento é um produto social, envolvido na dinâmica dos interesses e relações sociais. No entanto, os documentos possuem uma “aura” carregada de sentidos e verdades; através deles se pensa ter conhecimento do verídico.

Daí surge a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo e afeta, ao mesmo tempo, a preservação do presente e do passado. De acordo com o autor, os “lugares de memória” configuram-se em um processo no qual a memória se torna um valor, uma forma de poder. Esses lugares não são dados, precisam ser investidos de sentido. É necessário que haja um desejo que algo se mantenha como referência de um grupo. Os “lugares de memória” só vivem na medida em que são atualizados, sob pena de se tornarem somente um espaço, lugares de narrativas históricas e não de vivências históricas. Nessa perspectiva, entendemos o arquivo como um “lugar de memória”.

No entanto, a ideia de “lugar de memória” parte de uma concepção específica do conceito de memória. A memória é transitória, passível de esquecimento, humana e social. E, por isso, sujeita a mudanças. É importante problematizar tal conceito, mas, em termos analíticos, o arquivo pode ser inserido, sim, nessa categoria, respeitando suas especificidades. Uma das principais especificidades do arquivo em relação aos outros “lugares de memória” é, sem dúvida, o valor probatório que agrega. O sentido de prova e de verdade segundo o qual o acervo arquivístico é investido lhe confere uma singularidade.

Porém, essa veracidade que os acervos arquivísticos carregam precisa ser analisada a partir de uma perspectiva crítica, no sentido de questionar determinadas “verdades” que se encontram nos documentos arquivísticos. Jacques Le Goff, ao analisar a relação entre história e memória, apresenta importante reflexão sobre a aproximação entre a ideia de documento e monumento. Enquanto o documento - durante muito tempo, principalmente entre o final do século XIX e início do século XX (período de predomínio da escola histórica positivista) - apresentou-se

⁴³ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In *Projeto história*: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, v. 10, p. 07-28, dez. 1993, p. 14.

como prova histórica, objetiva e inquestionável, impondo-se por si próprio, o monumento era revestido de certa intencionalidade e subjetividade, caracterizando uma espécie de triunfo do primeiro sobre o segundo⁴⁴.

A partir da primeira metade do século XX, mais especificamente no ano de 1929 com a fundação da revista *Annales d'histoire économique et sociale*⁴⁵, a noção de documento foi ampliada. Novos suportes, além dos documentos escritos, foram inseridos nessa discussão. “Há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira.”⁴⁶ Além disso, houve uma mudança no sentido dado aos documentos; agora, era preciso questioná-los.

Nesse contexto, a produção documental passou a ser repensada e descobriu-se que não existe documento objetivo e/ou inócuo. O documento, assim como o monumento, “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”⁴⁷. A partir dessa ideia, Le Goff afirma que o documento é monumento.

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento, que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é o monumento.⁴⁸

A ideia de Le Goff sobre a característica subjetiva do documento, sobre as diversas possibilidades de interpretação sobre um único manuscrito - por exemplo, contrariando a ideia de que os documentos “falavam por si só” - pode ser relacionada ao debate mais interno e – por que não? - técnico de organização arquivística. A metodologia empregada na organização física de acervos documentais pode ajudar ou atrapalhar as reflexões em torno dos arquivos. Por isso, o domínio das técnicas específicas, por parte do profissional da informação, é importante para manter o caráter

⁴⁴ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo. UNICAMP, 1994, p. 537.

⁴⁵ Revista francesa que marcou o início do movimento chamado a “Nova História” ou Escola dos Annales, que renovou os métodos historiográficos de pensar, escrever e pesquisar história. Essa nova corrente historiográfica questionou a visão positivista vigente até então no que se refere aos documentos e o papel que desempenhavam na construção da narrativa histórica.

⁴⁶ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo. UNICAMP, 1994, p. 540.

⁴⁷ Idem, p. 548.

⁴⁸ Idem, p. 547-548.

reflexivo dos documentos arquivísticos, em especial no que se refere à sua organicidade, isto é, as relações existentes entre os documentos.

Do ponto de vista do fazer arquivístico, as técnicas empregadas para a organização de acervos documentais fazem parte do arcabouço metodológico da área, representando práticas exercidas pelos profissionais no interior de instituições de diversas naturezas e objetivos. Nesse sentido, as práticas arquivísticas relacionadas à gestão de documentos (identificação, classificação, avaliação e seleção) - que visam a otimização do espaço e uma maior sistematização da produção e do tramite documental - estão inseridas em um contexto mais amplo que envolve a posição subjetiva do arquivista e as diretrizes internas da instituição na qual o trabalho é realizado.

Nesse sentido, podemos observar que as técnicas e metodologias de organização de documentos, assim como a elaboração de instrumentos de pesquisa, são influenciadas por debates e interesses pessoais. Por isso, podemos considerar o arquivo como um instrumento de poder e legitimação de discursos; uma ferramenta estratégica na disputa pela memória.

Retomando o argumento de Andreas Huyssen, de que a velocidade do tempo traz o pânico de esquecer e que isso cria a vontade de se guarda tudo, Nora reforça essa ideia na medida em que, para ele, o “guardar tudo” seria uma solução para a recuperação de uma memória que não existe mais. Ou seja, segundo Nora, os “lugares de memória” não representam propriamente a memória, mas sim a história, fazendo em sua análise uma dicotomia entre memória e história. Ele vai dizer que “tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto memória, mas já história”⁴⁹.

Nesse sentido, a criação de “lugares de memória” através de arquivos, museus, cemitérios etc., são estratégias de contenção do passado que já não pode mais ser lembrado. “O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar”⁵⁰; se não se pode mais lembrar, precisamos criar meios de preservar e divulgar, sob pena do esquecimento total. Nesse sentido, os arquivos são considerados por Nora marcos testemunhais de outra era, configurando-se em “ilusões de eternidade”.

⁴⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto história: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, São Paulo, v. 10, p. 07-28, dez. 1993, p. 14.

⁵⁰ Idem, p.15.

Podemos refutar essa pretensa eternidade que os arquivos carregam a partir da relação entre o conceito de documento e de arquivo. De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística, documento é “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato”⁵¹. Em contrapartida, arquivo é definido pelo mesmo dicionário de diferentes formas. São elas:

- (1) Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.
- (2) Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos.
- (3) Instalações onde funcionam arquivos.
- (4) Móvel destinado à guarda de documentos ⁵²

Partindo da concepção de arquivo enquanto conjunto de documentos, um documento arquivístico é produzido no âmbito das atividades e funções de determinada instituição ou pessoa, possuindo uma relação orgânica com outros documentos. Mas, no que se refere ao acesso, alguns desses documentos podem não estar disponíveis nos arquivos; esse é o ponto de problematização do caráter político dos arquivos. As razões da não disponibilização de um documento podem ser várias, indo desde o pleno desconhecimento até algo totalmente consciente. Mas o que não se pode negar é a característica subjetiva, e por isso política, dos arquivos (e dos documentos que o compõem). Desse modo, a falta de informação em determinado arquivo pode se configurar em uma informação.

Retomando a discussão sobre lembrança e esquecimento como vertentes da memória e, portanto, presente nos arquivos, Michael Pollak⁵³ discute a diferença entre o esquecimento e o silêncio, apresentando perspectivas bem diferentes para cada um desses termos e de forma distinta dos autores estudados até então.

Pollak analisa a memória coletiva a partir dos estudos de Maurice Halbwachs, como uma das responsáveis pela configuração da memória individual; uma espécie de conciliação entre memória coletiva e memória individual. Esse processo se dá através

⁵¹ Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 73.

⁵² Idem, p. 27.

⁵³ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

de alguns pontos de referência, como, por exemplo, os “lugares de memória” de Pierre Nora.

O autor discute a diferença entre o silêncio e o esquecimento através de uma diferenciação entre memórias subterrâneas (grupo de excluídos, de minorias) e memória oficial ou memória nacional. O autor mostra que o silêncio acontece, pelo menos, por dois motivos. Pode ser uma estratégia por parte dos atores oficiais que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias. E, assim, está diretamente ligado à impotência por parte das minorias e de excluídos em contra-atacar, no sentido de se fazer ouvir frente ao excesso de discursos oficiais. Ou então pode ser uma memória traumática, e, nesse caso, a opção pelo silêncio tem razões muito complexas, podendo ser uma forma de não lembrar momentos difíceis e que trazem lembranças traumáticas ou a simples falta de um interlocutor, de uma escuta.

Nesse contexto, a memória entra em disputa. Quando as memórias clandestinas alcançam a cena política e social, há um “ajuste” da memória oficial, um “enquadramento da memória”, com uma organização do discurso oficial, presente nos arquivos, museus, centros de memória etc. Pollak observa que:

O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do ‘não-dito’ à contestação e à reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também se sua organização⁵⁴

A principal função da memória é entendida por Pollack como a garantia de um sentimento de pertencimento e de coesão interna de um grupo, reforçando as fronteiras sócio-culturais entre eles e outros. Perpassa o modo como são constituídas lembranças acerca de um fato e de quem são seus produtores, evidenciando a oposição entre memória coletiva oficial, a dominante, e as “memórias subterrâneas”, dominadas.

Através do conceito de “memórias enquadradas”, Pollak se refere à memória manipulada ou arranjada para justificar uma situação, beneficiando-se de um passado construído para legitimar algum tipo de direito ou poder no presente. A noção de “enquadramento da memória” provém do trabalho de Rousso, que examina como a

⁵⁴ Idem, p. 09.

“memória coletiva” francesa, a respeito do governo de Vichy, modificou-se em diferentes conjunturas políticas.⁵⁵

Na reflexão que faz a respeito da memória, o autor indica tanto uma metodologia de trabalho para interpretação da memória individual - enquanto elemento de ação do sujeito na construção da memória compartilhada – como também discute o caráter problemático da imbricação entre memória individual e compartilhada. Além disso, ele assinala que a emergência dessas memórias depende muito da conjuntura favorável ou desfavorável do momento presente.

Não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias.⁵⁶

A memória coletiva é constituída a partir das recordações de acontecimentos ou ações que se deram no passado, refletido e ligado em nosso presente, marcado então pelo esquecimento e pela lembrança. Dessa forma, o arquivo pode ser utilizado como lugar dispositivo de memória, com vistas a valorizar e a preservar a memória de grupos ou indivíduos, por meio do resgate de fundos específicos, estabelecendo assim a relação entre a contextualização histórica e a custódia dos documentos.

Nesse sentido, é importante pensar os arquivos sob uma perspectiva crítica. Segundo Luciana Heymann, os arquivos devem ser entendidos “como artefatos dotados de historicidade, marcados por interferências configuradoras e investidos de uma série de atributos igualmente conformadores de sentidos”.⁵⁷ Essa passagem reforça o que vimos até aqui. Ela legitima o caráter político dos arquivos, destacando que precisam ser analisados criticamente antes de qualquer conclusão. É necessário pensar sobre a configuração arquivística que se apresenta e refletir sobre seus usos e seu percurso enquanto elemento passível de manipulação histórica.

⁵⁵ ROUSSO, Henry. Vichy, le grand fossé. In: *Vingtième Siècle Revue d'histoire*, nº. 5, 1985.

⁵⁶ POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 4.

⁵⁷ HEYMANN, Luciana Quillet. *De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do 'legado' de Darcy Ribeiro*. IUPERJ: Rio de Janeiro, Tese de doutorado, 2012.

No debate atual sobre a urgência de memória e usos do passado, o arquivo se torna central. Segundo Luciana Heymann⁵⁸, o arquivo ganhou espaço na cena atual por dois motivos. Primeiramente, por se tratar de um objeto de reivindicações coletivas e, segundo, por valorizar novas memórias, produzindo um “desejo de arquivo”⁵⁹. De acordo com a autora, há uma nova configuração dos lugares de arquivamento, “alterando a paisagem arquivística”. Considerando o fato de que os arquivos e suas funções ainda são desconhecidos por muitas pessoas em nossa sociedade, esse é o momento no qual novos conjuntos documentais são requisitados e passam a ser arquivados documentos nunca antes imaginados como objetos de ações de preservação. Esse cenário aponta para uma nova relação entre arquivos e sociedade, na qual haveria uma espécie de “mão dupla” onde cada grupo passa a investir na sua memória através da produção de documentos e de espaços de arquivamento, da mesma forma que os arquivos que já existem passam a ser mais atrativos para os diversos setores sociais.

No entanto, é preciso estar atento às justificativas de preservação da memória. De acordo com Heymann, é necessário um esforço analítico,

Na análise de distintos, e cada vez mais frequentes, empreendimentos que têm no arquivo a sua justificativa e motivação e que, ao associarem-no à possibilidade de ‘resgatar’ e ‘preservar’ a memória, contribuem para a sua naturalização, por um lado, e para sua sacralização, por outro.⁶⁰

A ideia de “naturalidade” que reveste os arquivos desde a produção documental até o acesso está relacionada a uma tradição da própria disciplina arquivística. Heymann aponta essa característica “natural” dos arquivos como sendo um dos motivos do seu afastamento dos debates históricos e sociais. Nesse sentido, a análise sugerida por Heymann é “em primeiro lugar, um esforço para ‘desnaturalizar’ os arquivos e seus enquadramentos metodológicos e institucionais, e um esforço para dar visibilidade às narrativas produzidas em torno e por meio desses artefatos”⁶¹.

Assim, através de uma reflexão sociológica e histórica, Luciana Heymann analisa os arquivos através do processo social que os transformam de simples registros a fontes de pesquisas, apontando a perspectiva crítica frente à análise documental.

⁵⁸ A análise de Heymann é focada nos arquivos pessoais, assim como sua proposta metodológica. Mas a discussão conceitual contribui diretamente para o campo arquivístico como um todo.

⁵⁹ HEYMANN, Luciana Quillet. *De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do ‘legado’ de Darcy Ribeiro*. IUPERJ: Rio de Janeiro, Tese de doutorado, 2012, p. 7-8.

⁶⁰ Idem, p. 8.

⁶¹ Idem, p. 2.

Em contrapartida, assumindo outra perspectiva de análise, Ana Maria Camargo⁶² discute os arquivos a partir de alguns elementos presentes na definição tradicional da área, como o valor de “verdade” dos documentos arquivísticos.

Segundo Camargo, os arquivos são revestidos de temporalidade - uma “dinâmica temporal” - e de uma situação concreta de produção e acumulação dos documentos; é a dimensão do “quando” e do “como” que perpassa todo o fazer arquivístico. Esses elementos precisam ser levados em consideração, na medida em que se pretende analisar a construção de acervos documentais, pois são decisivos na escolha de metodologias de trabalho. Essas metodologias vêm sendo utilizadas no sentido interpretativo, ou seja, são produtos de interpretações feitas para se chegar a um fim que já se sabe qual é, como se os documentos fossem sendo encaixados forçadamente em linhas de análises pré-definidas.

Essa prática tende a ignorar o aspecto contextual dos documentos arquivísticos. Não se leva em consideração as relações e os vínculos entre si e relativos a ações externas, como se cada documento fosse independente, ignorando a organicidade do acervo, função arquivística primordial. De acordo com Ana Maria Camargo, contexto e conteúdo são mutuamente dependentes, segundo a autora:

Nenhum documento é uma ilha (...). E o arquivo é sempre maior do que a somatória das partes que o integram, o que significa que cada uma delas carrega consigo a cunha da entidade produtora como um todo.⁶³

É necessário, portanto, uma ressalva em relação ao aspecto instrumentalizador dos arquivos. Se pensarmos, por exemplo, nos documentos que sobreviveram aos regimes repressivos, notamos que estes já não instrumentalizam mais as instituições que lhes deram origem, e passam a adquirir o que Ana Maria Camargo chamou de “efeito-bumerangue”.⁶⁴

O “efeito-bumerangue” é uma característica dos documentos arquivísticos, relacionado ao seu efeito probatório. No caso dos regimes ditatoriais, por exemplo,

⁶² CAMARGO, Ana Maria. Os arquivos e o acesso à verdade. In *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Cecília MacDowell Santos, Edson Teles, Janaína de Almeida Teles, orgs. São Paulo: Alderaldo & Rothschild Editores, 2009, v. 2, p. 425-426.

⁶³ CAMARGO, Ana Maria. Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. In: *Ponto de partida*, p. 21.

⁶⁴ CAMARGO, Ana Maria. Os arquivos e o acesso à verdade. In *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Cecília MacDowell Santos, Edson Teles, Janaína de Almeida Teles, orgs. São Paulo: Alderaldo & Rothschild Editores, 2009, v. 2, p. 425-426.

esses documentos são usados como provas dos abusos cometidos, para fins de reparação. No entanto, o valor de prova dos documentos está em qualquer tipo de arquivo, na medida em que os documentos são investidos de um conhecimento retrospectivo que se aproxima da vontade de expiar a verdade. Ou seja, podem fazer com que o passado volte e, muitas vezes, de uma forma que incomoda. Nesse sentido, o fascínio exercido pelos arquivos pode ser explicado, em grande parte, pela ilusão de acesso à verdade absoluta, sobrepondo-se a qualquer informação meramente narrativa.

Dessa forma, percebemos os esforços na direção da preservação e conservação dos arquivos. A preservação dos documentos influencia diretamente na confiabilidade que seu uso pode inspirar, como se a verdade estivesse sendo preservada integralmente.

Além do valor de prova, outra característica dos arquivos é a autenticidade. Um documento é autêntico quando se conhece a sua proveniência, independentemente da veracidade do seu conteúdo. Dessa forma, o documento pode ser falso, mas ainda assim autêntico, na medida em que o seu órgão produtor é conhecido.

No entanto, essas duas premissas arquivísticas - o valor probatório e a autenticidade - têm suscitado debates em relação à imparcialidade dos arquivos. Durante algum tempo, mais especificamente desde o século XIX, as análises mais conservadoras defendiam que os documentos de arquivo estavam imunes aos sentidos que lhes emprestavam usuários e pesquisadores. Hilary Jenkinson⁶⁵ é um dos principais expoentes dessa linha de análise, que influenciou estudos de autores como Ana Maria Camargo e Luciana Duranti, entre outros.

Acreditava-se que os documentos de arquivo eram “a materialização ou corporificação de fatos”⁶⁶. Essa vertente defende que o valor referencial dos documentos não depende dos diversos e eventuais olhares dos pesquisadores e usuários, nem mesmo dos arquivistas. Esse valor seria dado a partir da lógica da entidade produtora. Apesar de se referir à produção dos documentos de arquivo, e não ao processo de acumulação documental (embora Camargo defenda que a acumulação é resultado da trajetória do órgão produtor), essa postura analítica acaba por naturalizar a produção dos documentos, como se os arquivos fossem formados naturalmente sem nenhuma intencionalidade ou interesse.

⁶⁵ JENKINSON, Hilary. *A manual of archive administration: including the problems of war archives and archive making*. Oxford: Clarendon Press, 1922.

⁶⁶ CAMARGO, Ana Maria. *Apud DURANTI, Luciana*. The concept of appraisal and a archives theory. In: *The American Archivist*. Chicago (Il.), vol. 57, n° 2, p. 328-44, 1994.

A linha teórica de Jenkinson entende os arquivos como testemunhos espontâneos do seu tempo, destacando que os documentos não são criados com intenções posteriores, adotando uma postura neutra em relação à formação dos arquivos. De acordo com essa interpretação, os documentos não são produzidos em razão de outros interesses que não os da sua funcionalidade. Segundo Ana Maria Camargo,

Os documentos de arquivo desfrutam de dupla condição: são sempre parciais em relação à entidade produtora, isto é, são partes constitutivas de sua lógica interna; e são, simultaneamente, imparciais em relação ao pesquisador, isto é, não são partes constitutivas da lógica da pesquisa.⁶⁷

Novas abordagens teóricas vêm questionando essa linha de análise até então predominante na literatura arquivística. Autores como Terry Cook⁶⁸ e Verne Harris⁶⁹ defendem que o contexto arquivístico incorpora várias vozes, mudando sucessivamente. Cada pesquisador, com sua perspectiva única, acrescenta a própria voz às muitas vozes pelas quais o arquivo fala.

Esses autores podem ser inseridos na discussão que vem caracterizando a arquivística nos últimos tempos, marcados por uma visão que debate o arquivo para além da sua materialidade. Identificando a proveniência dos documentos mais nas ações que os geraram do que no local onde foram produzidos, esses autores podem ser identificados com a ideia pós-custodial da Arquivologia.

O conceito de Arquivologia pós-custodial está diretamente relacionado à emergência da informação e das novas tecnologias que aproximaram a Arquivística da chamada Ciência da Informação. Esta última, por sua vez, prioriza os estudos em torno da informação em detrimento do documento em suportes tradicionais como o papel, configurando-se no que alguns autores identificam como uma quebra de paradigma na área. Além disso, uma nova discussão em relação ao fazer arquivístico e ao papel social dos arquivos ganhou força com essa nova abordagem pós-custodial: é a chamada “Arquivística Integrada” e a linha “pós-moderna”.

⁶⁷ CAMARGO, Ana Maria. Os arquivos e o acesso à verdade. In: *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Cecília MacDowell Santos, Edson Teles, Janaína de Almeida Teles, orgs. São Paulo: Alderaldo & Rothschild Editores, 2009, v. 2, p. 435.

⁶⁸ COOK, Terry, SCHWARTZ, Joan M. Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna. In: *Archives Science*, v. 2, n 1-2, p 1-19.

⁶⁹ HARRIS, Verne. Claiming less, delivering more: a critique of positivist formulations on archives in South Africa. In: *Archivaria*. Ottawa, n. 44, p. 132-41, 1997.

A “Arquivística Integrada” pode ser entendida a partir da emergência da informação enquanto foco principal do trabalho arquivístico. Propõe que se tenha uma espécie de sistema informacional, estruturado e organizado, facilitando o acesso à informação, levando a uma visão global do arquivo. Essa integração da informação é defendida por alguns autores. Entre eles, podemos citar Rousseau e Couture⁷⁰ em âmbito internacional e, em nível nacional, Luis Carlos Lopes⁷¹, como sendo o caminho de inserção da Arquivologia na esfera da ciência.

O conceito de “Arquivística Integrada” está relacionado com os procedimentos arquivísticos, ou seja, caracteriza-se por uma mudança na prática exercida na organização de acervos. Possui impacto nas funções arquivísticas de classificação, avaliação e descrição documental, influenciando diretamente na gestão de documentos no interior das instituições. Já a linha “pós-moderna” apresenta uma reflexão mais teórica da condição dos arquivos. Através dela, analisa-se o papel dos arquivistas e dos documentos sob a ótica política e social, indo contra a argumentação tradicional que vigorava na área.

Esse tipo de análise é bastante criticado pelos positivistas e tradicionalistas da linha de Jenkinson. Estes apontam que, sob o pretexto de englobar ao conceito de arquivo outras diversas categorias analíticas, essa postura subverte o conceito clássico da área, dando mais ênfase às circunstâncias dos usos em detrimento da origem do documento. Defendem ainda que esse tipo de análise estaria abandonando toda a fundamentação teórica da arquivística.

Outro ponto de crítica está relacionado aos fundamentos e conceitos arquivísticos que durante anos vigoraram. Entre eles, estão o conceito de ciclo vital, a ideia de custódia e a gestão de documentos. Em relação ao ciclo de vida dos documentos, a Arquivologia Integrada defende que considerações históricas podem ser criadas nos documentos a partir de sua produção e que, por isso, as idades dos documentos são se justificariam; o documento pode ser histórico ainda estando em uso.

No que se refere à custódia física, o ponto principal de divergência está nos documentos eletrônicos, que são produzidos e transitam virtualmente. Isso está ligado diretamente à questão central da gestão de documentos, as práticas arquivísticas de

⁷⁰ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa, Portugal: Nova Enciclopédia, 1998.

⁷¹ LOPES, Luís Carlos. Os arquivos, a gestão da informação e a reforma do Estado. In: *Arquivo&História*, Rio de Janeiro, out., 1998, n. 4, p. 37-49.

avaliação e preservação, que devem ser repensadas levando-se em consideração a produção de documentos eletrônicos.

Mais adiante, apresentaremos as novas perspectivas de análise que estão influenciando a Arquivologia enquanto saber estratégico de produção de memória.

O fato é que a ideia de arquivo enquanto conceito vem se modificando ao longo dos anos, inclusive pelo investimento de estudos em outras áreas do conhecimento, como a Filosofia e a História. Contribuições importantes estão sendo dadas através de estudos interdisciplinares com a Arquivologia, no sentido de questionar posições antes dadas como consolidadas, principalmente no que se refere ao papel social dos documentos e arquivos. Podemos identificar na produção intelectual de pelo menos dois autores alguns traços que reconfiguram as noções da área. Michel Foucault e Jacques Derrida são alguns dos principais expoentes da Filosofia, nessa nova linha de análise do conceito de arquivo.

Foucault, no livro “Arqueologia do saber”⁷², analisa a noção de arquivo para além do documento. Segundo o autor, o arquivo não é apenas um conjunto de documentos, mas, sim, algo composto por fatores internos às culturas, elementos característicos que determinam as regras e enunciados da dinâmica de determinadas sociedades. Analisando os métodos utilizados por historiadores numa nova vertente de produção historiográfica, o autor defende que o ponto principal dessa nova abordagem de produção do conhecimento histórico é a crítica ao documento.

Segundo o filósofo, a História, em sua forma tradicional, empreendia memorizar os monumentos do passado, transformá-los em documentos. A História atual se voltou para a Arqueologia, mudou sua posição acerca do documento. A intenção não é mais interpretá-lo, nem determinar se ele diz a verdade e qual o seu valor expressivo, mas trabalhá-lo, elaborá-lo no seu interior. O arquivo adquiriu uma forma imaterial, representada por enunciados e discursos que formam o saber e, conseqüentemente, o poder. O arquivo aparece segundo o jogo de relações que caracteriza o nível do discurso, representando um determinado conjunto de práticas discursivas/narrativas. De acordo com Foucault,

Eu chamarei *arquivo*, não a totalidade dos textos que foram conservados por uma civilização, nem o conjunto dos traços que se pôde salvar do desastre, mas o jogo de regras que determinam dentro de uma cultura o aparecimento e o desaparecimento dos enunciados,

⁷² FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, cap. 3.

sua remanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de *acontecimentos* e de *coisas*.⁷³

Em outra obra *A Ordem do discurso*⁷⁴, o autor retoma algumas reflexões sobre o discurso e como estes exercem a função de controle, limitação e validação das regras de poder de determinadas sociedades. “Em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos (...)”⁷⁵. O discurso está na ordem do poder, possui um poder simbólico intrínseco de reprodução e dominação. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos.”⁷⁶

Nessa perspectiva, podemos incluir o arquivo como um instrumento de perpetuação de discursos, instância inserida no jogo de desejo pelo poder. Foucault analisa os pontos de apoio do poder político e social, muitas vezes invisíveis e desconhecidos. Nesse sentido, o arquivo pode ser reconhecido como um desses pontos de apoio, na medida em que exerce função importantíssima na dialética entre disseminação e esquecimento de discursos e narrativas.

As contribuições do filósofo Jacques Derrida se deram em torno da ideia de originalidade e autenticidade que os arquivos preservam e da questão da conservação e seleção dos documentos. De acordo com o autor, o arquivo é composto de “traços que deixam traços”, colocando em discussão a noção de original e autêntico, na qual o passado não poderia ser encontrado no arquivo.

Outro ponto discutido por Derrida é o que ele chama de “lugar de uma grande violência”, no sentido de que na prática arquivística residiria um aspecto violento no ato de selecionar e conservar. Segundo Derrida,

Não há arquivo que não implique em poder de destruição, de seleção ou de exclusão. A conservação não ocorre sem uma exclusão; é um poder eminentemente político que se exerce como poder de legitimação. (...) A partir do momento em que há arquivamento, está não somente em jogo o passado, mas o futuro. O ato de arquivamento, que deve conservar, é também um ato de amnésia. A amnésia está em curso na memória guardada, no ato que deposita. Na guarda

⁷³ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, cap. 3, p. 146.

⁷⁴ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 2010.

⁷⁵ Idem, p. 02.

⁷⁶ Idem, p. 02.

arquivística, há tanto de esquecimento (ativo ou não) como de memória.⁷⁷

Estes são exemplos de reflexões que reforçam o papel do arquivo na dinâmica social, deixando de lado as análises que tendem a naturalizar o processo de construção e conservação documental e lançando mão de uma discussão mais crítica. Aborda-se, por exemplo, indagações em relação à etnografia dos documentos: em que medida os documentos e os arquivos controlam e/ou libertam indivíduos, grupos e/ou sociedades? Esses questionamentos analíticos ganham espaço em trabalhos científicos que buscam justamente entender a relação entre as instâncias institucionais, os documentos, os usuários e os pesquisadores. São análises que pretendem localizar o arquivo como lugar de produção de narrativas e de legitimação de discursos, partindo do pressuposto de que a acumulação de documentos não se dá de forma neutra. As práticas arquivísticas são revestidas de intencionalidade e racionalidade produzindo um arcabouço documental que irá servir a determinados interesses.

Diante do exposto, é oportuno pensar o lugar do arquivista nesse contexto. Ao entender o arquivo como um lugar dispositivo de memória e ferramenta fundamental no enquadramento intencional de práticas discursivas, o arquivista se torna peça chave nesse debate.

A nova linha de análise chamada de “pós-moderna”, além de tratar dos aspectos epistemológicos em relação aos arquivos, também refletiu sobre a participação do profissional. Questionou a ideia de arquivo e a posição dos arquivistas. É uma discussão crítica em relação aos padrões positivistas que prevaleciam na arquivística, com a proposta de redimensionar a noção dos arquivos na sociedade e o papel desempenhado pelo profissional de arquivo na dinâmica da função. Os autores questionaram manuais consolidados no meio arquivístico, que tinham como referência a escola teórica “jenksoniana”, e introduziram uma nova forma de pensar os arquivos. Alguns dos principais expoentes que iniciaram os debates em torno da dimensão ativa da prática arquivística são Hugh Taylor, Verne Harris e Terry Cook.

Em oposição ao ideal de neutralidade, objetividade e invisibilidade do arquivista, defendido pelos autores tradicionais, os estudos atuais defendiam que o

⁷⁷ HEYMANN, Luciana Quillet. *De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do 'legado' de Darcy Ribeiro*. IUPERJ: Rio de Janeiro, Tese de doutorado, 2012. p. 14-15 Apud DERRIDA, Jacques. Le future antérieure de l'archive. In: LÉGER, Nathalie (dir.). *Questions d'archives*. Paris: Éditions de l'IMEC, 2002, p 47.

arquivista atuava politicamente, já que a sua função não pode ser deslocada dos embates e interesses sociais nos quais está diretamente inserido. Apesar de algumas reações negativas, essas ideias começaram a ganhar espaço principalmente a partir nos anos 80, e ajudaram repensar o papel e a atuação dos arquivistas no interior dos arquivos.

Porém é importante contextualizar historicamente os autores ditos como tradicionais como Jenkison. Trata-se de um arquivista britânico do início do século XX, que trabalhava com documentos medievais, e que não se debruçava sobre os desafios apresentados hoje pelos documentos de arquivo. Nesse sentido, é preciso levar em consideração o tempo histórico das primeiras influências teóricas da Arquivologia que possuíam outros focos de análises que não esses que temos no século XXI.

Apesar de estarem inseridos em um aparato burocrático que requer normas e procedimentos próprios, os arquivos fazem parte do jogo de poder social em torno da preservação de uma determinada memória. Por isso, os profissionais da informação devem possuir consciência política do seu fazer diário, no sentido de perceberem a função social no uso dos documentos. Justamente por esse motivo, as práticas técnica e intelectual nos arquivos precisam ser analisadas a partir de um prisma político e social.

Segundo Heymann,

Investir no papel dos arquivistas na conformação da fonte histórica é uma das vertentes da abordagem etnográfica que alguns estudiosos têm sugerido como caminho para ‘desnaturalizar’ os arquivos e entendê-los como produto social em cuja “fabricação” interferem vários agentes movidos por objetivos distintos e portadores de visões de mundo diferentes. Pensar os arquivos e sua produção implica, portanto, pensar em representações e práticas.⁷⁸

Nessa perspectiva, os arquivos são formados na dinâmica das relações sociais, através de distintas intervenções que vão desde a entidade produtora até os arquivistas, que, antes mesmo do trabalho do pesquisador, realizam eles próprios seleções, classificações e monumentalizações.

Possuem como aliadas as transformações eletrônicas, as quais apresentaram desafios mais abrangentes para a prática arquivística ao impor novos posicionamentos dentro do campo. A linha chamada de “pós-moderna” defende que os arquivistas detêm um enorme poder, assim como um importante empreendedorismo no seu fazer diário. Os arquivistas seriam os coautores dos arquivos, principalmente no que se refere às

⁷⁸ HEYMANN, Luciana Quillet. *De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do ‘legado’ de Darcy Ribeiro*. IUPERJ: Rio de Janeiro, Tese de doutorado, 2012, p. 25.

atividades de avaliação e seleção. Terry Cook destaca que os arquivistas, como gestores de arquivos, “detêm o poder sobre os próprios documentos essenciais à formação da memória e da identidade, por meio da gestão ativa dos registros antes deles se tornarem arquivos”⁷⁹.

Através dos sistemas de arquivamento, da avaliação e seleção, e da escolha de um determinado fragmento entre tantos outros possíveis para fazer parte do arquivo, os arquivistas frequentemente reinventam, reformatam e reinterpretam o arquivo. Cook observa que por meio de ideias e sentimentos diversos, ações e escolhas, a decisão sobre o quê preservar, e conseqüentemente privilegiar, ocorre em contextos socialmente construídos e determinam as significações daquilo que se tornará arquivo. Nesse sentido, se pensarmos o arquivo enquanto “suporte” estratégico de memória, as experiências e atividades que os arquivistas acumulam ao longo do tempo influenciam o conteúdo arquivístico e, dessa forma, influenciam também a memória da sociedade.

Apesar das mudanças ocorridas ao longo dos anos em áreas correlatas, como a História, a Antropologia e a Museologia, entre outras, a Arquivologia se mostrou resistente às novas formulações e estudos teóricos que surgiram nas ciências humanas. Com o chamado *linguistic turn*⁸⁰ dos anos 80, novos questionamentos epistemológicos colocaram em xeque abordagens tradicionais e sacudiram a academia no que se refere às críticas aos pressupostos consolidados de diversas áreas do conhecimento.

História, Antropologia, Museologia e estudos da memória, entre outros, foram áreas que se reconfiguraram frente aos novos desafios. Com a Arquivologia foi diferente. Durante muito tempo, esta se manteve imune às novas escolas de pensamento que questionavam as bases principais da disciplina. Essa postura pode ser explicada em parte pela forte resistência que os manuais e a prática empirista nos arquivos possuíam. O fazer arquivístico era pautado nas tarefas diárias que os profissionais exerciam, muitos sem formação específica para tanto.

No entanto, a partir da introdução de novas demandas à documentação e à organização de acervos, as funções arquivísticas começaram a ser repensadas. Essas demandas estavam ligadas diretamente ao avanço tecnológico e à consciência política

⁷⁹ COOK, Terry, SCHWARTZ, Joan M. Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna. In: *Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba*, Fundação Pró Memória de Indaiatuba, Indaiatuba (SP), v. 3, n. 3, p. 15-30, jul. 2004.

⁸⁰ A virada linguística que caracterizou o século XX foi uma mudança na relação entre as ciências humanas e sociais com a linguagem filosófica, ou seja, foi uma nova forma de pensar os discursos filosóficos a partir de esquemas conceituais, crenças e subjetividade. A linguagem adquire a importância de agente estruturador nas ciências humanas e sociais.

dos profissionais, gerando um sentimento de perigo para a profissão. A tradição do saber empírico escondeu o caráter criativo e político dos arquivistas, como se a intelectualidade não fosse compatível com o trabalho arquivístico. A atividade empírica, que sempre esteve ligada ao trabalho nos arquivos, acabou deixando de lado a atividade científica da área, separando a técnica da intelectualidade. Esse pode ser um dos motivos segundo os quais a Arquivologia ainda tenta alcançar o status de ciência.

No entanto, essa nova abordagem vem ganhando cada vez mais espaço, pois as antigas teorias já não conseguem dar conta dos desafios que se apresentam atualmente na prática arquivística. É importante manter os elementos precursores da área no sentido de nortear o fazer e a prática nos arquivos, mas é extremamente necessário que se tenha uma postura crítica quanto ao trabalho desenvolvido.

Terry Cook⁸¹ aponta para o perigo da recusa em admitir as relações de poder embutidas no exercício da profissão arquivística. Essa negação acarretaria, por sua vez, a abdicação das responsabilidades pelas consequências do uso desse poder. Essa postura confortável, de observador isento, gera sérias sequelas não apenas para a compreensão e conclusão do papel dos arquivos e arquivistas nesses tempos mutáveis, mas também para o uso reflexivo dos arquivos no futuro.

Dessa forma, entendemos os arquivos como construções sociais. Eles possuem uma relação direta com as ideias de memória e verdade, influenciando na produção do conhecimento sobre o passado e nos registros que moldam no presente as ideias de história, memória e identidade.

“Os arquivos têm o poder de privilegiar ou de marginalizar. Podem ser uma ferramenta de hegemonia ou de resistência (...). Nesses espaços de poder, o presente controla o que o futuro saberá do passado.”⁸² Essa passagem de Cook exemplifica a importância que o conceito de arquivo adquiriu na abordagem contemporânea. Entendido como um espaço estratégico de legitimação de narrativas e práticas sociais, que remetem à construção de valores e identidades, os arquivos são investidos de significados resultantes de embates de interesses. Por sua vez, esse caráter social do arquivo está diretamente ligado ao trabalho do arquivista, que é o agente principal nesse processo, seguido pela instituição na qual está inserido.

⁸¹ COOK, Terry. Moda absurda ou Renascimento Profissional: Pós-modernismo e a prática de arquivo. In: *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, n. 1, p. 158-187, jan./jun., 2013.

⁸² COOK, Terry, SCHWARTZ, Joan M. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. In: *Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba*, Fundação Pró Memória de Indaiatuba, Indaiatuba (SP), v. 3, n. 3, p. 15-30, jul. 2004.

Assim, o arquivo não pode ser entendido como depósito de documentos, mas, sim, como ferramenta estratégica de poder na construção de memórias e identidades sociais. São lugares ativos, onde o poder é negociado, contestado e confirmado, principalmente pela atuação política dos arquivistas, que agem de forma decisiva na configuração arquivística, fazendo com que os documentos reflitam as suas diversas “vozes”.

Por um motivo didático, analisaremos as duas vertentes teóricas na Arquivologia: a linha tradicional, que trouxe os principais conceitos que ainda vigoram na área, e a nova perspectiva arquivística, que repensa o arcabouço teórico vigente à luz dos novos desafios contemporâneos. Retomaremos algumas discussões já apresentadas, mas analisaremos mais especificamente cada uma das propostas teóricas, de forma a mapear o contexto atual pelo qual a Arquivologia passa.

1.2.1 O paradigma clássico

Inicialmente, é importante introduzir algumas discussões referentes à Arquivologia enquanto área do conhecimento que demanda práticas e metodologias específicas. Alguns conceitos e paradigmas da área precisam ser apresentados para se entender a base teórica que por muitos séculos vem pautando os processos arquivísticos.

A Arquivologia é uma área do conhecimento vinculada às Ciências Sociais aplicadas. Por meio de um quadro conceitual e de uma metodologia própria, estuda e trata os dados contidos nos documentos arquivísticos, transformando-os em informação potencialmente capaz de produzir conhecimento e desenvolvimento social. A área de atuação da Arquivologia compreende a gestão da produção, do processamento e da disseminação da informação necessária para a tomada de decisões na administração pública e privada. Discute-se, pois não é consenso, que o seu objeto de estudo e intervenção é a informação arquivística, isto é, uma informação orgânica e funcional, produzida, recebida e acumulada por pessoa física ou jurídica em razão das suas atividades e objetivos.

Trata-se de uma área do conhecimento na qual o ensino interdisciplinar prevalece. Fazem parte desse universo, debates em torno da Ciência da Informação, História, estudos da Memória e Administração, entre outras. Especialmente com a Administração, a arquivística dialoga com um dos princípios mais importantes da área,

a gestão de documentos. Ana Celeste Indolfo⁸³ define a gestão documental como o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, utilização, avaliação e arquivamento dos documentos, em fase corrente, visando a sua eliminação, recolhimento para a guarda permanente ou transferência para o arquivo intermediário.

O conceito de gestão de documentos nasceu após a Segunda Guerra Mundial, com o chamado *boom* documental, momento em que grande quantidade de documentos passou a ser produzido, gerando uma maior necessidade de controle e organização dessa produção. É com o conceito de gestão de documentos que nasce a teoria das três idades (corrente, intermediária e permanente).

Funções arquivísticas como a classificação e avaliação fazem parte da gestão de documentos. A classificação é uma atividade mental e fundamentalmente inerente ao ser humano. É desenvolvida no cotidiano muitas vezes de forma despercebida. Classificar significa agrupar os semelhantes partindo-se de uma diferença. As classes originam espécies, que se transformam em classes originando novas espécies, ou seja, a classificação origina subdivisões sucessivas de classes até que algum elemento não possa ou não convenha mais ser subdividido.

Alguns aspectos são fundamentais para se ter uma classificação completa do acervo, aspectos que são totalmente contemporâneos e adaptados para as atividades de arquivamento no interior das organizações. É preciso o conhecimento da estrutura organizacional da administração produtora dos documentos para se fazer um levantamento da produção documental e conhecer os documentos produzidos pelos órgãos e unidades administrativas. Só assim será possível elaborar, através de um exercício intelectual, um Código de Classificação (resultado do processo de classificação) que espelhe as atividades e funções da entidade produtora.

O Código de Classificação está relacionado ao processo de descrição dos documentos. André Ancona⁸⁴ observa que a organização arquivística de qualquer acervo pressupõe não apenas as atividades de classificação, mas também as de descrição. Para ele, somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram. Nesse sentido, Ancona afirma que as atividades de

⁸³ INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. In: *Arquivística.net* – <<http://www.arquivistica.net>>. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, jul./dez. 2007. Acesso em: 30 ago. 2013.

⁸⁴ LOPEZ, André Porto Ancona. *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

classificação só conseguem ter seus objetivos plenamente atingidos mediante a descrição documental. A classificação arquivística, desprovida das atividades de descrição, somente é inteligível para as pessoas que organizaram o acervo.

A descrição geralmente ocorre nos arquivos permanentes (diferença conceitual entre classificação para arquivos corrente e arranjo para arquivos permanentes), e é feita através dos instrumentos de pesquisa, que orientam a consulta e determinam quais são e onde estão os documentos. Tem como função principal disponibilizar documentos para a consulta. Apresenta-se na forma de guias, inventários, catálogos e índices.

Visando uma descrição arquivística padronizada em nível internacional, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) criou uma norma mundial de descrição arquivística, a ISAD(G), contribuindo para o intercâmbio entre diferentes instituições e facilitando o acesso e a consulta em geral.

A avaliação está totalmente relacionada com a classificação. Ocorre na fase corrente logo depois da elaboração do Código de Classificação. Compõe-se do processo de análise e seleção dos documentos, definindo prazos de guarda e destinação final. Define quais documentos serão preservados para fins administrativos ou de pesquisa e quando poderão ser transferidos ao arquivo intermediário e/ou recolhidos ao arquivo permanente e/ou eliminados. Nesse momento, identificam-se os valores documentais (valores primários ou secundários) segundo seu potencial de uso. A avaliação deve ser feita por uma Comissão Interdisciplinar de Avaliação (CIA), composta por diversos profissionais envolvidos em todo o processo de produção e utilização dos documentos (arquivista, administrador e jurista, entre outros). Toda avaliação é subjetiva, por isso é preciso registrar os critérios normativos e legais utilizados. O resultado da avaliação é a Tabela de Temporalidade, que indicará os prazos de guarda.

Renato Tarciso⁸⁵ um dos principais autores que se dedicam ao estudo da prática e do conceito de classificação arquivística, apresenta uma análise histórica sobre a trajetória do conceito. A primeira fase surgiu na antiguidade e perdurou até o século XIX. No século XVII, surgem os primeiros manuais com normas escritas. Um exemplo foi o *De Re Diplomática* (Jean Mabillon, 1681), que apresentava métodos para determinar os fatos e eventos nos quais os documentos se inseriam. Ainda nessa primeira fase, com a Revolução Francesa de 1789, foram criados os primeiros arquivos

⁸⁵ SOUSA, Renato Tarciso B. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. In: *Arquivística.net* - <<http://www.arquivistica.net>>. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 120-142, ago./dez. 2006. Acesso em: 30 ago. 2013.

nacionais que concentram os documentos nas mãos do Estado, e é aberta então uma importante discussão sobre a organização desses documentos. Nesse momento, começam a ser questionadas as formas tradicionais de classificação.

A segunda fase se iniciou no século XIX e vigora até hoje. Especificamente no ano de 1840, Natalis de Waily, chefe da Seção Administrativa do Arquivo Nacional Francês, formulou um dos mais importantes princípios arquivísticos, o de respeito aos fundos, que mais tarde, em 1986, foi aprofundado por Michel Duchein⁸⁶. Em linhas gerais, o princípio de respeito aos fundos significa que os documentos produzidos por uma determinada instituição ou setor não podem ser misturados aos de outras entidades produtoras, e se aplica em todas as fases do ciclo vital dos documentos. Segundo Ana Márcia Rodrigues⁸⁷, o princípio de respeito aos fundos tem o mesmo fundamento do princípio da proveniência e do conceito de ordem original (Alemanha, 1881). Não tinham objetivo de desenvolvimento conceitual, era apenas uma perspectiva de orientação para a prática empírica nos arquivos.

Outro marco na arquivística no século XIX foi a publicação do Manual dos Holandeses⁸⁸, que continha cem regras e orientações sobre arranjo e descrição dos documentos de arquivos. A partir do Manual dos Holandeses é que se tem a primeira tentativa de conceituar os princípios arquivísticos. O manual discorre sobre a importância da ideia de respeito aos fundos, proveniência e ordem original, tentando eliminar equívocos e tornando esses princípios conceitualmente claros.

A partir de então, os manuais predominaram na literatura da área, apresentando uma espécie de passo a passo do fazer arquivístico, como se o trabalho a ser realizado estivesse preestabelecido e fosse igual em qualquer acervo documental. Ou seja, que era uma atividade puramente técnica e empírica, influenciada pela experiência diária nos arquivos públicos. O papel dos documentos, nesse momento, era o de servir ao Estado; limitavam-se a ser provas de fatos e acontecimentos históricos. Com a criação do Arquivo Nacional Francês, a Arquivologia passou a ter grande relação com a História.

⁸⁶ DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em Arquivística: Princípios teóricos e problemas práticos. In: *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, abr. 1982/ago. 1986, p. 14-33.

⁸⁷ RODRIGUES, Ana Márcia L. *Uma análise da teoria dos arquivos*. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte/MG, Dissertação de Mestrado, 2004.

⁸⁸ Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. Manual de arranjo e descrição de Arquivos. Associação dos Arquivistas Holandeses. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973.

Os arquivos, enquanto instituições de guarda e/ou como conjuntos documentais, existiam para atuar a serviço do poder público estatal.

Foi na Segunda Guerra Mundial que a Arquivologia se aproximou mais da Administração, com a criação do conceito de gestão de documentos, como visto anteriormente. Nessa fase, novos conceitos são introduzidos para dar conta dos acervos administrativos e do grande volume de produção documental. Um dos principais autores que abordam a questão administrativa/gerencial em arquivos é Theodore R. Schellenberg⁸⁹.

Outro autor que aborda a questão da prática nos arquivos é Jenkinson, que produz estudos antes de Schellenberg, no sentido de elaborar todo o arcabouço teórico e metodológico que deveria guiar o fazer arquivístico. Jenkinson e Schellenberg são os principais autores identificados com a linha clássica da Arquivologia.

Durante muitos séculos, Hilary Jenkinson (1892-1961) e Theodore R. Schellenberg (1903-1970) foram as principais referências em relação às teorias e práticas na Arquivologia. O debate que esses autores trouxeram, assim como o legado teórico que inauguraram na área, foi tão importante que até hoje continua vigorando. Contribuíram muito para a discussão com ideias divergentes, mesmo produzindo em épocas totalmente distintas.

É importante destacar que ambos os autores precisam ser analisados de acordo com o lugar que ocupavam e com o tempo no qual escrevem. Jenkinson começou a formular suas ideias em um momento em que os princípios básicos de arquivamento ainda estavam em seus estágios formativos; o Manual dos Holandeses ainda era a principal obra. Além disso, os primeiros anos de Jenkinson como arquivista ainda não eram marcados pelo grande volume documental que as guerras trouxeram.

No entanto, Jenkinson produziu em um ambiente de trabalho muito diferente daquele experimentado por Schellenberg. O aumento do volume de registros foi absurdo e esta situação obrigou Schellenberg a se concentrar na redução desse volume, selecionando somente os registros permanentemente considerados mais valiosos para o arquivo, para torná-los disponíveis de forma inteligível aos pesquisadores. Essa foi uma das suas principais reflexões, a questão da avaliação documental.

Para além de associações simplistas, podemos relacionar os autores e identificar pontos de convergências em suas análises. Configurando-se em duas das principais

⁸⁹ SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 6a. ed.

referências teóricas da área, Jenkinson e Schellenberg ajudaram a produzir o início das discussões conceituais da Arquivologia, e são influência na área até hoje.

Apesar dos diferentes contextos de atuação, ambos os autores possuíam um ponto importante. Apesar de Jenkinson declarar mais enfaticamente em seus escritos, Schellenberg também concordava que arquivos são acumulados no curso de atividade regular, pública ou privada; o que está implícita nesta declaração é a noção de acumulação natural. Segundo Jenkinson, “arquivos não são recolhidos. (...) Eles se reuniram e chegaram ao seu final, através de um processo natural: é um crescimento, quase, pode-se dizer, tanto como um organismo como uma árvore ou um animal.”⁹⁰

Os escritos de Jenkinson concentravam-se em fundamentos rígidos, com ênfase no caráter legal dos arquivos. Defendia que os arquivistas são profissionais neutros, guardiões imparciais da “verdade”. Para ele, os arquivos são inocentes produtos de ações administrativas; o lugar de origem é mais importante do que o processo de criação do documento e a motivação que o criou. Essa vertente de análise está alinhada com o tempo histórico (século XX) e o tipo de acervo que trabalhava (documentos medievais).

Schellenberg, por sua vez, considera uma dimensão importante dos arquivos. Ele sustentou que, em conjunto com a acumulação natural, a segunda característica essencial dos arquivos é a sua preservação para fins diferentes daqueles para os quais foram criados. Destacou e fez referência ao uso documental para a pesquisa. Afirma ainda que o arquivista moderno, em oposição a um arquivista como Jenkinson (que trabalhou com registros mais antigos), tem uma clara necessidade de redefinir os arquivos de uma maneira mais adequada para a sua própria exigência.

Embora Schellenberg tenha salientado a usabilidade dos documentos, ou seja, a pesquisa, e Jenkinson tenha enfatizado o dever de registro, nenhum deles negou a importância da outra atividade. A naturalidade de criação dos documentos e a possibilidade de acessá-los são discussões presentes em ambos os autores.

Não é objetivo desse trabalho a reflexão específica e aprofundada sobre a concepção de cada um dos autores em relação aos conceitos arquivísticos, mas, sim, apresentar um panorama geral de como o papel dos documentos e dos arquivos é analisado nos estudos precursores na Arquivologia.

⁹⁰ JENKINSON, H., The English archivist: a new profession. 1947. In: Roger H. Ellis and Peter Walne, eds. *Selected writings of Sir Hilary Jenkinson*. Gloucester. 1980. p. 238. *Apud*. Richard Stapleton. Jenkinson and Schellenberg: A Comparison. In: *Archivaria*, n. 17. <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/issue/view/376/showToc>>. Acesso em: 09 set. 2013.

O fato é que os conceitos de arquivo, de respeito aos fundos, de autenticidade, de descrição e de arranjo, dentre outros, foram objeto de reflexão dos autores. Cada um apontando seus argumentos, diferenciando-se algumas vezes, mas, em grande parte, as opiniões convergiam, principalmente no que se refere à função de existência dos arquivos e sua linha de abrangência.

Defendiam que os documentos eram criados por motivos específicos. Não havia “segunda intenção” ao elaborar um documento, até porque o que prevalecia era a lógica da acumulação natural no interior dos arquivos. Por esse motivo, todos os documentos eram autênticos e únicos (unicidade), o que lhes dava o privilégio de espelharem a verdade; daí o valor probatório dos documentos de arquivos (veracidade). Além de defenderem toda a discussão de que os documentos são criados para servir ao Estado, a fim de comprovar feitos heroicos para as futuras gerações.

É importante destacar que a constituição de qualquer arquivo precisa estar associada à natureza política dos gestos de classificar, descrever e difundir. Os documentos que compõem os acervos passaram pelo crivo natural das práticas arquivísticas.

Dessa forma, esses valores foram sendo perpetuados pelos anos e moldaram o quadro teórico e metodológico da Arquivologia, que, durante muitos anos, foi vista como uma prática guiada por manuais empiristas, baseada na técnica diária e na experiência. Porém, muito recentemente, com algumas demandas que surgiram na contemporaneidade, muitas delas ligadas à emergência de novas tecnologias de computadores e *softwares*, as bases do tradicional trabalho nos arquivos começaram a ser repensadas.

1.2.2 Novas propostas: mudança de paradigmas?

Contemporaneamente, faz-se necessário pensar a Arquivologia à luz dos novos desafios que se apresentam. Principalmente aqueles ligados à tecnologia, que modificaram as bases até então bem assentadas sobre documento e informação arquivística.

Atualmente, as novas tecnologias da informação introduziram novos suportes aos documentos arquivísticos. Hoje, o documento é virtual, eletrônico, digital, sonoro, audiovisual, diferentemente do que se tinha até então. O que se privilegia é a informação, buscando preservá-la e facilitar o acesso. Essa mudança é considerada por

muitos autores⁹¹ como uma ruptura do paradigma clássico que vigorava na Arquivologia⁹².

No entanto, é preciso ter cuidado ao afirmar que essas novas abordagens se configuram como uma quebra de paradigma, pois muitos conceitos elaborados por Jenkinson e Schellenberg nos séculos XIX e XX continuam com força total nos debates teóricos da Arquivologia.

A nova perspectiva que se apresenta pensa não apenas em torno dos suportes documentais, engloba também aspectos conceituais e metodológicos da área. E, assim, afeta o arcabouço epistemológico que lida com a prática e o fazer arquivísticos, além da sua função e atuação social. Nesse sentido, o foco está na reflexão política sobre o papel da Arquivologia na sociedade, dando espaço para que a crítica documental seja feita. De acordo com Terry Cook,

No coração do novo paradigma está a mudança que faz com que os documentos arquivísticos deixem de ser vistos como objetos físicos estáticos e passem a ser entendidos como conceitos virtuais dinâmicos, uma mudança na visão dos documentos arquivísticos como produto passivo da atividade humana ou administrativa, para serem considerados como agentes ativos na formação da memória humana e organizacional.⁹³

Propostas de repensar o papel do arquivista também são trazidas por essa nova abordagem da Arquivologia, atribuindo-lhe importância fundamental no processo de organização e divulgação de acervos. Ainda segundo Cook,

Para os arquivistas, a mudança de paradigma requer deixar de identificar a si mesmos como guardiões passivos de um legado herdado, para celebrar o seu papel na formação ativa da memória coletiva (ou social) (...) o discurso arquivístico teórico é a mudança do produto para o processo.⁹⁴

⁹¹ Entre alguns desses autores, podemos destacar Terry Cook, F.C.J. Ketelaar, T.H.P.M. Thomassen e Verne Harris, além dos já citados quando abordamos o conceito de Arquivística Integrada.

⁹² A ideia de ruptura de paradigma utilizada no presente trabalho está alinhada com a perspectiva de Thomas Kuhn em *A Estrutura das Revoluções Científicas* (Editora Perspectiva, 5a. edição, 1998). Na obra citada, o autor apresenta o conceito de “revolução científica” para explicar a formulação de novos conceitos, já que os que vigoram não conseguem dar conta das demandas que se apresentam.

⁹³ COOK, Terry. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. In: *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez., 2012, p. 125.

⁹⁴ Idem.

Nessa linha de análise, entendemos que a construção de acervos documentais só é possível a partir de um meio político, econômico, social e cultural e, portanto, são esses fatores que moldam as ideias e as reflexões sobre arquivos. No entanto, embora a escola “pós-moderna” tenha trazido contribuições inovadoras para se pensar os arquivos, seus documentos e a informação que agregam, defendemos que não se trata efetivamente de uma quebra de paradigma, na medida em que os postulados tradicionais ainda são muito presentes no fazer arquivístico.

O campo de estudo da Sociologia vem discutindo o conceito de pós-modernismo recentemente, a partir do final de século XX, através de debates que consideram o seu surgimento como uma consequência da desvalorização das ideologias dominantes durante o século XX (nazismo e comunismo/socialismo), por sua vez resultado da falta de credibilidade dos valores que dominaram a civilização ocidental por séculos.

Seus defensores argumentam que o objetivo do pós-modernismo é o combate a modelos fechados que propõem “verdades” absolutas, evitando interpretações generalizantes, que totalizam a experiência histórica. Propõem a diversidade, e algumas possibilidades de reflexão além das que são conhecidas. O pós-modernismo se opõe ao moderno. Não considera o conhecimento objetivo; está sempre questionando a sua formação, suscitando dúvidas e desconfianças sobre o que aparentemente se tem como natural. Nesse sentido, pode não apresentar conclusões imediatamente ou até mesmo não apresentá-las, permanecendo sempre no nível do debate e da reflexão. Geralmente, as ideias pós-modernas são identificadas como relativistas, introspectivas e ceticistas.

Nesse sentido, percebemos que, em relação à Arquivologia, as literaturas de referências (os “clássicos”) continuam prevalecendo. Ou seja, os preceitos tradicionais representados pelas escolas de pensamento de Jenkinson e Schellenberg não se desvalorizaram. Pelo contrário, continuam dominando os debates arquivísticos. A nova abordagem pós-moderna é que ainda está caminhando na direção - ou não - de sua consolidação.

Apesar das inovações que essa escola intelectual começa a trazer para os debates da área, ainda existe muita resistência em adotá-las. Para alguns autores, em especial aqueles identificados com as ideias de Jenkinson, esse tipo de postura prejudica uma área que está em pleno crescimento como a Arquivologia. Pode mesmo colocar em cheque toda a organização teórica e metodológica já construída. Por isso, argumentam que, dessa forma, será cada vez mais difícil inserir a Arquivologia na categoria de ciência.

Em contrapartida, um dos principais autores dessa nova linha, Terry Cook, caracteriza esse momento como “focado no contexto por trás do conteúdo; nas relações de poder que moldam o patrimônio documental; e na estrutura do documento, seus residentes e subsequentes sistemas de informação”⁹⁵.

O autor defende que a adoção do pensamento que molda o pensamento pós-moderno deve se dar através de uma percepção dos arquivistas de que esse é um momento fundamental. Isso se configuraria como:

(...) uma chance de acolher uma longa discussão sobre o que os arquivistas fazem e por que, em vez de permanecer na defensiva dentro do claustro arquivista. Este diálogo deveria ser abraçado por uma profissão que durante anos tem se queixado de ser mal compreendida. Para ser melhor entendidos, e por tanto valorizados, os arquivistas precisam fazer com que suas perspectivas singulares (e importantes) tenham voz na fala comum – ou discurso – dos seus tempos.⁹⁶

A noção principal é a de que os documentos não são estáticos; são dinâmicos. São narrativas moldadas política e socialmente para reforçar a posição, o ego e o poder. Da mesma forma, o arquivista é o narrador desses documentos. Ele é o responsável pela dinâmica das informações internas aos documentos, selecionando o que será lembrado e o que será esquecido. Nenhum autor ou pesquisador é neutro, por isso os documentos não são a verdade sedimentada; precisam ser questionados e criticados a partir de realidades subjetivas.

Porém, é importante destacar que, na prática, o arquivista está subordinado a uma estrutura hierárquica que precisa ser respeitada. A instituição arquivística responsável pela guarda dos documentos, e segundo a qual o arquivista está vinculado, atua diretamente nas decisões em relação à organização e ao tratamento dos arquivos. Portanto, é preciso que se tenha cautela ao se afirmar que o arquivista tem total autonomia e poder subjetivo para “escolher” o que será lembrado e o que será esquecido. Além disso, é preciso lembrar que influências externas também estão presentes e, frequentemente, o contexto político, social e econômico nacional interfere nas práticas arquivísticas.

⁹⁵ COOK, Terry. *Moda absurda ou renascimento profissional: pós-modernismo e a prática de arquivo*. In: *Informação Arquivística*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan./jun., 2013, p. 173.

⁹⁶ Idem, p. 168.

Dessa forma, podemos dizer que a perspectiva pós-moderna não apresenta medidas concretas para se reavaliar os preceitos arquivísticos. Elas sugerem reflexões fundamentais e inovadoras, sem dúvida, mas não avançam no sentido de consolidar uma nova abordagem que se revele efetivamente como um novo paradigma. Apesar de seus principais expoentes afirmarem que a Arquivologia pós-moderna é uma quebra de paradigma, defendemos que esse processo precisa ser avaliado com ressalvas.

O conceito de pós-modernismo é muito caro à sociologia, e frequentemente lembrado no âmbito de importantes debates que envolvem paixões e concepções políticas complexas. O argumento principal é de que os pós-modernos não possuem ligação direta com nenhum tipo de ideologia, o objetivo é sempre questioná-la.

No entanto, revisitar as práticas arquivísticas e pensar a real existência e função dos arquivos é sempre bom. A tentativa de impulsionar e questionar a reformulação dos preceitos arquivísticos é importante para a consolidação da área no campo científico.

2 O MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL (1983 – 2003)

Finalmente, deve ser salientado que, na década de 80, em especial a partir da criação e ampliação dos espaços ocupados pela CUT, o “novo sindicalismo” passa a ser, senão a tendência dominante, o traço identificador de uma época do movimento sindical brasileiro.⁹⁷

Diversos autores analisaram a conjuntura de lutas que marcaram o movimento operário sob várias perspectivas que ajudarão a entender, em parte, o processo de construção de memória e identidade desse grupo. Para tanto, é necessário retrocedermos temporalmente em nossa análise, para introduzir o contexto de formação da classe operária brasileira até a criação da CUT nos anos 80, período que se iniciou o “novo sindicalismo”.

O recuo na análise histórica se faz necessário, pois não é possível entender a construção de memória do movimento operário, a partir da sua reestruturação após o regime militar nos anos 80 e suas conseqüentes modificações na organização do Estado brasileiro, sem procurar os motivos os processos envolvidos. É preciso mapear os espaços e os mecanismos de organização que deram origem à CUT, assim como suas vicissitudes ao longo da conjuntura política do país.

⁹⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955 – 1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, p. 55.

2.1 Breve trajetória do movimento operário (1950 – 1980)

Na década de 50, o movimento operário era marcado por uma forte legislação sindical, com um sindicato único de cunho corporativista originário do período do Estado Novo (1937-1945), e que perdurou até os anos 60 pré-golpe militar. Esse período foi marcado por sindicatos assistencialistas e corporativistas; não se configuravam em um instrumento de ação política representativo da classe trabalhadora. Havia a proibição de greves, não era permitida a criação de centrais sindicais e os trabalhadores rurais não eram incorporados nas leis sindicais.

Edgard Carone, através do seu livro *Movimento Operário no Brasil (1945 - 1964)*⁹⁸, analisa o período posterior ao Estado Novo e anterior ao golpe militar de 64 e identifica algumas características desse momento histórico que influenciaram diretamente na formação do movimento operário brasileiro pré CUT.

Dividindo sua análise em duas partes, o autor apresenta uma antologia sobre o tema, mostrando na primeira parte a ação de partidos, dos centros de aglutinação e do movimento operário independente e, na segunda, alguns problemas enfrentados pelas organizações trabalhistas.

O Estado Novo restringiu as conquistas operárias, entre elas a organização e a liberdade dos trabalhadores que haviam sido conquistadas em períodos anteriores. Propiciou também o ressurgimento de velhas lideranças que representavam os setores mais conservadores, as quais reforçavam essa situação de cerceamento de liberdades, inclusive no que se refere ao movimento operário.

Em contrapartida, pequenos grupos, com convicções mais críticas, se colocavam no cenário político como radicais e revolucionários, fazendo uma frente de oposição aos setores mais reacionários. De acordo com Carone, entre 1945 e 1950, o único partido de massa que surge com tendências operárias é o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que tinha entre seus objetivos: “lutar pela ascensão do homem, pela melhoria das suas condições de vida e pelo aperfeiçoamento integral da comunidade brasileira”⁹⁹. Carone destaca que:

O PTB nasce em 26 de março de 1945, como ato do governo Getúlio Vargas, e destina-se a arregimentar a classe operária. No decorrer de

⁹⁸ CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1945 - 1964)*. DIFEL Difusão Editorial, v. II, 1981.

⁹⁹ CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1945-1964)*. DIFEL Difusão Editorial, v. II, 1981, p. XI. Para maiores informações sobre a formação e atuação do PTB, ver p. 120-130.

sua existência, transforma-se de partido pelego – instrumento de apaziguamento social e de reforço às classes dirigentes”¹⁰⁰

Carone defende que os anos que antecederam o golpe foram caracterizados por um desenvolvimento importantíssimo do operariado brasileiro, rico em manifestações e com certa autonomia nacional. Esse momento foi interrompido pelo golpe de 1964, no qual camadas conservadoras de dirigentes e militares uniram-se aos interesses americanos, deflagrando a ditadura militar, o que Carone denominou de “momento dramático e retrógrado no processo de desenvolvimento ideológico e social da sociedade brasileira”¹⁰¹.

No entanto, nem todos os autores analisam esse período anterior a 64 da mesma forma que Carone. Muitos entendem que o operariado era marcado por um comportamento sindical considerado conformado, composto por uma classe operária “satisfeita” com sua situação, sem grandes ambições quanto ao seu papel de ator social. Esse comportamento é explicado por uma vertente econômico-social, que considera a origem rural dos trabalhadores e a entrada recente de grande parte da parcela assalariada no mercado de trabalho, os principais motivos para o comportamento operário e sindical apático.

A previsão dos analistas dos anos 50 era que os sindicalistas deveriam assumir uma postura ofensiva, buscando a transformação social com um horizonte socialista, comportamento que não se confirmou pelas características específicas do período.

No entanto, essa explicação é muito criticada por alguns autores. Segundo Francisco Weffort¹⁰², esse comportamento poderia ser mais bem explicado por um viés político. O autor defende que as lideranças mais combativas adotaram uma nova linha de ação, abandonaram conscientemente a crítica direta a tal estrutura e, através de uma aparente passividade, buscaram acesso aos canais privilegiados de decisão no interior do Estado, tentando viabilizar “pelo alto” as reformas sociais propostas. Definiu então o período entre 1950 e 1964 como “sindicalismo populista”.

Dessa forma, Weffort desloca a discussão em relação ao comportamento operário de uma esfera econômico-social para um debate que envolve opções políticas

¹⁰⁰ Idem, p. XVII.

¹⁰¹ Idem, p. XI.

¹⁰² WEFFORT, Francisco. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968*. São Paulo, Cebrap, 1972.

dos sindicatos em conjunturas históricas distintas¹⁰³. No entanto, a ideia de que o movimento operário possuía um “destino” de classe ainda estava presente. Ou seja, o horizonte socialista não desapareceu, esperava-se do operariado um comportamento dito revolucionário que, segundo Weffort, não se confirmou devido ao pequeno enraizamento dos sindicatos nas bases operárias, por parte dos líderes sindicais, seja por miopia ou por oportunismo político. Segundo Weffort, as decisões eram tomadas sempre de cima para baixo. A cúpula não envolvia a base sindical, o que prejudicava o caráter mais reivindicativo do movimento.¹⁰⁴

A partir das pesquisas documentais realizadas no CEDOC CUT, tivemos acesso a um rico material informativo que será apresentado ao longo do trabalho. Por hora, é importante mencionar um documentário de 30 minutos, produzido pela CUT em 2003, intitulado *Liberdade e autonomia sindical: democratizar as relações trabalho*, produzido em dezembro de 2003¹⁰⁵. Através de imagens e depoimentos de personagens do movimento operário nos anos 60, o documentário apresenta algumas características do período que antecede o golpe militar. Segundo as imagens de arquivo exibidas no documentário em questão, é possível perceber que se trata de um período marcado por uma forte dependência financeira, por parte dos sindicatos, do então imposto sindical, além de inúmeras reclamações de descumprimento das leis trabalhistas, leis essas formuladas por uma justiça do trabalho que não conseguia resolver os conflitos.

É importante destacar que o documentário mencionado pode ser analisado como uma forma de reconhecer o discurso do movimento operário sobre esse período e, dessa forma, de encaminhar a discussão sobre o processo de construção de memória deste grupo para uma determinada direção, alinhada com uma postura de oposição ao governo desde então.

Segundo Pimenta e Santana, a vida política brasileira é predominantemente marcada por características ditatoriais. Tanto governos civis quanto militares intervieram nas organizações da classe trabalhadora, produzindo, entre outros efeitos, a intimidação de pessoas, o silêncio, e a destruição e apreensão de documentos

¹⁰³ Para características mais específicas do “sindicalismo populista”, ver: WEFFORT, Francisco. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968*. São Paulo, Cebrap, 1972.

¹⁰⁴ A caracterização do sindicalismo populista, realizado de cima para baixo, excluindo as demandas reais dos trabalhadores, incluía organizações como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que privilegiava organizações de cúpula afastando-se das bases.

¹⁰⁵ Produzido por: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema – TTV – TV dos Trabalhadores. Todos os direitos reservados à Central Única dos Trabalhadores – CUT.

importantes de diversos períodos históricos.¹⁰⁶ Ao analisarmos o regime militar (1964 – 1985), percebemos que a classe trabalhadora e suas organizações foram um dos principais alvos do regime. Trabalhadores foram vitimados pela dura política econômica e pela repressão que cerceou a participação popular e limitou o papel dos trabalhadores em relação às suas reivindicações e lutas, como as greves, por exemplo.

Sob o pretexto de uma “república sindicalista” no país, os militares perseguiram lideranças e militantes do movimento operário e introduziram elementos conservadores nas direções do movimento, transformando as organizações em aliadas do governo, apoiando as medidas governamentais em detrimento dos trabalhadores. As perseguições caracterizavam-se por prisões, passando por exílios, torturas e mortes.

Dessa forma, o regime ditatorial acabou por estabelecer uma linha divisória entre as gerações de militantes, criando um sentimento de descontinuidade entre a história de duas gerações. De acordo com Pimenta e Santana, cada nova geração começava do zero, ou seja, começava a pensar em si como ponto de partida. Não se identificava com a geração anterior, não tinha nenhuma relação com o passado. Assim, segundo os autores, o cenário estava pronto para a disputa material e simbólica entre o que viria a ser o chamado “novo sindicalismo” (pós-64) em oposição ao “velho sindicalismo” (antes de 64).

No imediato pós-golpe, com o impacto da repressão sobre as organizações sindicais, iniciaram-se as críticas às lideranças do movimento. Várias discordâncias e dissidências - principalmente em relação às forças de pressão frente ao governo e ao modo de gestão sindical - começaram a ocorrer no período entre 1964 e 1967, o que, na década de 70, definiu o novo modelo sindical: o “novo sindicalismo”.

Marcelo Badaró indica que a principal característica dos sindicatos, nesse momento, era a defesa de uma “atuação classista, combativa e organizada a partir da base, ou seja, enraizado nas empresas através das organizações por local de trabalho”¹⁰⁷. O núcleo da proposta do “novo sindicalismo” seria a organização a partir da base, e não mais da cúpula do movimento, seguindo a orientação classista (ou seja, de acordo com os trabalhadores das fábricas), além da permanência constante do discurso de greve.

¹⁰⁶ SANTANA, Marco Aurélio; PIMENTA, Ricardo M. Public history and militant identities: Brazilian unions and the quest for memory. In: *International Labor and Working-Class History*, n° 76, 2009, p. 65.

¹⁰⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955 – 1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, p. 62.

A necessidade de se diferenciar de uma época anterior se dava dentro das organizações sindicais, em especial pelos próprios sindicalistas. Badaró destaca que havia a necessidade de construir uma nova identidade por parte desses trabalhadores que os diferenciavam tanto do sindicalismo conformado, alinhado com o chamado “sindicalismo populista” pré-64, quanto do sindicalismo das lideranças, das cúpulas, posterior ao golpe de 64.

Outra característica do “novo sindicalismo” era o caráter “apolítico” dos sindicatos. Defendiam que o movimento operário deveria ser autônomo, sem ligação com partidos políticos. Rejeitavam a influência partidária no meio sindical¹⁰⁸.

Dessa forma, as principais reivindicações do “novo sindicalismo” em relação aos períodos anteriores eram, entre outras: a derrubada da legislação sindical corporativista do tempo populista e da legislação salarial da ditadura, o fim da tutela do Estado sobre os sindicatos, fim da taxa compulsória que mantinha financeiramente os sindicatos (imposto sindical) e a defesa da unicidade sindical.¹⁰⁹

Os trabalhadores buscavam mais autonomia frente ao patronato, sendo autores principais no processo da luta sindical e demonstrando profunda vontade em afirmar uma identidade operária.

2.2 Nova configuração das questões trabalhistas: a criação da CUT (1980 – 1990)

Nos anos 80, a abertura política, ainda incipiente, propiciou a retomada de antigas reivindicações do movimento operário em um novo contexto social. O discurso encontrado no material custodiado e produzido pelo CEDOC-CUT, em especial no documentário *Liberdade e autonomia sindical: democratizar as relações trabalho*, indica que a CUT foi criada nesse novo contexto de rearranjo das questões trabalhistas. Tinha o compromisso de superar a estrutura corporativista e de articular os trabalhadores de uma forma independente do Estado, de patrões, de religiões e de partidos políticos. Deveria democratizar as relações de trabalho e construir espaços de luta e liberdade de autonomia sindical.

A constituinte foi um marco, mas as correlações de forças não permitiram modificar a estrutura sindical. Para que a liberdade e a autonomia sindical existissem efetivamente era preciso que o sindicato estivesse nas empresas, nas escolas, no campo e na cidade, ou seja, organizados nos locais de trabalhos.

¹⁰⁸ Idem, p. 64.

¹⁰⁹ Idem, p. 66.

A proposta da CUT para a construção de um movimento sindical realmente representativo dos trabalhadores tinha três principais linhas. A primeira era a organização do local de trabalho, com a implementação de sindicatos dentro das empresas. Isso permitiria que os trabalhadores acompanhassem de perto a dinâmica e as mudanças na empresa. A segunda era a organização por ramo de atividade. Aqui, o objetivo era superar a precarização do trabalho, a flexibilização das contratações e a fragmentação contida na ideia de categoria profissional, além de ampliar a representatividade de trabalhadores de uma mesma empresa que negocia através de sindicatos diferentes, como os bancários e os trabalhadores rurais. E a terceira linha era a organização livre dos trabalhadores em sindicatos classistas, fortes e representativos.

As duas primeiras linhas influenciariam a terceira, com a organização do local de trabalho e por ramo de atividade, a criação de sindicatos combativos e sem qualquer discriminação. Facilitaria também a luta por igualdade no tratamento e na remuneração; melhores condições de trabalho. Dessa forma, a CUT defendia uma forte representação sindical na base, aumento dos trabalhadores associados e novos registros sindicais filiados à Central Única dos Trabalhadores.

As organizações sindicais no Brasil, em sua grande maioria, possuíam caráter anarco-sindicalistas e socialistas. Essas organizações eram consideradas frágeis do ponto de vista representativo e de unificação das reivindicações, não impedindo que os operários tentassem fundar partidos políticos.

As mais concretas organizações sindicais do século XIX e XX eram formadas por federações e confederações. De todas elas, a mais emblemática era a Confederação Operária Brasileira, de tendência anarquista e mais combativa. Partiu dela a iniciativa, em abril de 1906, do primeiro Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro.¹¹⁰

As correntes socialistas, reformistas e pró-governo revidam, em 1912, com o 4º Congresso Operário Brasileiro. A partir de 1917, o mundo capitalista passa por graves modificações (Revolução Russa – novo modelo revolucionário mundial), o anarquismo entra em declínio e se inicia um novo momento histórico. Surge em 1922 o Partido Comunista do Brasil (PCB). A problemática sindical, para os comunistas, estava intrinsecamente ligada à política operária como um todo, por isso tentam, a partir de 1929, fundar a Confederação Geral do Trabalho.

¹¹⁰ Para mais informações sobre a Confederação Operária Brasileira, acesse: <<http://www.cobait.net/index.php/features>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

Em 1945, surge o movimento unificador dos trabalhadores, frente única sindical liderada pelos comunistas. Sua ação é rápida e cobre todo o território nacional. Para derrotá-lo, o governo proíbe seu funcionamento em 1947. O crescimento industrial torna o movimento trabalhista mais complexo e exigente. É através dos quatro congressos sindicais nacionais, ocorridos entre 1906 e 1912, que as novas lideranças se manifestam.

Como resultado, em 1962 é fundado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), mas é logo fechado após o golpe de 64. Somente dezessete anos depois é que os trabalhadores se reúnem novamente em caráter nacional, na 1^o Conferência Nacional da Classe Trabalhadora em 1981.

Alguns eventos emblemáticos dos trabalhadores precederam a criação da CUT. Entre eles, podemos citar a 1^a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, em 1981, e o 1^o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, em 1983. Esses dois eventos mudariam definitivamente os rumos do movimento sindical no Brasil, além de exemplificarem o grau de organização dos trabalhadores durante os anos 80, que teve na criação da CUT um dos seus ápices.

Em 21 de agosto de 1981, foi realizada a 1^a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, em Praia Grande, São Paulo. Após um longo período de negociações entre as lideranças do movimento operário e o então presidente da República Ernesto Geisel, os trabalhadores conseguiram se reunir pela primeira vez para discutir as pautas de mobilização do movimento operário.

Das discussões no interior da 1^a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, a mais complicada foi chegar a um acordo na composição da comissão pró-CUT. Os delegados se dividiram em quatro comissões (direitos de trabalho e sindicalismo; previdência social, política salarial e econômica; política agrária e problemas nacionais). As comissões se reuniram e listaram os principais pontos de cada área para a plenária final.

Já nesse momento, é importante destacar a participação de Luís Inácio Lula da Silva como um dos principais líderes do movimento. Entre os itens a serem aprovados pela Conferência, Lula defendia veementemente a greve geral,¹¹¹ fazendo com que seus opositores acusassem o movimento sindical de partidário já em 1981.

¹¹¹ Seu discurso está registrado no documentário “1^a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora” de 1981.

Entre as reivindicações aprovadas pela conferência em 23 de agosto de 1981, na plenária final, estão: Direito do Trabalho e sindicalismo - estabilidade no emprego, direito de greve, comissões de empresas, delegados sindicais, redução da jornada de trabalho, liberdade e autonomia sindical. Previdência social, política salarial e econômica - democratização da saúde, congelamento dos preços de primeira necessidade, salário mínimo real e unificado, salário desemprego pago pelo governo, escala móvel de salários com reajustes trimestrais. Política agrária - reforma agrária radical, ampla, massiva e imediata, com a participação dos trabalhadores, garantia de preços justos para os produtos agrícolas, nacionalização das multinacionais de insumos agrícolas. Problemas nacionais - liberdade de expressão e manifestação, revogação da lei de segurança nacional, eleições livres e diretas, assembleia nacional constituinte livre, soberana e democrática.¹¹²

A partir daí, foram alcançadas as condições necessárias para a organização do 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) em 1983, momento em que a CUT seria criada.¹¹³

A composição do CONCLAT, assim como do I e II Congressos da CUT, está registrada no documento encontrado no acervo da CUT, disponível na imagem nº 1, ao final do capítulo.

Em 1983, novas greves são deflagradas aos poucos, como a dos trabalhadores da refinaria de Paulínia e os metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Essas greves eram políticas, contra as medidas econômicas do governo, e não por aumento de salários. Essas greves isoladas se converteram na greve geral de 21 de julho 1983. O governo reprimiu violentamente os trabalhadores na rua, intervindo em cinco sindicatos e cassando as suas diretorias. Foi nesse clima que o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) aconteceu.¹¹⁴

O CONCLAT foi realizado no Pavilhão Vera Cruz em São Bernardo do Campo, São Paulo, entre os dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983. De acordo com o documentário *Primeiro CONCLAT. A fundação da CUT* (1983), toda sua organização foi feita única e exclusivamente com o dinheiro dos trabalhadores, a partir das contribuições dos sindicatos e das federações. Diversos estados participaram, ultrapassando o limite

¹¹² Dados fornecidos pelo documentário “1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora”, de 1981.

¹¹³ Documentário *Primeiro CONCLAT. A fundação da CUT*, de 1983. O filme mostra as condições em que o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora se realizou, contendo imagens de arquivo gravadas no dia do evento. O documentário retrata a infraestrutura, os impasses e articulações políticas daquele momento.

¹¹⁴ O clima que sucedeu o CONCLAT é narrado no documentário *CUT pela base*, de 1984.

imaginado pela organização. O objetivo era a unificação dos trabalhadores, tanto do campo quanto da cidade, em torno de pautas unificadas, decisões que determinassem os rumos do sindicalismo brasileiro.

Contou com a participação de representantes do Uruguai, Guatemala e Angola, tendo como um dos *slogans* principais “A classe operária é internacional”. Participaram do CONCLAT cerca de 1300 delegados do campo e 3600 delegados da cidade, representando mais de 12 milhões de trabalhadores brasileiros.¹¹⁵ Entre eles, o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, dos bancários de São Paulo, dos químicos de São Paulo, sindicatos do campo e de professores universitários. Presença de classes e formações acadêmicas distintas, indo do analfabeto ao profissional graduado, lutando por condições iguais.

Os delegados do CONCLAT se dividiram em 10 comissões para discutir um plano de lutas. Os pontos principais foram: fundação da CUT, greve geral (greve política contra a recessão econômica), reforma agrária, luta contra o decreto-lei 2045 de 13 de julho de 1983¹¹⁶, luta contra a intervenção nos sindicatos e rompimento dos acordos com o FMI, entre outras reivindicações.

Em relação à votação da criação da CUT, o 1º CONCLAT deveria eleger a primeira diretoria executiva nacional, formada por 15 membros, e a coordenação nacional da CUT, com mandato de 1 ano. É importante destacar que, neste momento, a presença de lideranças conhecidas do PT - como Olívio Dutra, Jorge Bittar e Lula - eram proeminentes, na medida em que assumiram posição de destaque durante a eleição no 1º CONCLAT.

Todo o processo de criação e eleição da diretoria da CUT está registrado no documentário intitulado *CUT pela base*, de 1984. O título do documentário representa uma das principais palavras de ordem pronunciadas durante o CONCLAT. Mesmo com imagens distorcidas, o documentário mostra depoimentos de militantes se colocando a favor da criação de uma central única de trabalhadores. Eles negavam a estrutura sindical vigente que, dentre outros problemas, não permitia a organização de um comando nacional da classe operária, a exemplo do que ocorria em 1963, quando a CGT foi posta na ilegalidade pelo golpe militar de 1964. Buscava-se a participação de todos

¹¹⁵ Dados contidos no documentário *Primeiro CONCLAT. A fundação da CUT*, 1983.

¹¹⁶ O decreto-lei 2045, de 13 de julho de 1983, altera a lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que trata da política salarial, e a lei nº 7.069, de 20 de dezembro de 1982, que dispõe sobre o reajustamento de aluguéis em locações residenciais, adota medidas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1980-1987/decreto-lei-2045-13-julho-1983-363045-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

os trabalhadores de base nas discussões e nas lutas do movimento da classe operária brasileira.

Era um contexto de crise econômica no país, com consequências que afetavam diretamente os trabalhadores, como o arrocho salarial, por exemplo. Nesse cenário, as propostas do movimento dos trabalhadores tinham como pontos principais: autonomia e liberdade sindical, reforma agrária, CUT pela base, jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário, direito à habitação para os trabalhadores, direito de greve, fim das intervenções nos sindicatos e reconhecimento da CUT como órgão máximo de representação dos trabalhadores.

O CONCLAT contou com o apoio de diversas lideranças sindicais mundiais (Confederação Francesa Democrática do Trabalho – CFDT, Confederação Italiana de Sindicato do Trabalho – CISL) e convidados internacionais de El Salvador, Guatemala, Chile e Argentina, além de líderes religiosos como o arcebispo de Santo André (SP), Dom Cláudio Hummes.

O congresso apresentou uma boa estrutura de organização, com efetiva participação de diversos setores da sociedade: trabalhistas e partidos da oposição, empregadas domésticas, metalúrgicos e trabalhadores rurais de diversas partes do país. Ao todo, foram 10 comissões de trabalho e 12 alojamentos.

O discurso que predominava era o de unidade entre todos os trabalhadores brasileiros, construída pela base para lutarem juntos por melhores condições de vida, contra o arrocho salarial, por eleições diretas em todos os níveis, reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, liberdade e autonomia sindical.

Porém, existia uma forte oposição entre os que participaram do CONCLAT, e defendiam a criação de uma central sindical, e aqueles que eram contra e que não participaram do CONCLAT. Estes eram vistos como os aliados das elites; tinham uma proposta política ligada ao regime. Já aqueles que participaram do CONCLAT se reconheciam como os que realmente lutavam por melhores condições e benefícios para os trabalhadores. A ideia do “pelego”¹¹⁷ ainda era muito presente.

¹¹⁷ “Termo utilizado para designar o dirigente sindical que defende as orientações do Ministério do Trabalho entre a classe trabalhadora, cumprindo assim o papel de intermediário entre os sindicatos e o governo. Em seu sentido próprio, a palavra designa a pele de carneiro que é colocada entre a sela e o corpo do cavalo com a finalidade de amaciar o contato entre o cavaleiro e o animal. Na maioria das vezes, os dirigentes pelegos transformam o sindicato em um órgão essencialmente assistencial e recreativo, evitando que sirva de canal para reivindicações de melhores salários e condições de trabalho. Em muitos casos, os pelegos mantêm sindicatos chamados “de fachada” ou “de carimbo”, entidades sem existência real que vivem do imposto sindical obrigatório recolhido de cada trabalhador, sindicalizado ou não. Muitas vezes, a designação pelego é atribuída aos dirigentes das federações e confederações sindicais,

O objetivo principal da criação da CUT era a inauguração de uma nova fase do movimento operário, nada que se relacionasse com o que existia até então. Nos documentários pesquisados, os discursos apresentados pelos principais líderes sindicais a favor da criação da CUT possuem claramente pontos em comum. Em sua maioria, defendiam que os sindicatos não poderiam se dissociar da luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da luta geral do povo brasileiro pela democracia e pelo progresso social. Os sindicatos, para que pudessem atingir as suas finalidades, e assim se constituírem em um instrumento de representação autêntico dos trabalhadores, deveriam ser livres e autônomos não só em relação ao Estado, mas também em relação aos partidos políticos e credos religiosos.

Porém, o que observamos durante o CONCLAT é a participação efetiva de políticos ligados ao PT nas discussões sobre as condições de vida e de trabalho dos operários. Entre eles, podemos citar a participação de Eduardo Suplicy, então deputado estadual de São Paulo pelo PT, além da participação sempre efusiva de Lula. Em um trecho dos vários discursos de Lula no CONCLAT, podemos perceber a ligação entre as discussões da criação de uma central sindical e o PT:

O Partido dos Trabalhadores não está apenas se congratulando com vocês por causa disso, por que, na verdade, quando estou fazendo uso da palavra não sei se sou metalúrgico de São Bernardo, não sei se sou presidente do PT, não sei se sou um desempregado, o que sei é que sou delegado desse CONCLAT escolhido pela minha categoria junto com os companheiros da diretoria de São Bernardo do Campo (...). Muitas acusações pesaram nesse CONCLAT, de que era um CONCLAT do PT, e eu tenho dito publicamente, que eu peço a Deus que um dia a gente possa ter tantos trabalhadores dentro do PT que se a gente fizer um CONCLAT seja maioria absoluta dentro do Partido dos Trabalhadores.¹¹⁸

Tentando explicar a existência do PT no interior do movimento operário que se intitulava apartidário, Lula, em seu depoimento para a CUT em 2011, usou o argumento de que o movimento operário sempre foi composto por partidos políticos. O que existia não era a negação dos partidos políticos, mas sim de algumas correntes políticas. Na verdade, o que existia no movimento operário eram divergências ideológicas. No documentário “30 anos depois Lula relembra a 1º CONCLAT” o ex-líder sindical e presidente da República diz que:

que têm acesso direto Ministério do Trabalho e vivem à sua sombra”. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/pelego>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

¹¹⁸ Documentário *Primeiro CONCLAT. A fundação da CUT*, de 1983.

A maioria dos participantes do movimento sindical pertencia a partidos de esquerda que estavam na ilegalidade, então tinham bronca do PT porque achavam que o partido deles é que era dos trabalhadores (PC do B, MR8, PCB). Marcadamente, a diferença era entre o pessoal do PT, chamado de Trotskista, contra o pessoal mais conservador ligado à igreja.¹¹⁹

O caráter apolítico do movimento sindical é analisado por alguns autores gerando interpretações diferenciadas, que afetam diretamente o entendimento sobre a expressão “novo sindicalismo”. Marcelo Badaró mostra as seguintes interpretações:

Para alguns, o elemento político das lutas do ‘novo sindicalismo’ só existiria como reação às intermediações impostas pelo Estado. A mobilização dos trabalhadores dos setores de ponta da indústria paulista apresentaria, a princípio, um projeto sindical ‘despolitizado’ de tipo associativo, (...). Em lado oposto, situa-se a perspectiva que vê no campo das reivindicações de natureza social e política a manifestação explícita das demandas por cidadania operária que transcendem o universo sindical e integram-se na política partidária.¹²⁰

Divergências sobre suas origens à parte, o fato é que o “novo sindicalismo” era defendido tanto pelos analistas e estudiosos do movimento sindical quanto pelo próprio movimento operário. Uma nova estruturação do sindicalismo brasileiro era necessária.

A importância das propostas e práticas do novo sindicalismo foi grande o suficiente para mobilizar todo o movimento sindical durante uma década. A criação da CUT e as greves dos anos 83-89 marcariam os anos 80 como a “era” do novo sindicalismo. No entanto, o futuro do movimento operário não se mostrou tão novo assim, demandando uma ressignificação de suas práticas e modelos.

¹¹⁹ Documentário *30 anos depois Lula relembra a 1ª CONCLAT*, de 2011.

¹²⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955 – 1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, p. 67.

2.3 Perspectivas pós-CUT e o “Novo Sindicalismo” (1983 – 2003)

*“A palavra novo encanta: Novo Brasil, Estado Novo,
Nova República, novo sindicalismo...”
(L. Martins Rodrigues)¹²¹*

Os anos 80 foram marcados como a “era” do “novo sindicalismo”. No entanto, novas reorientações foram sendo agregadas ao longo do processo histórico. Nos anos 90, o movimento sindical passou por um novo balanço e re-significou a expressão “novo sindicalismo”, já que muitos aspectos do “velho sindicalismo” continuaram existindo.

Badaró destaca que, apesar das diferentes análises acadêmicas e das diversas práticas e posições teóricas dos militantes sindicais ao longo do tempo, existe um ponto em comum no que se refere à trajetória do “novo sindicalismo”.

O novo sindicalismo é tão mais novo e diferente quanto mais se diferencia do velho sindicalismo pré-64. As distintas expectativas sobre sua novidade, manifestadas sobretudo entre 78 e meados dos anos 80, bem como as mais ríspidas críticas à não efetivação de seu potencial transformador, que emergiram nos anos 90, pautaram-se igualmente pela construção de uma caracterização negativa do movimento sindical anterior ao golpe. Este era tomado como parâmetro, do qual o novo sindicalismo primeiro se distanciaria (despertando esperanças), para mais tarde se mostrar pouco diferente (gerando decepção).¹²²

O núcleo da proposta do chamado “novo sindicalismo” seria a organização a partir da base, e não mais da cúpula do movimento, seguindo a orientação classista, ou seja, de acordo com os trabalhadores das fábricas, além da permanência constante do discurso de greve.

A busca pela autonomia sindical e pela liberdade de ação fica clara no documento encontrado no acervo da CUT, disponível na imagem nº 2, que mostra as estratégias de organização sindical após a criação da entidade. Percebemos, através da leitura do documento, que o distanciamento entre classe operária e Estado era necessário para a implantação de uma nova identidade para o grupo.

¹²¹ RODRIGUES, L. Martins. “UT: Os militantes e a ideologia” São Paulo: Paz e Terra, 1990 *Apud* SANTANA, Marco Aurélio. Entre a Ruptura e a Continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 41. ANPOCS, 1999, p. 2.

¹²² MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955 – 1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, p. 80.

Havia o objetivo de se construir uma nova identidade por parte desses trabalhadores, que os diferenciasse tanto do sindicalismo conformado, alinhado com o chamado “sindicalismo populista” pré-64, quanto do sindicalismo das lideranças, das cúpulas, posterior ao golpe de 64.

O projeto político da CUT era

Fortalecer a organização dos trabalhadores. Transição que permita construir uma sustentação das entidades sindicais sem que se perca de vista os objetivos históricos da nossa existência, A CUT tem um compromisso com a mudança e reforça a importância dos militantes na consolidação desse projeto.¹²³

Através do discurso de unidade do movimento sindical, os idealizadores da CUT pretendiam unificar o movimento operário e assim conseguir maior adesão e força junto às mesas de negociações. Porém, toda a articulação de criação e funcionamento da CUT era monopolizada pelos tradicionais líderes sindicais, representados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido dos Trabalhadores (PT).

A influência partidária no meio sindical, como vimos, era um dos motivos de desavenças entre os trabalhadores, e um dos fatores a ser excluído do movimento sindical pelo “novo” que se pretendia alcançar. Nesse momento, temos a primeira evidência de que alguns aspectos do “velho” sindicalismo permaneciam no interior do movimento, colocando em dúvida o projeto de criação de um sindicalismo realmente novo.

Daniel Aarão Reis defende que “quando determinado povo transita de uma fase para outra da História, rejeitando a fase anterior, surgem problemas de memória, resolvidos por reconstruções, pelo esquecimento ou ainda pela negação”¹²⁴. O autor entende que a memória deve ser analisada a partir “do não dito”, e defende que “as artimanhas da memória são conhecidas: imersa no presente, sempre preocupada com um futuro, a memória é sempre seletiva. Não raramente a memória é arbitrária e atua de forma a esconder, alterar ou esquecer evidências e acontecimentos importantes”¹²⁵

¹²³ Documentário *Liberdade e autonomia sindical: democratizar as relações trabalho*, 2003.

¹²⁴ REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*. Edusc. São Paulo, 2004, p.49.

¹²⁵ Idem, p. 29.

Aproximando-se de Michael Pollak¹²⁶, no que se refere à dinâmica da memória entre lembrança e esquecimento, a reflexão de Aarão Reis pode ser facilmente entendida no âmbito do movimento sindical, com a tentativa de um novo sindicalismo. A busca pela criação de um novo sindicalismo está totalmente ligada à forma pela qual esses sujeitos históricos relembram o seu passado, atribuindo determinados significados a esse passado que podem ser esquecidos e até mesmo negados.

O velho era tudo o que remetesse ao período reformista anterior a 1964. De acordo com Santana, esse tipo de política sindical era vinculado a uma colaboração de classe, que emperrava o desenvolvimento das reivindicações dos trabalhadores por sustentar uma estrutura hierárquica e classista, na qual os patrões eram privilegiados.¹²⁷

Esse sindicalismo classista tem origem no período Vargas, no qual, segundo Ângela de Castro Gomes, a intervenção estatal produziu uma identidade alheia à classe operária, subordinando os trabalhadores a lideranças externas e, portanto, a interesses que não eram os seus, impossibilitando conquistas e renovação das reivindicações.¹²⁸

Para o novo projeto, imaginava-se um movimento sindical formado por trabalhadores jovens, no tempo e no espaço, ou seja, eram novos de idade e no mercado de trabalho, configurando-se em trabalhadores genuínos, que defendiam os “reais” objetivos da classe operária. A partir desses trabalhadores, sem nenhum resquício dos velhos operários, as esperanças se renovavam. Porém, com fortes estruturas tradicionais, que, por algum motivo, não eram levadas em consideração.

A criação da CUT simbolizou o projeto de formação de um novo sindicalismo com bases renovadas (pelo menos esse era o discurso), representando todas as expectativas de uma classe que, após um longo período de ostracismo devido aos privilégios populistas e de anos de repressão e cerceamentos, pôde finalmente planejar novos ares.

O discurso apresentado pela CUT era de negação frequente das práticas sindicais que precederam a sua existência. Logo um ano após a sua fundação, em 1984, aprovou em seu 1º Congresso Nacional (CONCUT) uma resolução sobre a questão sindical com

¹²⁶ POLLACK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Pollack analisa a memória através do esquecimento. Segundo o autor, a memória é composta pela lembrança, mas também pelo esquecimento.

¹²⁷ SANTANA, Marco Aurélio. Entre a Ruptura e a Continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 41. ANPOCS, 1999.

¹²⁸ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ª edição. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2005, p.24.

o título “Por uma nova estrutura sindical”¹²⁹, na qual constavam as propostas para inovar as principais características dos sindicatos de acordo com os cutistas.

No entanto, alguns elementos fizeram com que esses objetivos se desvirtuassem, em especial aqueles ligados com o passado. A falta de autonomia perante o Estado e as contribuições compulsórias foram alguns deles, configurando-se em desvios do projeto original da CUT.

Em 1990, houve a pulverização de novos sindicatos, crise econômica e pressões sobre o mercado formal de trabalho. Em 1992, após quinze anos de existência, o sindicato dos metalúrgicos, um dos mais expressivos da CUT, fez uma avaliação desse período e constatou que “Mesmo com os avanços que obtivemos(...), não derrubamos ainda a velha estrutura, nem tampouco atingimos o grau de representação que signifique um salto de qualidade em nossas lutas (...). Na prática não avançamos muito”¹³⁰.

Os anos 90 foram marcados pela fragmentação sindical, outro ponto totalmente contrário aos objetivos da CUT, que era justamente a unidade sindical. Nesse momento, existiam muitas divergências no interior do movimento, o que propiciou a formação de novas centrais sindicais de oposição à CUT como a Força Sindical (1991).

Rodrigues avalia essa divergência através de fatores políticos. Segundo ele, novas correntes ideológicas estavam surgindo, aproximando ainda mais o movimento sindical de lideranças partidárias (partidos políticos), o que era totalmente contrário ao projeto autônomo pensado pela CUT.¹³¹ Porém, não eram só os partidos políticos que deveriam ter suas influências recusadas pelo movimento operário. A presença de intelectuais e estudantes passou a ser questionada por lideranças como Lula, por exemplo.¹³²

No final do século XX e início do século XXI, a situação do movimento sindical e automaticamente das centrais sindicais, incluindo-se a CUT, sofreu profundas transformações, que podem ser analisadas como consequências das mudanças ocorridas no mundo do trabalho em âmbito internacional.

¹²⁹ MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955 – 1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, p. 68.

¹³⁰ Idem, p. 69.

¹³¹ RODRIGUES, Leôncio M. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: Boito Jr., Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

¹³² MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955 – 1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, p. 74.

Em 2003, a CUT representava 23.000.000 de trabalhadores, possuía 3.354 sindicatos filiados e era a 5ª maior central sindical do mundo¹³³. Porém, nesses vinte anos de existência (1983-2003) sua importância foi diretamente impactada por um dos fatores de crise do movimento sindical: a diminuição das taxas de sindicalização.

Segundo Rodrigues, essa diminuição sinaliza para um possível enfraquecimento do poder sindical. Para explicar tal conjuntura, o autor aponta para alguns elementos explicativos, divididos em duas chaves. A primeira seria mais ligada às relações de trabalho e à vida produtiva no interior das empresas e a segunda, vinculada a fatores políticos, ideológicos e eleitorais.¹³⁴

Em relação à primeira, os principais pontos seriam: as mudanças na estrutura do emprego provocadas pelo avanço das tecnologias e pela automação; o aumento de trabalhadores contratados por meio período; maior transferência e desconcentração de indústrias, prejudicando as antigas bases do sindicalismo; e novas técnicas de relações humanas no interior das empresas, com gerenciamento menos autoritário, o que desestimulava a sindicalização.¹³⁵

Na segunda chave, Rodrigues destaca a existência de “governos amigos” dos sindicatos, geralmente governos social-democratas ou trabalhistas, e “governos inimigos”, aqueles mais conservadores; o fim dos regimes socialistas do Leste Europeu e as derrotas eleitorais de partidos de esquerda; o avanço das ideias liberais e individualistas; e o aumento da hostilidade de parte da opinião pública aos sindicatos.¹³⁶

As análises em torno do novo projeto sindical, que teve na criação da CUT a sua principal esperança de renovação e mudanças, não são nada otimistas. Boito Jr. demonstra que, mesmo com alguns avanços, o movimento sindical não efetivou a ruptura com o passado, caracterizado por um forte apelo populista. Segundo o autor, esse cenário pode ser percebido na semelhança com a “velha estrutura corporativa

¹³³ Documentário *Liberdade e autonomia sindical: democratizar as relações de trabalho*. 2003.

¹³⁴ SANTANA, Marco Aurélio. As centrais sindicais brasileiras e a reestruturação produtiva: análises e propostas. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 2, n. 4, jul/dez 2000, p. 187 *Apud* RODRIGUES, Leôncio M. Declínio das taxas de sindicalização: a década de 80. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 36, 1998.

¹³⁵ SANTANA, Marco Aurélio. As centrais sindicais brasileiras e a reestruturação produtiva: análises e propostas. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 2, n. 4, jul/dez 2000, p. 188 *Apud* RODRIGUES, Leôncio M. Declínio das taxas de sindicalização: a década de 80. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 36, 1998.

¹³⁶ *Idem*.

implantada na década de 30, estrutura essa que foi e é o aparelho organizativo e adequado à prática sindical populista e à ideologia que lhe corresponde”¹³⁷.

Dessa forma, Boito Jr. define a estrutura sindical como:

Sistema de relações que assegura a subordinação dos sindicatos (oficiais) às cúpulas do aparelho de Estado – do Executivo, Judiciário ou do Legislativo. O elemento essencial da estrutura sindical brasileira é a necessidade de reconhecimento oficial-legal do sindicato pelo Estado.¹³⁸

O fato é que ao mesmo tempo em que a CUT se propôs (em princípio) a ser um espaço de organização autônoma dos trabalhadores, precisou conviver com uma estrutura “legal” que a forçava, em certo sentido, a manter-se atrelada ao Estado. Esta contradição entre propor-se independente e, ao mesmo tempo, conviver com uma estrutura sindical corporativista e conciliadora, ao que tudo indica, teve peso fundamental nas mudanças ocorridas no interior da central sindical. A estrutura sindical brasileira, mesmo após o fim da ditadura militar, mantinha fortes tendências corporativistas, mesmo no interior do sindicalismo cutista.

Nos anos 90, as tendências mais gerais de burocratização se afirmaram, além de uma forte reestruturação produtiva no Brasil¹³⁹, aliada às questões apontadas por Rodrigues, já citadas. Devido a diversos fatores, como a correlação interna de forças e a posição da CUT, essa conjuntura não foi decisiva, abrindo espaço para o surgimento de “sindicatos grandes” como o caso dos Sindicatos dos Metalúrgicos da região do ABC, os quais tinham uma influência bem maior. Em muitos momentos, a Central como um todo era dirigida pelas políticas defendidas por aquele sindicato, propiciando a evidência de líderes que despontariam, tentando pela via eleitoral, a direção dos sindicatos e até mesmo a chegada ao governo.

Podemos entender, através do trajeto pelo qual se construiu a noção de novo sindicalismo, que houve uma tentativa de construção de identidade política a partir de releituras e reinterpretções do passado do movimento operário. Houve uma espécie de

¹³⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. “Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955 – 1988)”. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, p. 76 *Apud* BOITO JR., Armando. *Reforma e persistência da estrutura sindical. O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, v. 80, 1991, p.46.

¹³⁸ *Idem*, p.50.

¹³⁹ SANTANA, Marco Aurélio. “As Centrais sindicais Brasileiras e a reestruturação produtiva: análises e propostas”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 2, n. 4, jul/dez 2000.

“enquadramento da memória”¹⁴⁰ do sindicalismo nos anos 50 e 60 a fim de um esforço contrastante com esse passado.

A CUT surgiu como um elemento inovador para o movimento sindical. Porém, é importante destacar que esse discurso político criou uma nova identidade sindical através das reconstruções de memória do movimento operário brasileiro. O documento de criação da CUT e a proposta de uma nova organização sindical mediante a essa criação está disponível respectivamente nos anexos 1 e 2¹⁴¹.

A disputa entre o “velho” e o “novo” se deu tanto no campo das políticas sindicais quanto no da memória, ambas ligadas entre si. De um lado, era preciso modificar toda a estrutura sindical, implantando um sindicalismo autônomo sem aparatos burocráticos e estatais. Por outro, isso só seria possível se os trabalhadores fossem conscientizados de que esse projeto traria efetivamente novas conquistas.

Essa dicotomia fez com que a memória do movimento operário fosse relida através de um passado que deveria ser modificado. Percebemos então uma relação entre memória e identidade, na qual o campo de disputa da memória ajudou a produzir a consciência de uma outra imagem do sindicalismo brasileiro, vinculada a um projeto inicial de construção de uma nova identidade do movimento operário.¹⁴²

¹⁴⁰ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

¹⁴¹ Anexo 1 – Acervo CEDOC - SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO – SID – CAIXA 01, Anexo 2 – Acervo CEDOC - SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO – SID - CAIXA 14.

¹⁴² Para além das disputas de memória, é importante perceber que também existiam embates no projeto de fundação da CUT. Dessa forma, os objetivos de construção da central sindical também atenderam às aspirações políticas de um grupo específico.

3 O ARQUIVO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT)

“Os arquivos têm o poder de privilegiar ou de marginalizar. Podem ser uma ferramenta de hegemonia ou de resistência (...). Nesses espaços de poder, o presente controla o que o futuro saberá do passado.”¹⁴³

A partir da apresentação do contexto histórico e da trajetória de lutas e reivindicações que marcaram o movimento sindical, analisaremos a participação da CUT como uma entidade representativa dos trabalhadores nesse processo. Dessa forma, apontaremos nos seus registros documentais os aspectos que a identificam como uma central sindical responsável por uma das alternativas de construção da memória coletiva dos trabalhadores.

O ponto de análise principal é o arquivo da CUT, que não pode ser descolado desse contexto apresentado. A formação de um centro de memória vai ao encontro da orientação do “novo” que marcava os anseios do movimento sindical. A criação de um espaço de memória seria uma forma de preservar e divulgar os aspectos inovadores do movimento, ajudando a formar uma identidade específica para o movimento operário, através das inovações promovidas pela criação da CUT. No entanto, como veremos, o CEDOC CUT só foi criado em 1999, dezesseis anos após a fundação da CUT, o que não descaracteriza o objetivo de sua criação, que era o resgate e divulgação da memória cutista.¹⁴⁴

Esses dezesseis anos entre a formação da CUT e a efetiva criação de um centro de memória sindical foram importantes para o amadurecimento do movimento operário e o crescimento da primeira central sindical do país. Nesse período, a CUT teve a oportunidade de analisar seus objetivos e resultados para que mais tarde pudesse ter a necessidade de preservar e divulgar a sua trajetória. Hoje, o CEDOC CUT realiza a função da guarda de documentos históricos, além de toda a produção documental interna da CUT, ocupando uma posição estratégica no debate sobre a importância dos documentos arquivísticos para a posteridade.

As práticas desenvolvidas no interior dos arquivos precisam estar alinhadas com a discussão a respeito do papel social destes e de seus documentos, sob pena de não

¹⁴³ COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna. In: *Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba*, Fundação Pró Memória de Indaiatuba, Indaiatuba (SP), v. 3, n. 3, p. 15-30, jul. 2004, p. 24.

¹⁴⁴ Esse aspecto ficará mais claro ao analisarmos as entrevistas realizadas com os sindicalistas.

serem nada além de um simples fazer técnico. Reconhecer que a Arquivologia possui um arcabouço teórico e conceitual que dá base para o fazer empírico nas instituições é fundamental para entender o processo de construção da memória que esses arquivos irão suscitar. Nesse sentido, é necessário pensar os documentos arquivísticos a partir da sua dinâmica temporal. Os documentos são produzidos em contextos específicos e possuem marcas de seu tempo, daí podemos pensar o caráter probatório dos documentos de arquivos, que, mesmo após anos, continuam espelhando uma determinada função inserida em um determinado tempo.

O fascínio dos arquivos permanentes é impressionante e inegável. A possibilidade de encontrar a verdade registrada nos documentos arquivísticos, coloca-os como os arautos da história, ou seja, acredita-se que os arquivos são os guardiões da verdade histórica, como se fossem relíquias. No entanto, é preciso certa distância ao analisá-los, na medida em que essa análise pode ser determinante na construção de uma determinada memória. Essa dinâmica influencia totalmente a relação entre presente, passado e futuro, afetando o conhecimento histórico que nos é apresentado no presente.

Porém, é importante pensar na posição estratégica dos documentos correntes e intermediários. Afinal, se pensarmos em documentos referentes a épocas traumáticas da história, como ditaduras, e até mesmo em arquivos de instituições de destaque histórico, como é o caso do arquivo da CUT, é preciso trazer à tona uma perspectiva de análise que reconheça efetivamente o contexto de produção desses documentos. Ou seja, nenhum documento é produzido para servir de prova contra alguém ou contra uma instituição e, sim, para cumprir determinada função. No entanto, no futuro, esse mesmo documento pode sim ser instrumento de prova e inclusive testemunhar contra a própria pessoa ou instituição que o produziu.

Por arquivo da CUT entendemos os documentos produzidos, recebidos e acumulados por essa instituição ao longo das suas atividades, formando o que a Arquivologia conhece como fundo arquivístico - conjunto de documentos com a mesma proveniência.

Tradicionalmente, o conceito de respeito aos fundos é considerado desde o final do século XIX, sendo um dos princípios fundamentais para a Arquivologia. Michel Duchein¹⁴⁵ analisa tal conceito na Arquivologia destacando seus impasses em relação à hierarquia dos organismos produtores de documentos e às variações de competência

¹⁴⁵ DUCHEIN, Michel. O respeito de fundos em Arquivo: princípios teóricos e problemas práticos. In: *Revista Arquivo e Administração*, 1992.

desses organismos produtores, entre outros problemas práticos, propondo algumas soluções. Porém, é importante destacar que o conceito de respeito aos fundos se refere ao agrupamento dos documentos produzidos pelo mesmo órgão.

Os documentos que compõem o fundo CUT fazem parte do acervo geral localizado no Centro de Documentação e Memória Operária da CUT, que possui diversos outros fundos sob sua guarda. É através da análise desses documentos que pretendemos focar a discussão.

Nesse sentido, é necessário entender as atividades e funções do CEDOC-CUT, que possui posição fundamental para preservação da memória sindical, através da responsabilidade de tratar, organizar e divulgar os documentos da CUT.

3.1 O Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT – CEDOC-CUT

O CEDOC-CUT fica localizado no Estado de São Paulo, no bairro do Brás. Foi criado em 1999, mais precisamente no dia 04 de janeiro, tendo por finalidade a recuperação, organização e preservação da documentação produzida, recebida e guardada pela CUT e suas entidades ao longo de sua história. A instituição possui diversos fundos arquivísticos, além de livros, folhetos, periódicos e cartazes organizados e disponíveis para a consulta. No site da instituição, suas funções e atividades estão descritas como:

O Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT apóia os demais órgãos da entidade com a disponibilização de publicações, documentos de arquivo e informações. Participa de pesquisas colaborativas com organismos e entes da CUT, arquivos, centros de documentação e memória de instituições que preservam e referenciam acervos dos trabalhadores, trabalhadoras e suas organizações.

O Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT incentiva a recuperação, preservação, organização e disponibilização de documentos produzidos pelos trabalhadores, trabalhadoras e suas organizações. O CEDOC atende pesquisadores, estudantes e o público em geral interessados nas funções e atividades desenvolvidas pelo movimento sindical cutista e na trajetória e memória dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. (<<http://cedoc.cut.org.br/>>. Acesso em: maio 2015)

Em relação aos fundos e coleções arquivísticas, estão disponíveis no *site* da instituição: Comissão Executiva Nacional da 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, Comissão Nacional Pró-CUT, Comissão Organizadora do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical - Regional São Paulo,

Comissão Pró-CUT do Estado de São Paulo, Comissão Transitória Coordenadora Contra o Pagamento da Dívida Externa, José Domingos Cardoso – Ferreirinha e Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo – MOMSP.

O CEDOC-CUT também apresenta um dicionário biográfico, organizado em ordem alfabética, contendo referências pessoais dos principais militantes do movimento operário na época pré-CUT e no período de efetiva atuação da CUT, um projeto de pesquisa realizado em parceria com diversas entidades sindicais.

Todos os fundos possuem suas descrições de acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) disponíveis no *site*. No entanto, a consulta aos documentos só é possível de forma presencial, com exceção das resoluções de congressos e plenárias, que foram reunidas e estão disponíveis no site da CUT. O acervo bibliográfico está disponível *online*, facilmente acessível após alguns mecanismos de busca rápida, inclusive os cartazes produzidos para a divulgação das reuniões da CUT e suas filiadas.

O fundo arquivístico CUT, objeto de reflexão da presente pesquisa, não está totalmente organizado e, por isso, não está disponível na internet. No entanto, o acervo pode ser consultado presencialmente, o que foi fundamental para os objetivos da pesquisa. Através do mapeamento do conteúdo dos documentos, pudemos refletir sobre as atividades da CUT e a construção de sua memória histórica para o movimento operário.

Em relação à organização e hierarquia institucional, o CEDOC-CUT está vinculado à Secretaria-Geral, além de auxiliar as outras secretarias com pesquisas e normalização de publicações. Devido à vinculação com a Secretaria-Geral, o CEDOC-CUT também é responsável pelos documentos correntes e intermediários da instituição. Muitos documentos em fase intermediária encontram-se em guarda externa terceirizada, porém sua localização física é toda controlada pelo CEDOC-CUT.

A pesquisa documental realizada no acervo do CEDOC-CUT, em especial no fundo CUT, apontou algumas questões importantes para se pensar o processo de construção de memória do movimento sindical. No entanto, é necessário apresentar a estrutura de organização do acervo, assim como a natureza do seu conteúdo, abordando os temas retratados na documentação.

3.2 A documentação da Central Única dos Trabalhadores – CUT / Fundo CUT

Inicialmente, é preciso lembrar que a organização física se encontra em permanente atualização, pois é um fundo aberto¹⁴⁶ que recebe frequentemente novos documentos. Esses documentos recebidos, em sua maioria, correspondem aos documentos correntes. Os documentos produzidos pelas secretarias da CUT deveriam ser entregues ao CEDOC CUT, porém esse procedimento é feito apenas esporadicamente. Muitos militantes acabam por guardar seus documentos em gavetas, nas suas salas de trabalho, e não entregam para a correta gestão no centro de documentação e memória.

Quando os documentos chegam ao CEDOC CUT, já não estão mais na sua fase corrente, não precisam ser consultados com frequência, por isso são entregues. Por diversos problemas internos, como espaço e mão de obra suficiente, os documentos na fase intermediária são custodiados externamente por uma empresa terceirizada. Quando há a necessidade de consulta, o documento é solicitado à empresa de guarda com antecedência, respeitando-se o limite estipulado em contrato.

No que se refere aos documentos históricos, existe uma dificuldade em percebê-los como tal, pois o CEDOC CUT não possui atividades de avaliação documental. Nesse sentido, é através do conteúdo que são diferenciados os documentos correntes e os permanentes.

A avaliação é uma função arquivística de extrema importância e deve ocorrer na fase corrente, logo após a produção do documento. Configura-se no processo de análise e seleção documental, definindo prazos de guarda e destinação final. Define quais documentos serão preservados para fins administrativos ou de pesquisa e quando poderão ser transferidos ao arquivo intermediário, recolhidos ao arquivo permanente ou eliminados¹⁴⁷. Nesse momento, os valores documentais (valores primários ou secundários) são identificados segundo seu potencial de uso. A avaliação deve ser feita por uma Comissão Interdisciplinar de Avaliação (CIA), composta por diversos profissionais envolvidos em todo o processo de produção e utilização dos documentos

¹⁴⁶ Fundo aberto significa que o organismo produtor está em frequente atividade, produz documentos constantemente. O fundo fechado está relacionado àquela instituição que não existe mais, e que, por isso, não produz mais documentos. ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C.; ARÈS, F. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa, Portugal: Nova Enciclopédia, 1998.

¹⁴⁷ As fases corrente, intermediária e permanente correspondem às três idades pelas quais um documento arquivístico passa. INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. In: *Arquivística.net*. <www.arquivistica.net>. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, jul./dez. 2007.

(arquivistas, administradores, juristas e contadores, dentre outros). Toda avaliação é subjetiva, por isso é preciso registrar os critérios utilizados. O resultado da avaliação é a Tabela de Temporalidade, que indicará os prazos de guarda.

Percebemos que o CEDOC CUT não possui essa prática, não desenvolve sistematicamente o processo de avaliação da documentação acumulada, pois os critérios utilizados não são devidamente registrados. Um documento é considerado histórico pelo seu assunto. Se ele trata de temas como política nacional, reivindicações dos trabalhadores, legislações importantes para os sindicatos, entre outros, assim que chegam ao CEDOC CUT já são considerados históricos.

Podemos destacar alguns documentos permanentes considerados históricos. São eles: o projeto de lei nº 58 de 1990, que dispõe sobre a extinção da contribuição sindical, documentos que comprovam a espionagem do exército no Partido dos Trabalhadores – PT em 1997, além de correspondências retratando a relação da CUT com o PT.

A documentação é organizada e classificada de acordo com os setores produtores de documentos, o que, portanto, configura uma organização estrutural. No momento em que a pesquisa foi realizada, julho de 2014, o instrumento de pesquisa, disponível no Anexo 3, possuía as seguintes classes: presidência, vice-presidência e as secretarias que compõe a CUT (Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Combate ao Racismo, Secretaria de Comunicação - SECOM, Secretaria-Geral - SG, Secretaria de Imprensa e Divulgação - SID, Secretaria Nacional de Formação - SNF, Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora - SNMT, Secretaria Nacional de Organização - SNO, Secretaria de Políticas Sindical - SPS, Secretaria de Políticas Sociais – SPSO, Secretaria de Relações Internacionais – SRI, e Tesouraria e Instituto Nacional de Formação – INF). Em cada uma dessas classes/setores, existem subclasses. Por exemplo, o setor de Tesouraria possui as seguintes subclasses: Centro de Apoio Financeiro - CAF, Comissão de Acompanhamento de Projetos, Gerência Financeira e Núcleo Temático de Gestão Sindical.

Alguns órgãos da estrutura que também são classes não constam no instrumento de pesquisa produzido, pois foram criados mais recentemente ou foram organismos que passaram por alteração. Por exemplo, um órgão criado foi a Secretaria Nacional de Relações do Trabalho, mas, como sua documentação ainda é corrente, ainda está com os respectivos gestores.

O período da documentação, até o momento da pesquisa (julho/2014), abrangia os anos de 1983 até 2012. Cada um desses setores/classes possui caixas de documentos numeradas, nas quais são acondicionados os dossiês temáticos ou tipológicos.

No entanto, um aspecto chamou atenção. Em algumas secretarias, a maioria dos documentos são cópias. Além disso, há uma grande quantidade de recortes de jornais e publicações de periódicos internos. Poucos são os documentos originais.

Outros fatores que nos chamaram a atenção foram: o grande número de menções ao Partido dos Trabalhadores – PT; muitos documentos do exército sobre espionagem no PT já nos anos 90; período de abertura política; e a vinculação do PT ao regime socialista.

Além da influência documentada da CUT nas eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002, disputadas por Luís Inácio Lula da Silva, sindicalista importante na formação tanto do PT, em 1980, quanto da CUT, em 1983.

A vinculação com partidos políticos era uma das principais reclamações dos sindicalistas quando da época de fundação da CUT. A proposta era de que a entidade viria para dar autonomia aos sindicatos, desvinculando-os da política e dos partidos. Porém, essa distancia não ocorreu, caracterizando um dos traços de continuidade com o “velho sindicalismo”.

Todos esses documentos estão inseridos na produção de suas respectivas secretarias nacionais e possuem uma importância singular nos objetivos da pesquisa em questão. Para que se tenha uma maior noção da produção documental da CUT, em especial daqueles documentos custodiados pela CEDOC, apresentaremos a análise dos que foram consultados a partir da pesquisa documental no acervo do CEDOC CUT.

Através da quantidade de documentos produzidos e dos seus conteúdos, poderemos finalizar a primeira parte dos objetivos da presente tese, nos quais se prioriza entender o processo de construção de memória da CUT a partir de seus documentos de arquivo. Tentaremos localizar aspectos do discurso fundador da CUT em seus registros arquivísticos, a fim de comprovar ou não os objetivos de fundação de uma central única de trabalhadores.

Toda a documentação disponível para consulta foi analisada. Em termos quantitativos, iremos apresentar o volume do acervo produzido pela Presidência e pelas seguintes secretarias: Secretaria de Comunicação - SECOM, Secretaria de Imprensa e Divulgação – SID, Secretaria de Política Sindical – SPS (e da Comissão Nacional de Tecnologia e Automação – CNTA, que faz parte da SPS), Secretaria de Políticas Sociais

– SPSO; Secretaria de Relações Internacionais – SRI (e do “Projeto Multi”, desenvolvido pela SRI); Secretaria-Geral – SG; Secretaria Nacional de Formação – SNF; Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora – SNMT e Secretaria Nacional de Organização – SNO.

Não tivemos acesso aos documentos produzidos pela Secretaria de Administração e Finanças e pela Tesouraria, pois em sua maioria ficam na guarda externa por se tratarem de documentos financeiros e administrativos. Os documentos que estão sob a guarda do CEDOC CUT não possuem autorização de pesquisa, pois possuem conteúdo restrito para o acesso.

Constam no instrumento de pesquisa, Anexo 3, a Vice Presidência e a Secretaria de Combate ao Racismo, mas não foi localizada nenhuma identificação previa ou listagem contendo os documentos produzidos ou acumulados por essas secretarias.

A informação da quantidade de documentos contidos em cada uma das caixas também não estava disponível, só conseguimos mensurar o total de caixas de cada secretaria e da Presidência.

- Presidência da CUT

A Presidência da CUT foi ocupada até 2003 (marco temporal final da pesquisa) pelos militantes: [Jair Meneguelli](#) (1983 – 1994); [Vicente Paulo da Silva](#), mais conhecido como Vicentinho (1994 – 2000) e [João Felício](#) (2000-2003). De acordo com o Estatuto mais recente da CUT, aprovado no 11º Congresso Nacional da CUT - CONCUR em agosto de 2012, o art. 52º (*São atribuições dos membros efetivos da Executiva da Direção Nacional da CUT*), determina que cabe à Presidência da CUT:

- a) assinar a convocatória do congresso nacional;
- b) presidir as reuniões da plenária, direção e executiva nacional;
- c) garantir o cumprimento dos objetivos e das decisões aprovadas pelos fóruns e instâncias superiores da CUT;
- d) assegurar que a atuação e a organização das instâncias e dos filiados da CUT se desenvolvam de acordo com os fundamentos e princípios deste Estatuto;
- e) representar legalmente a CUT em nível judicial ou administrativo;
- f) representar a CUT nacional e internacionalmente;
- g) delegar poderes aos demais membros da Direção Nacional para representar e manifestar a posição da CUT.

A documentação que se encontra sob guarda do CEDOC CUT está acondicionada em “caixas arquivo” ou “caixas boxe”. No que se refere à produção da

Presidência da CUT nacional, essa documentação totaliza 61 (sessenta e uma) caixas, abrangendo o período de 1988 a 2002¹⁴⁸.

Os documentos estão organizados por dossiês temáticos e tipológicos. Ou seja, em algumas caixas existem dossiês intitulados como Dossiê PT – eleições presidenciais; Dossiê PT – 1990; Dossiê PT – 1991; Dossiê viagem a Cuba – 1996; Dossiê conferência internacional sobre reforma agrária, povos indígenas, direitos humanos e meio ambiente – 1991, entre outros que apresentam temas para os documentos. Porém, em outras caixas, encontramos outra forma de organização, por tipologias, como, por exemplo, os dossiês que possuíam as Correspondências expedidas e recebidas (jan/set – 1984).

Esse tipo de organização dificulta o entendimento da organicidade do acervo, além de estar totalmente contrário aos preceitos arquivísticos. Foram escolhidas duas metodologias de classificação distintas para a ordenação dos documentos. No caso da organização por tipologias, não podemos identificar o processo que o documento retrata, assim, a continuidade e os vínculos documentais se perdem.

Da caixa n° 1 à n° 7 existem documentos que retratam alguns assuntos estratégicos da CUT. Entre eles, podemos citar a espionagem política do exército em 1997, mesmo depois do fim da ditadura militar. Foi encontrada uma ordem de busca (n° 37 – c/95 – 2ª SEC/CMP)¹⁴⁹ do Ministério do Exército - datada de 22 de junho de 1995, sobre o 10º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores - para que os delegados fossem investigados. Foram também encontrados outros documentos que comprovam a infiltração de militares no PT nos anos 90, muitos contendo o carimbo de “confidencial”. Por exemplo, uma representação contra o Ministério do Exército, feita em 1997 por um militar infiltrado no PT e no MR-8¹⁵⁰, que, segundo ele, adquiriu Hanseníase em “**virtude das atividades realizadas junto ao partido de esquerda**” (grifos nossos), e que, por isso, teria sofrido perseguição por parte dos militares e descaso do comandante militar do Planalto.

¹⁴⁸ A documentação do período entre 1983 e 1988, assim como a do ano de 2003, não foi encontrada.

¹⁴⁹ Caixa 04 – Presidência – Acervo CEDOC CUT.

¹⁵⁰ O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8) foi um movimento de esquerda, com o principal objetivo de lutar contra a repressão ditatorial do governo militar brasileiro. O nome se deve ao dia em que Ernesto “Che” Guevara, um dos líderes da revolução cubana, foi capturado na Bolívia. CAMURÇA, Marcelo Ayres. *Os ‘Melhores Filhos do Povo’*. Um estudo do ritual e do simbólico numa Organização Comunista: O caso do MR8. Rio de Janeiro, 1994. Tese (Doutorado) [Universidade Federal do Rio de Janeiro](#).

Vários documentos confidenciais de 1978, do Ministério do Exército, retratam informações sobre militantes da esquerda. Cópias de documentos pessoais (identidade, carteira profissional, carteira nacional de habilitação) fazem parte do acervo da CUT.

A relação da CUT com o PT é muito presente. São constantes os documentos que mencionam o PT, inclusive com cópias de documentos do próprio partido. Destacamos a documentação referente aos *dossiês sobre o PT e eleições presidenciais*¹⁵¹, além de uma moção feita pelo PT em apoio à CUT em 1991, durante o governo de Fernando Collor, com a seguinte redação:

(...) setores da mídia, a partir de divergências entre petistas e cutistas, criam fantasiosas disputas, estimulam intrigas, certamente para confundir o movimento sindical e os trabalhadores.
Os signatários dessa nota manifestam sua solidariedade política ao companheiro Jair Meneguelli e à Direção Nacional da CUT, cientes, no entanto, da autonomia de que gozam estes dois instrumentos de lutas dos trabalhadores: o PT e a CUT.¹⁵²

Encontramos também um documento com instruções para a reunião do Diretório Nacional do PT, que seria transmitido via rede de TV Embratel, com a presença de Lula (presidente nacional do PT) e José Dirceu (secretário geral nacional e coordenador do grupo de trabalho encarregado de produzir o programa nacional de rádio e televisão do PT), para alterar dispositivos do regimento do partido¹⁵³. Além de menções ao grupo de trabalho sobre as eleições de 1992 e o plano do governo Lula para 1994, caso fosse eleito.

Diversas resoluções de congressos do PT também foram encontradas no acervo da CUT. Consta a ata de reunião da Comissão Executiva Nacional do PT, em 29 de julho de 1991, com a presença de Lula, José Genoíno, José Dirceu e Aloísio Mercadante, que tratou da concepção e construção partidária para a organização do primeiro congresso do partido. Realizado em São Bernardo do Campo, no dia 1º de dezembro de 1991, o congresso abordou temas como socialismo (“Nem socialismo real, nem social-democracia”) e a conjuntura do partido.¹⁵⁴

A relação com o PT era tão direta que o acervo possui convites para que o então presidente da CUT, Jair Menegelli, participasse da executiva nacional do PT. Além da

¹⁵¹ Caixa 1 – Presidência – Acervos CEDOC CUT.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Circular – Cir. Sorg. n° 054 de 14 de agosto de 1991 – Acervo CEDOC CUT.

¹⁵⁴ Caixa 01 – Presidência – Acervo CEDOC CUT.

composição de chapa para apoiar Lula nas eleições de 1989, a Frente Brasil Popular. Os documentos retratam a mobilização da CUT para a vitória de Lula, através de debates, apoios e agendas de campanha.

Um ponto importante que as pesquisas mostraram foi que a maioria dos documentos referentes ao PT está endereçada a Jair Meneguelli e inserida no período de 1983 a 1994.

A CUT também acumulou documentos sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Entre eles, estão recortes de jornais e panfletos do partido, como o jornal endereçado a Jair Meneguelli, intitulado “A orientação sindical dos comunistas para a transição democrática”, de março de 1985.¹⁵⁵

Os documentos também retratam as relações da CUT com outras centrais sindicais, com destaque para a ação judicial de Luiz Antônio de Medeiros, então presidente da Força Sindical¹⁵⁶, contra Vicentinho, presidente da CUT. A ação se deu em 1995, devido à acusação de calúnia impetrada por Luiz Antônio de Medeiros contra Vicentinho depois de uma publicação no jornal *A Folha da Tarde* sob o título “Vicentinho chama Medeiros de bandido e indigno”.

Também fazem parte do acervo cartazes de comemoração dos 20 anos de fundação da CUT, em 2003, com o slogan “Orgulho de ser CUT” e convite para as comemorações com a programação de atos, solenidades e comemorações pelo país, além de reportagens sobre a situação interna da CUT após a eleição de Lula para a presidência da República. Dentre várias, podemos citar duas notícias de jornais. Uma, sem a identificação de ano e nome do jornal, com a seguinte matéria: “CUT faz aniversário com dúvidas sobre seu futuro político: central que nasceu combatendo o governo passou a fazer parte dele”, e outra, publicada em 24 de agosto de 2003 no Diário de São Paulo, com o título “A CUT não é governo e também não pode ser oposição. É preciso ter um ponto de equilíbrio”¹⁵⁷.

Essas matérias demonstram claramente a necessidade de um balanço analítico do contexto interno da CUT, assim como suas posições e bandeiras a partir da posse de Lula na Presidência da República.

¹⁵⁵ Caixas 05 e 06 – Presidência – Dossiê PCB - 1985 – Acervo CEDOC CUT.

¹⁵⁶ Central sindical fundada em 8 de março de 1991 em São Paulo, caracterizou-se como uma das principais centrais sindicais de oposição à CUT. Para maiores informações ver: <<http://www.fsindical.org.br/>> Acesso em: 23 de nov. 2015.

¹⁵⁷ Caixa 05 e 06 – Presidência – Dossiê 20 anos da CUT – Acervo CEDOC CUT.

Reivindicações históricas dos trabalhadores também puderam ser percebidas na documentação, como, moções pela extinção do imposto sindical, pela reforma agrária, por campanha salarial, contra privatizações, sobre situação dos trabalhadores no campo, crise internacional e greves.

Além de dossiês de viagens - a Cuba, em 1996, à França, em 1989, à Itália e Alemanha, em 1996, entre outros lugares, contendo relatórios de custos e diários sobre reuniões entre militantes - encontramos também documentos sobre as CUTs estaduais e sindicatos, e também sobre a participação de dirigentes em congressos e seminários.

Também constam na documentação encontrada artigos, livros e publicações da grande imprensa sobre a conjuntura internacional nos anos 90, como o fim da guerra do Golfo e o fortalecimento dos Estados Unidos, o fim dos regimes socialistas, e a situação de segregação econômica e social de parte da humanidade. Trechos do livro *1964: a conquista do Estado, ação política poder e golpe de classe*, de autoria de René Armand Dreifuss, demonstram a orientação teórica seguida pelo grupo à frente da CUT, principalmente nos anos 90.

Da caixa n° 8 à 28, todos os documentos foram ordenados por correspondências expedidas e recebidas, seguidos da indicação dos meses e anos. Das caixas n° 29 a 61, encontramos alguns documentos ainda por serem identificados e várias notícias e reportagens de jornais e revistas sobre assuntos como campanhas salariais, reforma trabalhista, legislação trabalhista, crise da CUT¹⁵⁸, reforma da previdência e representação nas CUTs estaduais.

- Secretaria de Comunicação (SECOM)

A Secretaria de Comunicação (SECOM) é um dos setores que compõem a Direção Nacional da CUT. De acordo com o estatuto, aprovado no 11° Congresso Nacional da CUT – CONCUR, em seu art. 52, capítulo X - *Compete ao/à secretário/a de Comunicação:*

- a) elaborar a linha de comunicação da CUT, de acordo com os objetivos expressos neste Estatuto, e coordenar sua implementação em âmbito nacional;
- b) coordenar os órgãos de divulgação e editar as publicações e o material de imprensa da CUT nacional;

¹⁵⁸ A crise da CUT mencionada nas reportagens está ligada a uma crise de credibilidade de um projeto socialista que acreditava-se que a CUT pregava, configurando-se em uma crise ideológica do socialismo.

- c) preservar a imagem pública da CUT e a padronização dos símbolos que a identificam;
- d) organizar a divulgação das posições e informações da CUT para os/as trabalhadores/as e o conjunto da sociedade;
- e) estabelecer e organizar a comunicação com os órgãos de imprensa nacionais e estrangeiros;
- f) coordenar e orientar as secretarias de Comunicação da CUT nos estados e das Confederações e Federações nacionais.

As atividades da SECOM estão totalmente vinculadas à imagem da CUT produzida interna e externamente. Todas as posições políticas, decisões e programações, dentre diversas outras iniciativas, são divulgadas pela Comunicação, tornando-a uma das secretarias mais estratégicas da CUT, na medida em que a ligação oficial da instituição com a imprensa e com as esferas políticas passa necessariamente pelas atividades de comunicação.

A Secretaria de Comunicação foi oficialmente criada em 1994. Antes disso, as atividades de comunicação e divulgação eram exercidas pela Secretaria de Imprensa e Divulgação - SID. A alteração de SID para SECOM foi aprovada no 5º Congresso Nacional da CUT - CONCUR, pois a estrutura da CUT só pode ser alterada em congresso nacional ou com a autorização deste em Plenária Nacional. De acordo com as Resoluções do 5º CONCUR, as propostas para o desenvolvimento da área de Comunicação avançavam da seguinte forma.

Qualquer política de comunicação da CUT depende diretamente do desenvolvimento do projeto político da Central, respondendo aos problemas mais graves que afetam os trabalhadores e determinando suas políticas setoriais. Criar o Grupo de Trabalho Nacional de Comunicação da CUT, formado por dirigentes e profissionais dos diversos setores que compõem o ciclo da informação (jornalistas, radialistas, produtores de vídeo, técnicos em telecomunicações e em processamento, gráficos etc.) com a tarefa de definir um planejamento estratégico cujo objetivo será a montagem global dessa rede/estrutura. Dotar a CUT, em curtíssimo prazo, de instrumentos de comunicação que atinjam diretamente os trabalhadores e a sociedade, inclusive via rádio, responsabilizando a SID pela apresentação à Executiva de propostas tecnicamente detalhadas. Estimular a criação da Central de Informações da CUT, dando-lhe a dimensão de agência de notícias, passo importante e indispensável para a efetivação de veículos nacionais de comunicação da CUT. Investir na formação e na capacitação de dirigentes e profissionais em comunicação, em convênios com entidades e universidades. **Mudar o nome da Secretaria de Imprensa e Divulgação para Secretaria de Comunicação da CUT.** Estruturar essa secretaria com os departamentos inerentes aos diversos setores com os quais a secretaria irá se relacionar: comunicação em vídeo ou som, comunicação escrita,

informática, telecomunicações e produção industrial (gráfica). Planejar e trabalhar pela viabilização, junto com outros segmentos avançados da sociedade civil, de uma grande imprensa dos trabalhadores, capaz de desafiar o monopólio das “nove famílias”. (Grifos nossos)¹⁵⁹

A documentação produzida pela SID soma 25 caixas, contendo indicação de documentos produzidos entre 1984 e 1996. Porém, encontramos documentação anterior a esse período. Entre os anos de 1994 (ano de criação da SECOM) e 1996, houve o período de transição e legalização das atividades internamente.

No que se refere à SID, um aspecto chamou a atenção. A maioria dos documentos são cópias e/ou recortes de jornais e revistas, além de panfletos e periódicos internos da CUT e dos sindicatos filiados.

Podemos destacar alguns temas encontrados. Apresentam-se diversos documentos sobre greves, entre eles uma relação de distribuição de greves por estados, de 1986, lei 4330, de 01 de junho de 1964, decreto-lei 1632, de 4 de agosto de 1978 e o projeto de lei 5239, de 1985. Toda essa legislação aborda o direito de greve por parte dos trabalhadores e suas consequências.¹⁶⁰

Também foi encontrada documentação sobre a Assembleia Nacional Constituinte. Destaque para um programa de debates sobre a Constituinte e um abaixo-assinado (petição popular) dirigido às autoridades e ao então presidente da República José Sarney, contendo reivindicações de garantia dos direitos dos trabalhadores e dos eleitores brasileiros, como a eliminação dos dispositivos da legislação ditatorial que restringiam a organização partidária, a propaganda política, a imprensa e as greves, além exigirem a extinção da Lei de Segurança Nacional.

O movimento “Diretas Já”, a reforma agrária e a violência no campo também foram temáticas encontradas na documentação produzida pela SID, além de panfletos convocando os trabalhadores para debates na CUT sobre as “Diretas Já” e manifestos de defesa da reforma agrária e do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

Muitos jornais, revistas e panfletos divulgados pela CUT também compõem o acervo. Dentre eles, podemos citar alguns documentos da instituição entre os anos de 1988 e 1989, sobre infiltração do exército no movimento operário. De acordo com os trechos destacados, podemos supor que a Secretaria de Imprensa e Divulgação da CUT

¹⁵⁹ Acervo CEDOC-CUT. Disponível em <file:///C:/Users/Daniel/Downloads/5-congresso-nacional-da-cut-1994.pdf>. Acesso em 30 mar. 2015.

¹⁶⁰ Caixa 07 – SID/SECOM – Acervo CEDOC CUT.

realizava pesquisas na grande imprensa a fim de mapear as articulações dos militares em relação aos trabalhadores, e divulgava essas pesquisas através de panfletos e periódicos internos. Muitos trechos encontrados são confidenciais e não poderiam ser divulgados para além das fronteiras do Exército e das forças armadas. Os trechos a seguir exemplificam o clima de desconfiança que ainda pairava nos anos imediatamente pós-regime militar.

Rio – O Centro de Informações do Exército (CIEX) infiltrou agentes, pelo menos desde o ano passado, em setores estratégicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), onde conseguiu reunir documentos internos e reservados. Entre eles está ainda um vídeo ainda inédito, a ser utilizado na campanha do candidato do partido à sucessão presidencial, Luiz Inácio Lula da Silva, e um manual de adestramento para sindicalistas, que orienta grevistas a ocuparem fábricas e a prenderem seus gerentes e diretores. A revelação foi feita ao Estado por oficial graduado do Exército, que afirmou estar preocupado com as atividades sindicais e políticas da CUT e do PT.¹⁶¹

A polícia apreendeu ontem, no Rio, um documento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), com nove páginas datilografadas, contendo as Resoluções do III CONCURT- Congresso da entidade realizado no ano passado,¹⁶² contendo instruções de como os dirigentes sindicais devem preparar, manter e atuar em greves, e sobre como reagir em caso de repressão policial. Segundo o manual, os grevistas devem reagir a repressão com pedras, porretes e cassetetes e, como medida de segurança, previamente “limpar os bolsos”. Também devem evitar ser presos com pacotes na mão. No caso de prisão, o melhor é “negar a todo custo” que façam parte da liderança. O “manual de adestramento para dirigentes sindicais e sindicalistas” foi distribuído pelo Partido dos Trabalhadores e pela CUT, segundo a polícia, confidencialmente, aos militantes com cargos de direção. Na página em que estão as resoluções do encontro da CUT, divididas em quatro capítulos – Tarefas da CUT, Prática sindical, Internacionalismo e Solidariedade de classe e luta no campo – a polícia chamou atenção para alguns itens.¹⁶³

O espírito subversivo e anarquista de tal cartilha CUT-PT, além de mal escrita com erros crassos de ortografia, a cartilha confirma a íntima ligação e absoluta identidade da Central Única dos Trabalhadores e o Partido dos Trabalhadores. E o que é mais grave: trata o trabalhador – em última análise, o grevista – como massa de

¹⁶¹ Caixa 13 – SID/SECOM – Acervo CEDOC CUT.

¹⁶² O III CONCURT foi realizado de 7 a 11 de setembro de 1988.

¹⁶³ Caixa 13 – SID/SECOM – Acervo CEDOC CUT. As Resoluções do III CONCURT estão disponíveis em <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/116>> e não há nenhum “manual de adestramento para dirigentes sindicais e sindicalistas”, nem ao menos algo com a estrutura mencionada, de quatro capítulos.

manobra, utilizada como meio e instrumento para líderes sindicais e políticos alcançarem seus objetivos pessoais e partidários.¹⁶⁴

Como resposta, a CUT publicava notas de posicionamento, divulgadas amplamente na imprensa, a fim de se defender das acusações e conclamar a união, ainda mais forte, dos trabalhadores contra o governo, que segundo a entidade, usava de artimanhas para intimidar o movimento sindical, falsificando e forjando documentos e informações. Ainda percebemos claramente, no período de redemocratização, a ideia de oposição entre trabalhadores e governo.

A documentação específica da SECOM abrange o período de 2003 a 2009, totalizando 07 (sete) “caixas boxe”. Não encontramos nenhum documento de 1996 até 2003, período no qual as atividades da SECOM já deveriam estar sendo registradas após o tempo de transição pela mudança de nome e de competência¹⁶⁵.

Como o período da documentação extrapola o corte temporal estipulado, fizemos um breve levantamento dos temas sem preocupação com uma análise de maior fôlego desses documentos que não fazem parte no período estabelecido pela pesquisa (1983 – 2003).

A documentação trata de projetos culturais que buscavam agregar os diferentes sindicatos filiados à CUT¹⁶⁶, *clippings* de noticiários sobre a CUT, planejamento anual da secretaria e os trâmites para a criação da TV CUT, Rádio CUT e Portal CUT, iniciativas que pretendiam aumentar o canal de comunicação entre a Central e os sindicatos, além de divulgar com maior rapidez o trabalho interno da entidade nacional.

- Secretaria de Política Sindical - SPS

No 10º Congresso Nacional da CUT, realizado entre os dias 03 a 07 de agosto de 2009, a estrutura das secretarias nacionais foi modificada novamente. A Secretaria de Política Sindical - SPS tornou-se Secretaria de Organização e Política Sindical - SOPS.¹⁶⁷ À Secretaria de Organização e Política Sindical - SPS da CUT competia o seguinte.

¹⁶⁴ Caixa 13 – SID/SECOM – Acervo CEDOC CUT. Todos os trechos foram copiados de forma idêntica ao documento encontrado na referência indicada.

¹⁶⁵ Lembrando que, em 1994, a Secretaria de Imprensa e Divulgação – SID mudou o nome para a Secretaria de Comunicação. De 1994 até 1996, cumpriu-se o período de transição.

¹⁶⁶ Caixa 04 – SECOM – Acervo CEDOC CUT.

¹⁶⁷ Acervo CEDOC-CUT – Disponível em <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/123>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

a) elaborar e contribuir com estudos e projetos em relação às questões de organização e política sindical e encaminhá-los às instâncias da CUT; b) coordenar e orientar as secretarias de Organização e Política Sindical nos Estados e das Confederações e Federações nacionais; c) promover o intercâmbio de experiências e estabelecer convênios de cooperação para o desenvolvimento das políticas sindicais da CUT com entidades sindicais e institutos especializados no âmbito nacional e internacional, através da Secretaria de Relações Internacionais; d) coordenar a elaboração da política geral de organização sindical dentro dos princípios e propostas da CUT e encaminhá-las às suas instâncias e as relações institucionais da central junto aos órgãos governamentais; e) elaborar e contribuir com estudos e projetos em relação às questões de política de organização sindical e encaminhá-los às instâncias da CUT; f) acompanhar e assessorar a criação, formalização junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, a organização das Confederações e Federações nacionais; g) acompanhar e assessorar a organização e formalização junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, dos sindicatos e outras entidades de base nacional; h) coordenar o trabalho de ampliação da base de representação da CUT, especialmente em oposições e eleições sindicais.¹⁶⁸

Ainda de acordo com o estatuto, no artigo XVII, “Compete ao/à secretário/a adjunto/a de organização e política sindical assumir, em conjunto com o/a secretário/a de organização e política sindical, as funções deste/a e substituí-lo/a em caso de ausência”.

Como parte da SOPS, a Comissão Nacional de Tecnologia e Automação - CNTA atua no sentido de aproximar as atividades de trabalho no interior dos sindicatos com as inovações tecnológicas, procurando atingir os principais setores da economia nacional, como o metalúrgico, o petroleiro e o rural. As iniciativas da CNTA estão relacionadas, na maioria das vezes, à organização de seminários e eventos que expliquem ao trabalhador os benefícios para a produção a partir do uso sistemático de ferramentas tecnológicas.¹⁶⁹

A documentação da CNTA está inserida dentro da SOPS, configurando-se em uma espécie de classe (ou série)¹⁷⁰ da secretaria. Abrange o período de 1985 a 1993, totalizando apenas 06 caixas.

¹⁶⁸ Estatuto da CUT aprovado no 11º Congresso Nacional da CUT – CONCUR, no Art. 52, XVI

¹⁶⁹ As atribuições da Comissão Nacional de Tecnologia e Automação (CNTA) não constam no estatuto da CUT. Suas atividades foram concluídas a partir da análise da documentação.

¹⁷⁰ A nomenclatura de classe é encontrada nos planos de classificação dos documentos correntes, e indicam uma relação de subordinação entre elementos, já o termo série está relacionado ao arranjo dos documentos na fase permanente, e também está relacionado a uma relação hierárquica entre funções. Como no caso da CUT a documentação não é avaliada, não podemos afirmar que trata-se de uma ou outra expressão.

Os principais assuntos identificados nos documentos são automação de novas tecnologias, política industrial e propriedade industrial, além de textos de referência sobre automação e novas tecnologias, incluindo-se projetos e convênios para a realização de debates e seminários.

Entre alguns seminários realizados, podemos citar “*O Movimento Sindical e as Novas Tecnologias*”, em 1985; “*O Agricultor e a Tecnologia*”, “*Novas Tecnologias e Automação no Setor Metalúrgico*” e “*Novas Tecnologias e Automação no Setor Petrolífero*”, todos de 1987; “*Política de Informática e Nova Legislação*”, de 1988; e “*Política Industrial: Perspectivas para o Movimento Sindical*”, de 1992.

Também foram encontrados muitos documentos administrativos, como, por exemplo, prestação de contas (1985-1993), histórico da comissão de 1991, planejamento trienal (1992-1994), relatórios e correspondências.

É importante destacar que o instrumento de pesquisa disponível apresenta uma relação tipológica dos documentos, assim como em outras secretarias, o que dificulta o estabelecimento dos vínculos entre eles. As correspondências, por exemplo, estão identificadas como *Correspondências recebidas e enviadas*, problema já apontado anteriormente, destoando dos preceitos arquivísticos.

Outro ponto que precisa ser destacado é o grande número de cópias presentes nas caixas. Como a identificação se dá por tipo ou espécie documental, as caixas foram analisadas através da leitura atenta dos documentos e, ao pegá-los, percebemos várias cópias e partes faltantes nos conjuntos documentais.

Essa característica permeia todo o acervo, nas várias secretarias que fazem parte da estrutura de funcionamento da CUT nacional. Daremos continuidade à análise dos documentos acumulados pela SOPS, custodiados pelo CEDOC CUT, a fim de constatar alguma mudança substancial no teor e na natureza dos documentos.

A Secretaria de Organização e Política Sindical, de maneira geral, possui documentação entre os anos de 1979 e 2003, totalizando 81 caixas. Em sua maioria, essa documentação reflete a realidade política e social do país durante o período citado. Assim, encontramos documentos sobre a dívida externa brasileira, as negociações para a Assembleia Nacional Constituinte de 1987, mobilizações para as “Diretas Já” (também em 1987), o Plano Collor e o pacto social, a estruturação do Plano Real e seus impactos para os trabalhadores de 1994. Grande parte dos documentos eram textos não assinados, como se fossem artigos ainda em elaboração.

Além das questões gerais do país, encontramos também documentos que relacionavam a macroestrutura com a realidade específica dos trabalhadores, como, por exemplo, textos sobre política e reposição salarial (1985-1988) e direito e lei de greve (1983-1984).

A organização interna da CUT também está refletida na documentação produzida pela SPS. Entre os principais temas abordados, podemos citar: preocupações com a organização da direção nacional da CUT, estratégias de organização e estrutura sindical (1984-1990), plano de estabilização financeira da CUT (1986-1990), plenária nacional e o planejamento interno da CUT (1985-1987), proposta de reestruturação organizacional da CUT em 1995, e um modelo de reorganização cutista em 1996.

Alguns aspectos merecem destaque no processo analítico dessa documentação. Como já mencionado, a maioria dos documentos corresponde a artigos em elaboração. São textos produzidos com objetivo claro de comunicação aos trabalhadores, preparados para ocasiões específicas, seja para reuniões e plenárias, seja para publicações em jornais e/ou revistas e até mesmo em periódicos internos da CUT nacional ou das regionais. Muitos desses textos estão incompletos, alguns aparentemente são rascunhos, sem autoria ou data.

No entanto, observamos que se tratam de textos bem escritos, com referências a autores clássicos da Sociologia, com reflexões embasadas nos debates históricos e sociológicos. Foram encontradas menções a Zigmunt Bauman e Sigmund Freud como bases teóricas para estratégias de organização sindical.

Outro ponto que precisa ser destacado é a presença frequente de expressões de combate ao capitalismo e de aproximação às ideias socialistas, como, por exemplo, o incentivo à organização coletiva e o alerta contra o perigo representado pelas ideias “sedutoras” do capitalismo, como o crescimento da sociedade do consumo. Essa característica pode ser percebida inclusive nos documentos mais recentes da secretaria, mostrando uma defesa do discurso dos anos 80 em pleno ano 2003, vinte anos depois.

A Secretaria de Organização e Política Sindical apresenta uma documentação específica que trata da estruturação das atividades e da organização dos sindicatos. Através de reflexões mais complexas, que, na maioria das vezes, atinge uma parcela restrita dos trabalhadores sindicalizados, acaba por delimitar terrenos específicos para a constituição de determinados interesses, ligados diretamente à articulação entre as esferas da economia e da política.

As ações implementadas pela SOPS precisam ser analisadas através de uma perspectiva crítica, que gradativamente aproxima a luta por melhores condições de trabalho e vida da politização da economia. Ou seja, a ação do sindicato é potencializada, na medida em que os trabalhadores entendem que suas vidas pessoais e profissionais estão inseridas numa esfera maior, composta pelo Estado, que não se separa da política e da economia.

Essa característica explícita nos documentos é uma forma de unificar a classe trabalhadora, formando uma frente única de lutas, que justifica inclusive a criação e permanência de uma central sindical unificada como a CUT. Sendo essa justamente uma das atribuições da secretaria, justificar e reformular a CUT, entendemos como uma tentativa de aproximação entre as reivindicações e resultados concretos.

Segundo Mascarenhas,

A potencialidade de articulação entre economia e política é um dos maiores méritos da prática sindical. Por meio desta articulação, os interesses da classe trabalhadora podem ser unificados e uma ação estratégica de classe pode ser desencadeada. A luta econômica é então publicizada, o que é essencial para a articulação dos interesses, (...), a formulação de uma identidade política e o aumento do poder de barganha no âmbito dos conflitos sociais e relações de poder.¹⁷¹

- Secretaria de Políticas Sociais – SPSO

Segundo o estatuto da CUT, artigo XVIII, compete ao secretário de Políticas Sociais:

a) elaborar e coordenar a implantação de políticas sociais da CUT, abrangendo os setores de educação, criança e adolescente, habitação e solo urbano, alimentação, transportes, direitos humanos e movimentos sociais; b) coordenar a execução das políticas sociais da CUT, em consonância com as demais secretarias e projeto político-sindical da CUT; c) estabelecer e coordenar a relação da CUT com as organizações e entidades da sociedade civil, dentro dos princípios definidos neste Estatuto; d) promover intercâmbio e estabelecer convênios com entidades sindicais e institutos especializados, para desenvolvimento das políticas sociais da CUT, no âmbito nacional e, no âmbito internacional, através da Secretaria de Relações Internacionais; e) coordenar e orientar as secretarias de Políticas Sociais da CUT e das Confederações e Federações nacionais.

¹⁷¹ MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. *O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora*. Goiânia: Alternativa, 2002.

Em resumo, as principais atividades da SPSO se relacionam com iniciativas de assistência e integração social. A documentação reflete algumas dessas atividades, que, após uma leitura atenta dos documentos, demonstram a preocupação com atividades educacionais e culturais dos trabalhadores e suas famílias, abordando inclusive questões de combate a preconceitos.

Além dos assuntos frequentemente abordados por todas as secretarias, a SPSO possui uma vertente de integração entre o ambiente da produção e a vida social, investindo em estratégias de aproximação entre as diversas demandas dos trabalhadores.

A documentação encontrada abrange o período de 1986 a 2008 e compreende 70 caixas, muitas delas sem qualquer identificação. Essa inclusive é uma característica que merece ser destacada: o fundo CUT ainda está em fase de organização e esse é um dos motivos pelos quais encontramos alguns documentos e caixas sem identificação.

Entre os principais assuntos encontrados na pesquisa, podemos destacar: relatórios internos da CUT sobre ações educativas na comunidade; documentos sobre preocupação com o meio ambiente e os impactos para a vida produtiva dos trabalhadores; alguns artigos e material de conscientização sobre educação e sua importância para se ter boas perspectivas profissionais; alguns documentos sobre seguridade social, explicitando a preocupação com o futuro dos trabalhadores; e documentos sobre discriminação racial.¹⁷²

Atuando principalmente através de comissões, a documentação produzida pela SPSO foi organizada de acordo com cada uma delas, agrupando-se os assuntos mais importantes em dossiês. As comissões de atuação da SPSO são: Comissão Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Comissão Nacional sobre o Meio Ambiente; Comissão de Educação; Comissão Nacional de Seguridade Social; Comissão Nacional Contra a Discriminação Racial; e Comissão Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência.

Cada uma dessas comissões produz documentos diferentes, agrupados em dossiês. Dentre eles, destacamos os seguintes: Dossiê Trabalho Escravo; Dossiê Comunidade Solidária (1995); Dossiê Segurança Alimentar (1987-1997); Dossiê Comissão Nacional de Prevenção a AIDS; Dossiê Habitação e Solo Urbano; Dossiê Coletivo de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente; Dossiê Agricultura (1991); Dossiê Atingidos por Barragens (1989); Dossiê Povos Indígenas (1989-1990); Dossiê Direitos

¹⁷² A maioria dessa documentação encontra-se nas caixas 03, 18, 19, 42 e 62 – SPSO – Acervo CEDOC CUT.

Humanos (1989-1992); Dossiê Fórum Nacional de Ação da Cidadania Contra a Fome e Miséria (1996); Dossiê Meninos e Meninas de Rua no Brasil; Dossiê ECO – 1992; Dossiê Chacina da Candelária RJ (1993); Dossiê Usinas Nucleares (1994); Dossiê Bancos Multilaterais (1992); Dossiê Trabalhadores presos e egressos de prisões; Dossiê Reforma Urbana; Dossiê Coletiva Seletiva de Lixo (1989-1990); Dossiê Programa de Saneamento Ambiental; Dossiê Formação Profissional; Dossiê Amazônia; Dossiê Lei de Patentes (1992-1994); Dossiê Conferência Mundial sobre a População (1993); Dossiê CONANDA – Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; e Dossiê Ações Judiciais.

A participação e organização de seminários também é uma das atividades evidentes da secretaria. Dentre esses seminários, podemos citar: “O papel e a Atuação das Forças Armadas na América Latina”; “Sensibilização sobre a Problemática do Trabalho Infantil” (1995); “CUT pela Cidadania da Infância e do Adolescente” (1993); “Impactos Ambientais da Política Industrial Brasileira”; “A Educação e os Trabalhadores” (1991); “Desenvolvimento e Meio Ambiente” (1991); “Participação dos Trabalhadores na Gestão da Água” (1995); “Seguridade Social na Revisão Constitucional”; “Previdência Social e Previdência Complementar” (1992-1995); “Democratização do Estado. O Judiciário em Questão” (1993); “1º Seminário Sul-Sudeste” (1993); “2º Seminário Norte/Nordeste” (1994); “3º Seminário Centro-Oeste/Norte” (1994); “O Nordeste Além da Seca” (1998); “Recursos Naturais não Renováveis” (2001); e “Jovem Trabalhador da CUT” (2001).

Encontramos também alguns documentos administrativos que retratam a rotina diária da secretaria, como: Plano de Trabalho (1993-1994); Orçamentos (1993-1994); Relatórios de Atividades (1991-1997) e Atas de Reuniões (1991-1997).

Toda a documentação reflete o perfil da secretaria, de cunho cultural, educacional e social. Novamente, percebemos muitas cópias e poucos documentos assinados, com autoria reconhecida.

- Secretaria de Relações Internacionais – SRI

A Secretaria de Relações Internacionais possui como principal objetivo o estabelecimento de relações e parcerias, através de intercâmbio e cooperação com entidades congêneres em outros países. Como resultado dessa aproximação, diversos convênios e projetos são elaborados e firmados com entidades sindicais diversas.

As atividades desenvolvidas pela SRI são fundamentais para subsidiar ações de outras secretarias que possuem, por estatuto, a responsabilidade de gerenciar os projetos e acordos firmados pela SRI.

De acordo com o estatuto¹⁷³, compete ao secretário de Relações Internacionais:

a) representar a CUT nas atividades e fóruns internacionais; b) garantir a execução da política internacional da CUT, assegurando que suas relações com o movimento sindical internacional sejam regidas pelos princípios deste Estatuto e pelas definições das instâncias nacionais; c) contribuir nas definições de políticas internacionais da CUT; d) estabelecer e coordenar o desenvolvimento das relações com todas as entidades sindicais e organizações congêneres, em âmbito mundial, como interlocutor da Central; e) coordenar e acompanhar o desenvolvimento de relações sindicais entre as Confederações e Federações nacionais da CUT com entidades congêneres e do mesmo ramo de atividade econômica de outros países; f) coordenar o conjunto de ações comuns de solidariedade e intercâmbio com os trabalhadores de outros países; g) garantir a troca de informações e divulgação dos fatos relativos à condição e à luta dos trabalhadores entre movimento sindical internacional e brasileiro, reciprocamente; h) organizar e acompanhar os convênios estabelecidos entre as instâncias da CUT e as centrais sindicais e instituições de outros países.

A documentação analisada corresponde ao período de 1981-2005 - ou seja, possui documentos anteriores ao ano de fundação da CUT – e totaliza 134 caixas, incluindo muitos documentos sem identificação.

Os principais assuntos encontrados se referem à dívida externa brasileira; campanha de solidariedade a Cuba (1991); anistia internacional; Mercosul; Relações Internacionais da CUT; centrais sindicais internacionais; e Organização Internacional do Trabalho – OIT; além de organização e participação em eventos e seminários internacionais.

A partir desses temas gerais, encontramos conjuntos documentais específicos, dossiês que abordam os seguintes pontos: Greve de Fome – CUT – Paraguai (1993); Violações dos Direitos Humanos e Sindicais no Brasil (1993); Conferência dos Povos das Américas (1998); Conferência Sindical da América Latina e Caribe sobre a Dívida Externa (1985); Anistia Internacional – Conflitos do Campo – Brasil (1989); Encontro dos Trabalhadores no Comércio do Cone Sul (1989); Greve Geral – 12/12/1986 – Solidariedade Internacional; Greve Geral – 20/08/1987 – Solidariedade Internacional; CUT – Colômbia (1986-1991); Conferência de Solidariedade ao Paraguai (1989);

¹⁷³ Estatuto da CUT aprovado no 11º Congresso Nacional da CUT – CONCURT, art. 52, VII.

Viagem de Delegação da CUT à Europa (1992); Viagem de Delegação da CUT ao Japão (1992); Viagem de Delegação da CUT aos E.U.A. (1992); Comunidade Europeia (1986-1990); e Timor Leste (1989-1995).

Entre os principais projetos e convênios firmados, podemos destacar: Projeto de Co-financiamento para a Construção da Escola Sul da CUT; Projeto CUT-CGIL¹⁷⁴ (1991); Projeto de Implantação do Setor de Combate a Violência no Campo (1992-1993); Projeto de Reestruturação Nacional – Governo Collor (1991); Projetos de intercâmbio diversas centrais sindicais (C.I.O.S.L.; I.S.C.O.S.; C.C.S.C.S.; O.E.A.; C.G.I.L.).¹⁷⁵

- Secretaria Geral – SG

A Secretaria Geral da CUT tem a função de integração e coordenação das atividades gerais da entidade. Sua responsabilidade é estratégica, no sentido de ser a secretaria que supervisiona as demais, além de zelar pelo correto cumprimento do estatuto da CUT em nível nacional e nos estados. De acordo com o estatuto aprovado no 11º Congresso Nacional da CUT – CONCUR, art. 52, III, compete ao/à secretário/a geral:

a) garantir a aplicação dos direitos, deveres e sanções aos/às filiados/as e o cumprimento do Estatuto da CUT; b) organizar as reuniões da Executiva Nacional, da Direção Nacional, da plenária nacional e do congresso nacional; c) encaminhar as resoluções das instâncias nacionais, acompanhar sua aplicação e organizar as atividades deliberadas; d) elaborar planos gerais integrados e coordenar as atividades do conjunto das secretarias nacionais; e) **organizar e administrar o arquivo geral, as atas, documentos legais e agenda nacional da CUT**; f) acompanhar e integrar as Estaduais da CUT, Confederações e Federações; g) coordenar e orientar as secretarias gerais da CUT nos Estados e nas Confederações e Federações nacionais.

Em relação ao arquivo, o trecho em negrito explicita que a Secretaria Geral é a responsável pela administração do arquivo geral, composto por atas, documentos legais e agendas. Não percebemos nenhuma menção ou preocupação com a documentação

¹⁷⁴ CGIL – Confederazione Generale Italiana del Lavoro.

¹⁷⁵ C.I.O.S.L – Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales; I.S.C.O.S – Cooperazione Sindicale allo Sviluppo; C.C.S.C.S – Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur; O.E.A – Organização dos Estados Americanos; CGIL – Confederazione Generale Italiana del Lavoro.

histórica e até mesmo administrativa, como os documentos relacionados com pessoal, material ou patrimônio da CUT.

O CEDOC CUT é subordinado à Secretaria Geral, porém suas funções não estão inseridas no escopo de atividades de tal secretaria, pelo menos não no estatuto. Mas, na prática, sabemos que o CEDOC CUT é responsável não só pelas atas e documentos jurídicos, como também pelos documentos administrativos e históricos da CUT. Essa questão é importante para pensarmos a importância dada à memória da instituição em sua estruturação máxima. O fato de que o estatuto não preveja a possibilidade da preservação e acesso a uma possível memória histórica e social da CUT é um indício de que o arquivo não faz parte das preocupações principais da central sindical.

Em relação à documentação produzida pela Secretaria Geral, custodiada no CEDOC CUT, foram encontradas 188 caixas entre os anos de 1995 e 2006. É muito pouco, se levarmos em conta as atribuições da secretaria. O pouco volume documental gerenciado pelo CEDOC CUT aponta para a baixa frequência de entrega dos documentos ao órgão responsável. A documentação fica nas gavetas e mesas dos militantes e não são entregues para o correto gerenciamento no arquivo.

Além do período compreendido não espelhar o total de anos de atuação da secretaria, antes de 1995 as atividades da CUT já estavam em pleno funcionamento; e da mesma forma após 2006. Estimamos que a documentação produzida antes de 1995 e depois de 2006 venha sendo mantida na sala da Secretaria Geral.

Em relação à documentação encontrada na pesquisa, além das resoluções dos congressos e das plenárias, encontramos agendas de trabalho da CUT, cadastro de membros e de entidades sindicais, programação e participação de eventos, atas do conselho jurídico da CUT, balanços da atuação da CUT em 2001 e subsídios para as CUTs regionais.

Entre os documentos encontrados, poderíamos destacar alguns exemplos da influência sindical e, em especial, da CUT, em instâncias estratégicas do governo. Alguns temas contidos na documentação mostram a tentativa de pressão por parte dos trabalhadores em assuntos gerais da economia e política nacional e internacional, o que sinaliza, já na época da criação da instituição, uma perspectiva histórica de atuação da CUT.

Entre esses documentos, estão as agendas de trabalho e propostas desenvolvidas pela Secretária Geral da CUT. Dentre elas, podemos destacar propostas de temas para discussão com o então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (2003-2010),

que abordam temas de interesse mundial. Entre os principais pontos estão negociações sobre a Organização Mundial do Comércio (OMC), G-20¹⁷⁶, comércio exterior, Área de Livre Comércio das Américas (Alca)¹⁷⁷ e União Europeia (UE)¹⁷⁸, além de proposta de inclusão de um artigo sobre direitos trabalhistas no acordo/negociação entre o Mercosul¹⁷⁹ e a UE.

Outro aspecto que merece atenção é a participação da CUT em assuntos jurídicos que envolvem os trabalhadores. Encontramos textos para discussão no Conselho Jurídico da CUT, sobre o anteprojeto de Constituição Federal e explicação geral do anteprojeto em 1988. E também documentos da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, de 1988, contendo discursos de Lula sobre a Constituinte, com foco na estabilidade no emprego.

Em 2002, durante a campanha presidencial de Lula, a CUT novamente se envolveu diretamente no programa de governo do então candidato à presidência da República. No documento de maio de 2002, intitulado *Emprego, renda e relações de trabalho decentes: As propostas da CUT ao programa de governo do Lula*, podemos destacar os seguintes trechos “A Central Única dos Trabalhadores entende que a única possibilidade de resgate da dignidade dos trabalhadores, e da Nação, só pode se dar com a eleição para a Presidência da República do companheiro Lula (...) o único candidato capaz de transformar a esperança em dias melhores para o povo brasileiro”¹⁸⁰.

O princípio geral da proposta apresentada pela CUT destaca o grande desafio do governo Lula como a capacidade de “liderar um processo político de mudanças nas bases históricas do desenvolvimento nacional, colocando a questão social no centro organizador de todas as políticas”¹⁸¹.

Os principais pontos abordados são: Reforma fiscal e tributária; Políticas de financiamento e investimentos da infraestrutura e das políticas setoriais de desenvolvimento; Fundos de pensão e códigos de conduta e de responsabilidade social; Criação de fóruns setoriais e regionais de desenvolvimento; Plano nacional de reforma

¹⁷⁶ Grupo econômico criado em 1999 com o objetivo de integrar as maiores economias mundiais. É formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais dos países mais ricos do mundo que, juntos, representam 90% do PIB mundial.

¹⁷⁷ Proposta realizada em 2005, de eliminação das barreiras alfandegárias entre os 34 países americanos, exceto Cuba, formando assim uma área de livre comércio.

¹⁷⁸ União econômica e política de 28 Estados-membros independentes situados principalmente na Europa.

¹⁷⁹ Processo de integração regional no âmbito da política econômica da América do Sul, que se iniciou em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção pelos governos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

¹⁸⁰ Caixa 152 – SG – Acervo CEDOC CUT.

¹⁸¹ Idem.

agrária; Desenvolvimento de políticas agrícolas priorizando o desenvolvimento rural sustentável baseado na agricultura familiar; Desenvolvimento de programas sociais de combate ao trabalho escravo e de economia solidária incentivando o desenvolvimento local e regional; Consolidação do sistema público de emprego; Programa primeiro emprego e de recolocação para adultos no mercado de trabalho; políticas afirmativas de gêneros e raça; Valorização do salário mínimo nacional; Programa nacional de bolsa-escola e de erradicação do trabalho infantil; Redução da jornada de trabalho e horas extras; e Reformulação da legislação trabalhista com um sistema de relações de trabalho decente.

As resoluções dos congressos e das plenárias também demonstram a esperança depositada em Lula como presidente, mas também a posição combativa da entidade no sentido de seguir pleiteando direitos e conquistas para os trabalhadores. Realizado em 2003 em São Paulo, no primeiro ano de Lula como presidente da República, o 8º Congresso Nacional (CONCUT) definiu as estratégias da CUT frente ao governo, e teve como principais resoluções aprovadas a defesa de uma reforma da previdência que ampliasse direitos, o combate à ALCA e a defesa de uma integração regional que atendesse aos interesses dos trabalhadores. Também defendeu a reforma agrária e agrícola.¹⁸²

Encontramos também vários documentos internos da CUT com informações relativas à articulação sindical (por exemplo, pagamento de dívidas dos sindicatos), além de pauta para discussão nos congressos que abordavam, na maioria das vezes, temas recorrentes, como: reforma agrária, agricultura, políticas para o setor rural, violência no campo, dívida externa, direito de greve e questões salariais.

Um documento de 2001 apresenta um balanço político da atuação da CUT em 18 anos de existência, lembrados como o momento em que a instituição “atinge a maioria”. As principais conclusões remontam a um passado recente de conquistas para os trabalhadores em diversas direções, principalmente no que se refere a melhores condições de emprego e salário.

Um dos problemas identificados foi a distância entre a CUT nacional e as estaduais, o que acarretou a perda de alguns sindicatos importantes para outras centrais sindicais. A “morosidade no encaminhamento de algumas questões impostas pela

¹⁸² Disponível em <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/121>>. Acesso em: 26 mai. 2015

conjuntura” foi a justificativa encontrada para essa explicar o distanciamento e a consequente perda de filiação de alguns sindicatos.

- Secretaria Nacional de Formação – SNF

As atribuições do secretário nacional de Formação estão dispostas no estatuto da CUT, no art. 52, XI. São elas:

a) elaborar e desenvolver a política geral de formação, de acordo com os objetivos expressos neste Estatuto; b) coordenar e sistematizar o conjunto das experiências e atividades de formação das entidades filiadas e instâncias da CUT, garantindo a linha de formação comum, de acordo com os princípios deste Estatuto; c) **documentar e analisar as experiências de luta e organização dos/as trabalhadores/as no país e os fatos relacionados à CUT, buscando a construção permanente de sua memória histórica**; d) estabelecer convênios com entidades sindicais, instituições acadêmicas e centros especializados para desenvolver a política de formação no âmbito nacional e, no âmbito internacional, através da Secretaria de Relações Internacionais; e) coordenar e orientar as secretarias de Formação Sindical da CUT nos estados e das Confederações e Federações nacionais.

Pela primeira vez, encontramos a menção à documentação histórica produzida pela CUT. A letra “c” do artigo supracitado estabelece que “documentar e analisar as experiências de luta e organização dos/as trabalhadores/as no país e os fatos relacionados à CUT, buscando a construção permanente de sua memória histórica”, é uma das atribuições da Secretaria Nacional de Formação.

Nesse sentido, tendo como referência as principais responsabilidades da secretaria em análise, podemos concluir que o processo de formação sindical é realizado prevendo-se uma memória histórica. Podemos indagar até que ponto essa formação não era realizada para moldar a classe trabalhadora a uma determinada memória ligada ao movimento sindical, ou seja, até que ponto as estratégias doutrinárias desenvolvidas pelos militantes líderes nos sindicatos, responsáveis pela formação dos sindicalistas, influenciavam a memória histórica da CUT.

A documentação pesquisada não é elucidativa em relação a essa questão. Por isso entendemos, a partir da análise dos documentos, que a educação desempenhada nas bases de formação sindical tinha um viés de esquerda, visão frequentemente associada ao movimento sindical, como vimos no capítulo 2.

A documentação pesquisada soma 82 caixas de documentos produzidos entre os anos de 1985 e 2001, a maioria sem identificação. Podemos destacar programas de formação, documentos sobre cooperação internacional em nível de formação sindical mundial e outros sobre a construção e manutenção de escolas sindicais.

- Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora – SNMT

A documentação pesquisada relativa à Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora – SNMT está diretamente relacionada aos seus objetivos e atribuições no contexto geral da CUT, que são:

- a) elaborar, coordenar e desenvolver políticas no interior da CUT para a promoção das mulheres trabalhadoras, na perspectiva das relações sociais de gênero, raça e classe, subsidiando as instâncias horizontais e verticais e as entidades filiadas nos seus respectivos âmbitos; b) organizar as mulheres trabalhadoras para intervir no mundo do trabalho e sindical sobre as questões que interferem na vida destas mulheres enquanto trabalhadoras.¹⁸³

O volume documental acumulado no CEDOC CUT correspondente à SNMT é de 54 caixas, cobrindo os anos de 1986 e 2003. Entre os principais assuntos abordados, podemos destacar: Histórico da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora - CNMT (1986-1994); As condições da Mulher Trabalhadora no Brasil; As Trabalhadoras e o Meio Ambiente; 12 de outubro – Dia Nacional de Luta por Creche; Dossiê Participação das Mulheres na Direção da CUT; Teses, Propostas e Emendas da CNMT para CONCURTs e plenárias (1986-1996) ; Planejamento CNMT – 1991-1994; Levantamento de dados sobre as Mulheres na Direção da CUT – 1992; Cursos sobre Formação Mulher Trabalhadora – 1989; Relatório da CPI sobre violência contra a Mulher; Dossiê Mulheres Trabalhadoras na América Latina – 1986-1992; Dossiê Participação das Mulheres no Cone Sul – 1992-1993; Noticiário: Mulheres na Imprensa (1989-2003); Seminário Formação Sindical para Mulheres – 1997; Dossiê Mulher e AIDS – 1995; Dossiê Relações Sociais de Gênero – 1990; e Textos de Apoio e Referência, Estudos (1992-1997).¹⁸⁴

Destacamos ainda que existem caixas sem identificação e algumas identificadas apenas como “Correspondências Enviadas / Correspondências Recebidas”, o que, como já foi visto, dificulta a análise do conteúdo dos documentos.

¹⁸³ Estatuto da CUT aprovado no 11º Congresso Nacional da CUT – CONCURT, no Art. 52, XV.

¹⁸⁴ Existem 10 caixas com Textos de Apoio e Referência e Estudos.

- Secretaria Nacional de Organização – SNO

A Secretaria Nacional de Organização – SNO foi extinta no 10º Congresso Nacional da CUT¹⁸⁵, e transformada em Secretaria de Relações do Trabalho.

De acordo com o instrumento de pesquisa Anexo 3, percebemos que a documentação da SNO até 2009 tratava diretamente do processo de trabalho do grupo criado para pensar um sistema democrático de relações do trabalho.

Porém, essa documentação não foi encontrada no CEDOC CUT. A justificativa é a de que se trata de um órgão recente e, por isso, a documentação não foi entregue ao arquivo. A documentação produzida antes de 2009, ainda enquanto Secretaria Nacional de Organização, totaliza 35 caixas e abrange o período de 1985 a 2006.

Entre os principais assuntos encontrados, podemos destacar: Textos de Apoio e Referência; Campanha Salarial (1985); Projeto Carteira Assinada (1998); Dossiê Linha Sindical do PT (1986); Dossiê Força Sindical (2002-2003); Dossiê Seminário Nacional do Setor Informal (2002); Dossiê 1º Congresso do Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da CUT-RS (1990); Dossiê 2º Congresso Nacional dos Comerciários das CUT (1993); Dossiê 1º Congresso dos Trabalhadores do Ramo Químico da Região Sul (1995); Dossiê Comerciários (1990-1991); Dossiê 1º Congresso dos Metalúrgicos do Ceará (2002); Dossiê Recadastramento Nacional das Entidades Cutistas (2001); Dossiê Confederação Nacional das Profissões Liberais (1996-2002); Dossiê Servidores Públicos (1995-1997); Dossiê Congresso de Fundação do Departamento Estadual dos Trabalhadores a Saúde – SP; Dossiê Greve dos Trabalhadores na Educação de Mato Grosso (2000); Dossiê Seminário Nacional dos Metalúrgicos – Organização e Garantias Sindicais (1996); e Campanha Nacional de Sindicalização (1999-2001); dentre outros.

Percebemos que a maioria da documentação trata de iniciativas e estratégias de aproximação entre a CUT nacional e profissionais das mais variadas funções em nível regional, com o objetivo de tentar integrar e aproximar as diversas categorias e setores de trabalho à CUT e aos seus quadros, organizando uma base mais sólida e com maior número de membros na central sindical.

¹⁸⁵ O mesmo que modificou o nome da Secretaria de Políticas Sindicais para Secretaria Nacional de Organização e Políticas Sindicais. Realizado entre os dias 03 e 07 de agosto de 2009. A Resolução está disponível em <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/123>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

Após a pesquisa documental, com a análise do instrumento de pesquisa e das caixas de documentos dos setores que compõe a CUT, focando especificamente nos documentos considerados históricos (mesmo sem haver um processo sistemático de avaliação, de acordo com o CEDOC-CUT, alguns documentos são históricos pelo seu conteúdo) , podemos pensar que a documentação ali presente não reflete a totalidade de atividades e funções da CUT; parece claro que houve uma escolha do que guardar.

É grande número de cópias ao invés de originais, assim como excessiva a presença de documentos sobre o PT, eleições, socialismo, imposto sindical, greves, constituinte, entre outros; temas que, de alguma forma, ligam a memória da CUT àquela que se queria construir, ou seja, temas polêmicos que mostram a posição inovadora e sempre à esquerda da CUT, alinhado, portanto aos objetivos de sua fundação: a criação de um “novo sindicalismo”.

Porém, de acordo com o que vimos sobre a trajetória de formação e atuação da CUT, nem sempre sua posição era tão nova assim. Dessa forma, acreditamos que os documentos custodiados pelo CEDOC-CUT são documentos sem vínculo orgânico, o que prejudica a relação estabelecida desde a sua criação.

A literatura arquivística define documento arquivístico como aqueles produzidos, recebidos e acumulados por entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família no desempenho de suas atividades¹⁸⁶. São produzidos para cumprir determinada função; possuem uma finalidade utilitária.

Já as coleções são formadas por documentos produzidos artificialmente, e nem sempre estão ligados ao cumprimento de uma demanda. Escolhe-se produzi-los. A coleção, em suma, corresponde a um conjunto de objetos que existem para serem olhados por expectadores¹⁸⁷.

Nesse sentido, ao tentar entender a construção de memória do movimento operário através dos documentos arquivísticos custodiados pelo CEDOC-CUT, encontramos um problema na caracterização desses documentos. Entendemos que não correspondem a documentos de arquivo; em sua maioria são cartazes, folders ou material de divulgação de congressos.

O CEDOC-CUT também é responsável pelos documentos correntes da CUT. Recebe e organiza diariamente diversos documentos contábeis, contratos, pagamentos,

¹⁸⁶ Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 73.

¹⁸⁷ POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 1. História-Memória. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

entre outros que ainda não têm valor para pesquisas. Porém, essa documentação pode vir a se tornar histórica devido ao seu valor intrínseco para pesquisas posteriores. E, como tal, precisa ser tratada como fonte histórica potencial.

Nas pesquisas realizadas, não foi encontrado esse tipo de documento, reconhecidamente de valor administrativo por pertencer à fase corrente do ciclo vital da Arquivologia. A justificativa é a de que a CUT terceiriza esse serviço, ou seja, muitos documentos são guardados externamente por uma empresa de guarda. Mas, se esses documentos são da fase corrente, precisam ser consultados frequentemente. E tê-los em guarda externa não é nada prático e funcional.

Outro ponto importante é que muitos desses documentos sequer chegam ao CEDOC. Ficam em suas secretarias de origem e não são entregues ao órgão que deveria tratar essa documentação.

Nesse sentido, o CEDOC acaba sofrendo algumas consequências em relação ao seu objetivo final, que é o de ser um arquivo central, um centro de documentação e memória sindical. Em suma, um órgão responsável pelo tratamento e gestão documental desde sua produção, para que o acesso e a memória possam ser corretamente realizados e preservados.

Da forma como hoje acontece, o CEDOC não atua como um arquivo, na medida em que seleciona documentos para exposições, publicações e eventos, atuando como um centro de documentação e memória; um órgão colecionista. Porém, é importante destacar que até mesmo para se ter uma construção de memória a partir dos documentos, esses precisam ser avaliados. Nesse processo, o seu valor histórico é chancelado pela instituição e seus pares, o que não acontece no CEDOC CUT.

Para que essa relação entre arquivos e centros de memória fique mais clara, faz-se necessária uma breve explicação e discussão bibliográfica sobre assunto, a fim de entendermos o real papel do CEDOC no interior da estrutura da CUT.

3.3 Arquivos e centros de documentação e memória: diferenças conceituais

Nesse contexto, faz-se necessário problematizar a relação entre arquivos e centros de documentação e memória. Como o CEDOC CUT pode ser identificado? Existe alguma diferença entre essas instituições? Caso positivo, até que ponto essa diferença possui relevância?

O objetivo é revisitar uma discussão fundamental para a Arquivologia e sua identidade enquanto área de atuação científica. A intenção é pensar o conceito e as

práticas exercidas em instituições intituladas e reconhecidas como arquivos e centros de memória, buscando identificar e entender suas relações e/ou diferenças no que se refere à pretensa importância social que possuem.

Inicialmente, é importante destacar que, por vezes, faremos menção aos termos “centro de memória” e “centro de documentação”, significando a mesma linha de raciocínio na análise proposta.

A percepção das interseções e campos de atuação dessas esferas institucionais foi obtida a partir dos conceitos de informação, memória e arquivo. Através de uma discussão bibliográfica sobre esses conceitos, o cenário de semelhanças e diferenças entre arquivos e centros de memória será mais bem esclarecido.

Comumente, são observadas em algumas pesquisas, e até mesmo em alguns relatos informais, ideias que relacionam os arquivos e os centros de memória a partir da natureza documental e do valor de seus acervos. Insistem em defender uma relação de superioridade dos centros de memória em detrimento dos arquivos pelo fato dos primeiros custodiarem acervos históricos e os segundos, administrativos.

Os arquivos são frequentemente confundidos com locais de guarda de documentos administrativos e contábeis - portanto sem importância para a memória - enquanto os centros de memória ou centros de documentação são valorizados por seu caráter historiográfico. Também têm suas atividades consideradas mais completas, por integrar acervos de arquivos históricos, bibliográficos e, por vezes, museológicos.

Porém, entendemos que os documentos administrativos que hoje estão em sua fase corrente podem se tornar documentos de guarda permanente e até mesmo históricos. O arquivo histórico é apenas uma das idades do ciclo documental.

O fato dos arquivos custodiarem documentos correntes e intermediários não os relega a uma posição menor em relação aos centros de documentação de atividades históricas. O valor social intrínseco a todo documento arquivístico é dado posteriormente à sua produção e não pode ser considerado critério de superioridade ou inferioridade. Afinal, toda fase documental possui sua importância estratégica.

O foco precisa estar nas atividades-fim (missão) de cada instituição, pois os centros de memória utilizam os chamados serviços de informação para o cumprimento de sua missão. Nesse sentido, os arquivos atuam como uma espécie de serviço de informação, em conjunto com as atividades de biblioteca e de museu, que também trabalham com documentos, mas de outra natureza. Dessa forma, o caráter

administrativo ou histórico dos documentos não pode ser objeto de diferenciação entre arquivos e centro de memória.

Retomando o conceito de “lugares de memória” de Pierre Nora¹⁸⁸, alegar que os centros de memória são instituições de memória porque preservam a história, e, por isso, são mais importantes do que os arquivos, é demonstrar claramente um desconhecimento da relação entre história e memória. Os “lugares de memória” existem para dizer que quando não há mais memória é preciso se ter história; é preciso fixar. Tenta-se criar “lugares de memória”, representados pelos monumentos e patrimônios, para compensar a perda dos meios de memória. Uma forma de cristalizar, através da história, a memória para que não se esqueça.

Se pensarmos que hoje os documentos administrativos que estão nos arquivos podem um dia vir a ser históricos, damos aos arquivos o posto de produtores potenciais de história, aproximando-os dos centros de memória. Nessa perspectiva, a relação entre os arquivos e os centros de memória deve ser percebida através dos objetivos e funções desempenhados, e não pela “idade” dos seus documentos. Os órgãos de documentação e informação, os quais podem ser o próprio arquivo ou no qual pode estar inserido, variam de acordo com a sua finalidade, segundo os propósitos de sua criação.

Retomando a discussão apresentada no capítulo 1 sobre os arquivos enquanto ferramentas na disputa pela memória, podemos pensar nos documentos arquivísticos e seu potencial informativo também como uma chave de análise para diferenciar os arquivos e os centros de memória. Essa discussão pode ser mediada pelos conceitos de informação e documento, pois tanto os arquivos quanto os centros de memória guardam informações através de seus documentos. No entanto, o que é importante perceber é a natureza dessa informação e a missão que estimulou a produção de tal documento.

Alguns autores trazem reflexões fundamentais para pensar a informação e o documento. Dentre eles, destacamos Castro¹⁸⁹, que afirma:

DOCUMENTO é algo corpóreo, em que já foi fixada ou gravada uma noção, idéia ou mensagem. Documento é o suporte da informação. Documento, em sentido amplo, é todo e qualquer suporte da informação. Assim, além do documento convencional, podemos

¹⁸⁸ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto história: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo, v. 10, p. 07-28, dez. 1993.

¹⁸⁹ CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. Informação, ética e museu: uma aproximação conceitual. In: *DataGramZero - Revista de Ciência da Informação*, v. 6, n. 2, abr. 2005, p. 19. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr05/F_I_art.htm>.

admitir que um bem cultural como um monumento, um sítio paisagístico possa ser, também, documento.

Ou ainda Bellotto, quando diz que “a palavra documento vem do latim, *docere*, que quer dizer ensinar, e de *documentum*, o que ensina. Assim, o documento é um suporte com uma informação, que poderá ensinar algo a alguém”¹⁹⁰.

Percebemos que informação e documento possuem uma relação direta. Documento é qualquer objeto que contenha em si uma informação, que possua forma fixa e conteúdo estável, ainda que esse objeto seja um bem cultural, como, por exemplo, um objeto museológico ou um livro de biblioteca.

O que fica claro nessa relação é que a criação de um documento só tem sentido para passar uma informação, seja ela de caráter legal/probatório, cultural ou administrativo/contábil/financeiro.

No que se refere à definição de arquivo, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística¹⁹¹, existem quatro entradas.

- (1) Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo;
- (2) Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, processamento técnico, conservação e o acesso a documentos;
- (3) Instalações onde funcionam arquivos;
- (4) Móvel destinado à guarda de documentos.

Rodrigues¹⁹² sustenta que arquivo é “um conjunto de documentos produzidos e recebidos no decurso das ações necessárias para o cumprimento da missão predefinida de uma determinada entidade coletiva, pessoa ou família”.

Paes¹⁹³ define arquivo da seguinte forma: “acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de suas atividades, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando a utilidade que poderão oferecer no futuro”.

¹⁹⁰ BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002, p. 22.

¹⁹¹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005. (Publicações técnicas - AN, n. 51). Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf>.

¹⁹² RODRIGUES, Ana Márcia. *A teoria dos Arquivos e a gestão de documentos*. Perspect. ciênc. inf., Belo Horizonte, v. 11 n. 1, p. 102-117, jan./abr. 2006, p. 105.

¹⁹³ PAES, Marilena Leite. *Arquivo: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 16.

Percebemos pelo menos dois pontos em comum nas definições apresentadas. O primeiro é a relação orgânica entre a produção documental de uma determinada instituição ou pessoa. Arquivo é um conjunto de documentos, onde cada um possui relação com o seu próximo e essa relação deve ser respeitada sob pena de esgarçar a informação principal. O segundo se refere ao meio que produziu o documento, às atividades-meio e às atividades-fim da instituição.

No entanto, é importante diferenciar as instituições arquivísticas dos serviços de arquivos internos. Nas primeiras, o arquivo é a atividade-fim; são instituições cujo objetivo é a gestão dos acervos produzidos por outras instituições de uma mesma esfera de poder, em função das atividades de uma administração ou de um governo. No segundo caso, trata-se de atividade-meio; o serviço de arquivo também lida com documentos, mas de uma instituição específica.

Jardim e Fonseca¹⁹⁴ destacam que tanto as instituições arquivísticas quanto os serviços arquivísticos se caracterizam por gerir e disponibilizar um acervo documental com funções informativas, e, por isso, seus planejamentos precisam estar focados nos usuários da informação. É preciso que se considere o arquivo como um serviço de informação. Decisões relativas ao planejamento e à gestão das instituições arquivísticas devem ser tomadas na perspectiva de um serviço de informação centrado no usuário, enfatizando assim a função social dos arquivistas e dos arquivos.

Para que os arquivos sejam serviços de informação, ou seja, para que efetivamente disponibilizem seus documentos para o acesso, é necessário considerar o ciclo de vida dos documentos. De acordo com Bellotto, os “documentos passam da condição de ‘arsenal da administração’ para a de celeiro da história”¹⁹⁵, e esse processo não se dá por acaso. Segundo a autora,

A história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos, com documentos que só informem sobre o ponto inicial ou o ponto final de algum ato administrativo decisivo. A história se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia-a-dia administrativo, além de fontes não governamentais. As informações rastreadas viabilizarão aos historiadores visões gerais ou parciais da sociedade. De qualquer forma, eles terão de contar com todos os elementos possíveis, não apenas os extraídos dos documentos

¹⁹⁴ JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. In: *DataGramaZero* - Revista de Ciência da Informação, v. 5 n. 5, out/04, p. 08.

¹⁹⁵ BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 24.

de efeito, pois estes produziriam imagens distorcidas dos fatos e dos comportamentos.¹⁹⁶

Nessa perspectiva, os arquivos se aproximarão cada vez mais da história na medida em que forem considerados e gerenciados como serviços de informação, caracterizados pelo fluxo informacional em qualquer uma das fases do ciclo de vida de seus documentos.

A relação entre História e arquivos é intrínseca. A pesquisa histórica necessita de fontes, de referências documentadas que legitimem determinado fato, e, a partir daí, a análise historiográfica pode ser realizada. Cabe ao historiador analisar sua fonte documental a fim de confirmar que se trata de uma informação autêntica, capaz de subsidiar reflexões e comprovar determinado fato histórico. Por sua vez, os documentos se tornam históricos a partir do valor secundário que agregam. Ou seja, como vimos, nenhum documento é produzido para ser histórico, porém, ao longo de sua vida útil, e de acordo com o contexto político, econômico e social, pode preservar importantes características culturais e de pesquisa.

Os documentos arquivísticos possuem uma “verdade” aparente, o poder social exercido pelos arquivos os denotam de verdades históricas e legais. Segundo Schwartz e Cook,

Os arquivos – como registros – exercem poder sobre a construção do conhecimento histórico, da memória coletiva, e da identidade nacional, sobre como nós nos conhecemos como indivíduos, grupos e sociedade (...). O controle do arquivo – definido de várias maneiras – significa o controle da sociedade e assim de determinar os vencedores e perdedores da história¹⁹⁷.

Os documentos arquivísticos podem servir à História, mas não são produzidos para isso. Possuem uma função específica de criação que procura atender uma demanda imediata, que, na maioria das vezes, se relaciona a funções administrativas. Por isso, é importante pensar nos documentos hoje considerados históricos a partir do seu contexto de produção.

É fundamental, portanto, não confundir a história com o arquivo a ser preservado. O vestígio tende a ser sacralizado, o que acarreta algumas confusões

¹⁹⁶ Idem, p. 27.

¹⁹⁷ COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna. In: *Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba*, Fundação Pró Memória de Indaiatuba, Indaiatuba (SP), v. 3, n. 3, p. 15-30, jul. 2004.

analíticas. O arquivo precisa ser problematizado e entendido enquanto uma construção social e não como algo dado que espelha fielmente o passado.

Na segunda definição, já citada, do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, (“[2] Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, processamento técnico, conservação e o acesso a documentos”), o aspecto do serviço é mencionado, possibilitando um início de reflexão por parte dos arquivos-instituições.

Deslocando agora a análise para a definição de centro de memória ou centro de documentação (segundo o mesmo dicionário), o segundo é definido como uma “instituição ou serviço responsável pela centralização de documentos e disseminação de informações”¹⁹⁸.

Segundo Malheiros,

O Centro de Documentação entra, para muitos autores, na categoria das chamadas Bibliotecas Especializadas, apresentando fortes conexões com o Serviço-Arquivo de uma entidade qualquer visto que a documentação de ambos tem a ver com as necessidades internas e orgânico-funcionais dos organismos onde eles surgem¹⁹⁹.

Para Paes,

Tal é a função dos centros de documentação ou informação, que abrangem algumas atividades próprias da biblioteconomia, da arquivística e da informática, sendo o seu campo bem maior, exigindo especialização no aproveitamento de documentos de toda espécie. Em síntese, o centro de informações tem por finalidade coligir, armazenar, classificar, selecionar e disseminar toda a informação.²⁰⁰

Tessitore²⁰¹ destaca que os centros de documentação são instituições híbridas, que não contam com teoria e metodologia específicas para o tratamento do acervo. Esse fato pode ser explicado pela diversidade de acervos que agrega (arquivos, bibliotecas e

¹⁹⁸ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005. (Publicações técnicas AN, n. 51). Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf>.

¹⁹⁹ MALHEIRO, Armando Barreiros. Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação. In: *INTEGRAR: 1º congresso internacional de arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus: textos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 573-607.

²⁰⁰ PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 17.

²⁰¹ TESSITORE, Viviane. *Como implantar centros de documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado de SP, Imprensa Oficial, 2003 (Projeto Como Fazer, 09), p. 13.

museus). Lembra ainda a escassez de literatura sobre os centros de documentação e suas singularidades.

Os centros de documentação reúnem - por compra, doação ou permuta - documentos únicos ou múltiplos de origens diversas, originais ou cópias. Possuem um caráter colecionista, montando seu acervo artificialmente, diferente dos arquivos que não podem ter seus documentos desmembrados e são formados exclusivamente por exemplares únicos.

Por isso, os centros de documentação já nascem como serviços de informação, tendo como público alvo principal mais os pesquisadores externos do que o público interno. Sua atividade-fim é o acesso à informação, com uma diferença: essa informação quase sempre é especializada, específica em determinado assunto ou instituição.

Isso posto, é preciso localizar o CEDOC CUT nessa discussão e responder as perguntas iniciais. Como o CEDOC CUT pode ser identificado? Existe alguma diferença entre essas instituições? Caso positivo, até que ponto essa diferença possui relevância?

Em relação à primeira pergunta, podemos respondê-la por dois vieses. O primeiro é relativo à análise interna ao CEDOC; a partir das atividades desenvolvidas, podemos ter algumas conclusões partindo-se do que foi exposto. O segundo é a análise externa ao CEDOC, ou seja, como ele é percebido pelos militantes e líderes sindicais e como se dá o uso dos documentos pelos seus principais usuários. Veremos, em especial no capítulo 4, que esses dois vieses acabam convergindo para a mesma conclusão.

O primeiro viés pode ser entendido através das atividades realizadas pelo CEDOC, já mencionadas anteriormente. Quando focamos na observação da natureza dos documentos ali custodiados²⁰² e das frequentes atividades realizadas, percebemos que se trata de um centro de documentação e memória. Ali, documentos arquivísticos tratados como monumentos, ou seja, foram retirados do seu conjunto e perderam qualquer traço de organicidade.

O segundo viés será respondido em detalhes no próximo capítulo, onde teremos como subsídios complementares as entrevistas realizadas. Sua sigla o identifica como um centro de documentação e memória. No entanto, sua posição será analisada de acordo com as entrevistas, assim como buscaremos determinar a identificação de sua

²⁰² É importante destacar que, nesse momento, estamos nos referindo à natureza arquivística dos documentos - seus vínculos orgânicos e sua gestão documental - e não à sua "idade" (corrente, intermediário ou permanente).

real missão. Dessa forma, entendemos que as visões da instituição, aliadas aos usos dos documentos, revestem de maior legitimidade os traços de sua identidade como um arquivo ou como um centro de documentação.

A segunda e a terceira perguntas se complementam. Como vimos, a diferença está na atividade-fim de cada instituição e não no valor de seus documentos. O arquivo pode ser uma instituição, tendo como atividade-fim o tratamento e o acesso aos seus documentos, ou um serviço de informação. A mesma instituição pode cumprir tanto a missão de um arquivo quanto de um centro de memória e documentação. Dessa forma, entendemos que o arquivo sempre estará presente tanto em forma de arquivo-instituição quanto em forma de serviços.

Em relação à relevância dessa diferenciação, apontamos que ela é fundamental para desconstruir a ideia de que os arquivos são menos importantes do que os centros de memória por não guardarem documentos históricos. Como vimos, essa é apenas uma fase do ciclo documental, e muitos documentos produzidos hoje para cumprirem uma função imediata podem ter valor para posteridade.

4 OS USOS DO ARQUIVO

“Qualquer relato da experiência é interpretável”²⁰³

Tendo como foco de análise a documentação produzida e recebida pela CUT, o arquivo passou a ser visto menos como fonte de pesquisa e mais como objeto de investigação. Esta é uma posição raramente encontrada, visto que comumente os arquivos são analisados pelo seu potencial de prova administrativa e fonte histórica.

Nesse capítulo, iremos retomar essa posição de fonte, que privilegia os acervos arquivísticos, e tentaremos entender os usos que são feitos dos documentos ali guardados e tratados, assim como a importância que a instituição lhes atribui.

Lembrando que se trata de uma entidade representativa do movimento operário que não possui entre suas atividades-fim a preocupação com o acesso e o tratamento de acervos documentais.

Como foi analisado nos capítulos anteriores, a CUT constitui-se em uma central sindical com objetivos políticos, sociais e econômicos ante a realidade do movimento

²⁰³ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Companhia das Letras: Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 61.

sindical brasileiro. Nesse sentido, o papel que o CEDOC desempenha está relacionado a um serviço arquivístico, ou seja, é um setor dentro da CUT que realiza atividades voltadas para o tratamento, preservação e acesso do acervo da instituição, fazendo parte das diversas atividades-meio exercidas pela central sindical.

Através da análise das entrevistas realizadas com alguns militantes da CUT, será possível perceber o grau de importância que a documentação custodiada pelo CEDOC possui, como um instrumento de construção da memória cutista e de parte significativa do movimento operário brasileiro.

Como apresentado no capítulo 3, o campo de disputa pela memória e identidade do movimento sindical após a criação da CUT - entre o “velho” e o “novo” - pode ser legitimado ou não pelos documentos sob a responsabilidade do CEDOC e seus usos. Nesse sentido, é importante perceber que os arquivos são resultado de interferências, que, de alguma forma, determinam a configuração das fontes e, conseqüentemente, afetam a análise e reflexão dos pesquisadores que se debruçam sobre elas.²⁰⁴

Investigar como se constrói o discurso de defesa de uma determinada memória da CUT, mais próxima, como exposto anteriormente, dá ideia do novo sindicalismo. E identificar o papel do arquivo nesse processo é a chave para entender não só a visão identitária e memorialística do movimento no presente, mas também uma forma de interpretação do passado como algo a ser esquecido.

Segundo Heymann, é importante perceber “a perspectiva que conecta os arquivos a estruturas sociais mais amplas, embasando o questionamento da imagem que os associa a repositórios inertes de informações e *verdades*”²⁰⁵. Ainda segundo a autora,

Analisemos mais detidamente o papel do documentalista na ‘produção’ do arquivo enquanto fonte. Queremos ressaltar o caráter e a profundidade da sua ingerência neste processo e perceber em que medida atua no cruzamento de subjetividades que caracteriza a utilização do material de arquivo e, nesse processo, influencia a construção da narrativa histórica (...). No seu caso, no entanto, trata-se de uma subjetividade submetida à pragmática que orienta o trabalho arquivístico, mais silenciosa mas nem por isso menos efetiva. Melhor seria falar de um plano invisível de subjetividade e intervenção, na medida em que não se revela, ocupando um espaço de sombra (...) o documentalista exerce um papel preponderante na constituição das

²⁰⁴ HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, 1997, p. 41-66.

²⁰⁵ HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo: a construção social do ‘legado’ de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, Faperj, 2012, p. 20.

fontes documentais, na passagem do que são fragmentos de memória ao que é, ou será, história.²⁰⁶

Heymann discute uma característica importante dos arquivos. Apesar de a autora ter como foco de análise os arquivos pessoais, que possuem a sua especificidade na discussão arquivística, ela traz o caráter subjetivo dos documentos que é inerente a qualquer arquivo, seja pessoal ou institucional. O processo de elaboração dos arquivos e a sua tão cara organicidade passam necessariamente pela ação de pessoas, grupos sociais e/ou instituições. Nesse sentido, é preciso localizar o arquivo da CUT nessa perspectiva, ou seja, é preciso problematizar a “realidade” ou “verdade” encontrada nos arquivos.

Ao longo do trabalho, essa ideia ficou mais clara a partir da apresentação de reflexões sobre o conceito e a natureza dos arquivos que, embora seja importante retomá-las, não é o objetivo deste capítulo. Seguindo com essa perspectiva de produção dos arquivos por agentes e em contextos diversos, entendemos que é através dos depoimentos dos militantes que perceberemos os meandros dessa produção e da interferência realizada nos arquivos da CUT.

A partir de entrevistas realizadas com sindicalistas e funcionários da CUT, podemos entender o grau de importância que esses agentes específicos atribuem aos documentos como ferramentas de legitimação de uma pretensa memória e identidade da instituição. Ao mesmo tempo, pudemos localizar em suas falas a ideia que possuem sobre arquivos, memória, centros de memória e história.

Trabalhar com depoimentos como fonte de pesquisa é destacar o sujeito e suas experiências como peças fundamentais da análise para entender determinada conjuntura a partir de certas vivências. Os depoimentos podem ser extremamente importantes nos estudos dos usos políticos do passado; ocupam um lugar representativo desse passado que os acervos atualizam no presente.

Acervos são estratégicos para analisar os usos políticos e sociais do passado. Algumas questões são suscitadas a partir dessa constatação. De que forma o presente se apropria do passado? Renovando, modificando, reproduzindo? O importante é mostrar como esse uso é feito.

²⁰⁶ HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-66, 1997, p. 49-51.

Sarlo identifica que “a narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado”²⁰⁷. Porém, a autora destaca que a narração não se refere ao tempo do ocorrido, mas da lembrança do sujeito, fundando uma nova temporalidade. Dessa forma, a análise de entrevistas e relatos orais precisa ser contextualizada e problematizada, na medida em que emoções, preferências e juízos de valor estão envolvidos. “Não há equivalência entre o direito de lembrar e a afirmação de uma verdade de lembrança.”²⁰⁸

É importante destacar que os testemunhos de militantes e sindicalistas não são a única forma de conhecimento e tampouco possuem peso superior a outros documentos. Precisam ser analisados com certo distanciamento, levando-se em consideração o “escrutínio ideológico” mencionado por Sarlo²⁰⁹, assim como precisam ser complementados a outras fontes de informação, como os documentos arquivísticos e a bibliografia disponível sobre o tema.

Nasce então um desafio: tornar os depoimentos fontes confiáveis. Voldman discorre sobre essa preocupação como um campo importante dos estudos sobre história oral. Segundo a autora, a distinção entre os termos “história oral”; “fonte oral”; “arquivo oral”; “relato de vida” e “testemunho” quase sempre não existe, o que proporciona um caráter de fonte histórica, e portanto confiável e fidedigna, aos depoimentos.²¹⁰

Segundo a autora

A fonte oral, seja provocada por aquele que irá servir-se dela para a sua pesquisa, seja utilizada por um outro historiador, tem a *priori* um *status* de fonte. (...) não dispensa, contudo, um tratamento crítico (contexto geral e particular, data, forma, natureza etc.) do testemunho solicitado.²¹¹

Porém, ainda segundo Voldman, as fontes orais são “inventadas” pelos pesquisadores, ávidos por explicações. Essa invenção é seguida por algumas questões: A quem devemos nos dirigir e como? Podemos contestar abertamente o interlocutor

²⁰⁷ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Companhia das Letras: Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 24.

²⁰⁸ Idem, p.40.

²⁰⁹ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Companhia das Letras: Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 48.

²¹⁰ VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: *Usos & abusos da história oral* – Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (coords.) – 8ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 248.

²¹¹ Idem, p. 249.

durante a entrevista? Como utilizar o que se ouviu? Por qual processo a fonte assim constituída servirá de material probatório?

Alguns aspectos são importantes para pensarmos o uso de entrevistas como fontes de pesquisa. É imperativo questionar esses pontos a fim de não prejudicar os resultados finais. No entanto, é inegável a contribuição que os depoimentos podem dar. Na presente pesquisa, a utilização e a análise das entrevistas servirão de subsídios para as considerações finais e para a comprovação de hipóteses confirmadas nos capítulos anteriores. Dessa forma, utilizamos as entrevistas como um recurso adicional nos objetivos da pesquisa.

Abaixo, apresentamos alguns desses aspectos que ajudam a entender as especificidades das entrevistas como fontes de pesquisa.

Existe uma marca inevitável do presente nos testemunhos e entrevistas. Como reflete Sarlo, a hegemonia do presente no discurso é da ordem da experiência²¹². As memórias mais recentes estarão mais nítidas nos depoimentos, e isso precisa ser levado em consideração no momento da análise.

Outra característica fundamental das entrevistas, e que pode influenciar diretamente nos resultados das pesquisas, é a busca por explicações. Não se pode esperar dos relatos colhidos aspectos explicativos e justificativos. Trata-se de uma narrativa que expressa sentimentos, emoções e opiniões, portanto, é uma fonte riquíssima, mas extremamente subjetiva. Por isso, é importante atentar para que o relato individual e a opinião pessoal não ocupem o lugar da análise.²¹³

A lembrança total é outro ponto importante. É aquilo que Sarlo chama de “utopia de um relato completo”²¹⁴. A esperança de capturar os detalhes e a ilusão de que os relatos são precisos, cria uma expectativa falsa de que se conseguiu mapear de forma concreta a experiência. Ledo engano. É preciso entender que a memória é seletiva, e composta pela lembrança e pelo esquecimento. Nesse sentido, nunca será possível recuperar a concretude e a completude de uma determinada experiência através de uma entrevista. “Tudo o que se pode enunciar sobre um indivíduo possui uma espécie de generalidade.”²¹⁵

²¹² SARLO, Beatriz. “Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva”. Companhia das Letras: Belo Horizonte: UFMG, 2007, p.49.

²¹³ Idem, p. 52.

²¹⁴ Idem, p. 50.

²¹⁵ Idem, p. 51.

Sarlo também lembra que o discurso tem uma vertente defensiva, ou seja, o entrevistado tenta persuadir o pesquisador, por vezes de forma involuntária, construindo uma nova identidade para si a partir de um relato, como já mencionado, totalmente subjetivo. A autocrítica quase nunca está presente. Na maioria das vezes, as frustrações e fracassos não são reconhecidos e muito menos explicitados.

“O testemunho pode se permitir o anacronismo, que é composto daquilo que um sujeito se permite ou pode lembrar.” Essa é outra característica dos testemunhos indicada por Sarlo²¹⁶. O anacronismo identificado nos relatos orais está associado ao que o entrevistado lembra e que, por vezes, não tem importância para os objetivos do pesquisador, pois parece estar totalmente fora do tempo histórico pesquisado, mas que para o sujeito que relata tem total ligação e fundamento com suas lembranças e experiências, mesmo em épocas passadas.

Voldman observa que é preciso remontar e estudar o documento oral não apenas como fonte, mas também do ponto de vista de sua construção pelo pesquisador, que, ao escolher uma testemunha para entrevistar, escolhe também a fonte. Assim, as entrevistas são escolhidas a partir do que se quer saber. E esse é outro aspecto que também precisa ser levado em consideração na análise posterior.

A autora ainda destaca que não se pode confundir relatos de vida, entrevistas e depoimentos que divergem tanto na forma quanto na finalidade. Segundo ela, relatos de vida constituem um recurso exclusivo da história oral com estímulo ao método biográfico. As entrevistas estão relacionadas à tentativa de se reconstruir uma trajetória individual, tentando apresentá-la em contextos mais amplos. E os testemunhos relacionam-se com a noção de prova e verdade, aproximando-se dos depoimentos.²¹⁷

A partir dessas considerações, podemos inserir os relatos apresentados neste capítulo como “entrevistas”, pois partimos de trajetórias individuais para entender um contexto social e político mais amplo. Partimos do particular para o geral, a fim de identificar um consenso ou não nas prioridades individuais em relação à documentação arquivística produzida pela CUT.

Cedro destaca as entrevistas enquanto processo de interação social. O autor lembra que estas:

²¹⁶ Idem, p. 59.

²¹⁷ VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: *Usos & abusos da história oral*. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (coords.) – 8ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 255.

Apresentam-se na forma de interação verbal desigual, isto é, na maioria das vezes, não há um nivelamento entre contexto social e universo linguístico na relação entre entrevistador e entrevistado, podendo assim, acarretar discursos vazios e equivocados quanto à produção dos dados. Também merece registro a intencionalidade das perguntas visando respostas que se transformem em dados essenciais para o pesquisador. No entanto, a resposta pode aparecer com pouca espontaneidade e certas omissões.²¹⁸

Levando em consideração todas as questões apresentadas, as entrevistas constituem-se em importante fonte de pesquisa, principalmente quando o objetivo é entender determinados valores relacionados a trajetórias individuais com impacto coletivo. Nesse sentido, entendemos que o uso das entrevistas auxiliou no processo de compreensão dos objetivos propostos.

É necessário, no entanto fazer uma ressalva, em momento algum procurou-se, através das entrevistas, entender o nível de conhecimento sobre Arquivologia dos agentes da CUT, até porque a maioria dos sindicalistas e militantes entrevistados não possuem essa preocupação, portanto isso não seria possível. Nosso objetivo foi perceber através das falas, a importância do arquivo para a memória da instituição, independentemente do conhecimento arquivístico com a documentação.

Porém algumas relações entre arquivo, memória e história são fundamentais para caracterizar essa memória construída a partir dos documentos. Por exemplo, uma documentação considerada como corrente, em sua maioria, e as entrevistas mostram bem isso, não são consideradas históricas, e, portanto, não fazem parte dos elementos constitutivos da memória cutista. Essa relação é complicada, pois como vimos, uma documentação corrente pode sim se tornar histórica.

Nesse sentido as entrevistas foram realizadas e analisadas sob a luz da Arquivologia no sentido de localizar seus preceitos como ferramentas de utilização dos documentos e de construção da memória.

²¹⁸ CEDRO, Marcelo. Pesquisa social e fontes orais: particularidades da entrevista como procedimento metodológico qualitativo. In: *Revista Perspectivas Sociais*. Pelotas, Ano 1, n. 1, p. 125-135, março/2011.

4.1 Importância e funcionalidade do arquivo no interior do movimento operário – entrevistas.

“A subjetividade é histórica e, se acreditamos possível tornar a captá-la em uma narração, é seu diferencial que vale.”²¹⁹

As entrevistas foram realizadas na cidade de São Paulo, entre os dias 21 e 25 de junho de 2014. O agendamento foi realizado por *e-mails* trocados com os entrevistados ou suas secretárias, entre os dias 17 e 18 de junho de 2014, e explicitavam o motivo e o objetivo das entrevistas, conforme mostra a reprodução das mensagens trocadas disponíveis no Apêndice 1.

As entrevistas foram realizadas com dois secretários e um coordenador, então responsáveis por secretarias e setores específicos da CUT. Por motivos de sigilo, seus nomes não serão revelados, assim como as respectivas secretarias que comandavam. O universo de participantes se limitou a pessoas que possuíam relações diretas e frequentes com o CEDOC CUT, pois o objetivo era perceber a importância do arquivo para as atividades diárias da organização, além de identificar os usos que a mesma faz das informações arquivísticas disponibilizadas por seu centro de memória e informação.

Os secretários e coordenadores responderam algumas perguntas, organizadas em três blocos, cada qual perfazendo um roteiro distinto onde a principal diferença está no terceiro. No Apêndice 2, apresentamos os roteiros utilizados. O primeiro se refere às perguntas feitas para o coordenador e o segundo, às feitas para os secretários.

As perguntas foram elaboradas de modo que os entrevistados pudessem responder a questões sobre assuntos igualmente importantes, mas de forma separada e correlata. O primeiro bloco foi direcionado para que o entrevistado se apresentasse e falasse um pouco sobre sua realidade pessoal e sua relação com a CUT.

O segundo bloco foi pensado a fim de mapear mais especificamente a trajetória do entrevistado no interior da CUT e do movimento operário. Lembrando que o corte temporal da pesquisa é de 1983 a 2003, quando o ex-sindicalista Luis Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República.

O terceiro bloco procurou abordar a relação entre o movimento operário e o CEDOC CUT, além de identificar a visão que os sindicalistas têm dos conceitos de arquivo e memória. Especialmente no terceiro bloco, foram elaboradas perguntas

²¹⁹ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Companhia das Letras: Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 66.

diferenciadas para os secretários que não vivem diariamente as rotinas do CEDOC CUT, a fim de saber se conhecem as atividades daquele setor e o que pensam da sua importância para a CUT, assim como para a memória e identidade da central sindical.

É importante destacar que todas as entrevistas foram realizadas mediante a aprovação e consentimento dos entrevistados, que leram e assinaram o documento intitulado “Termo de consentimento livre e esclarecido”, reproduzido no Apêndice 3.

Como mencionado no documento supracitado: “Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a)”. Por esse motivo, os termos assinados não serão disponibilizados no presente trabalho.

Após a apresentação da metodologia utilizada para a realização das entrevistas, destacaremos as respostas obtidas para então passarmos à sua análise. Os depoimentos não serão transcritos. Serão analisados separadamente, de acordo com as perguntas e respostas recebidas, tentando a todo tempo relacionar tais respostas aos objetivos da pesquisa. As entrevistas seguiram o roteiro de perguntas apresentado anteriormente.

- Entrevista n° 1

O primeiro entrevistado tem 54 anos e possui formação em História, com mestrado também em História e especialização em Arquivologia. Não possui filhos e mora sozinho. É funcionário da CUT desde 1999, participando das atividades da entidade desde a pré-CUT.

Quando perguntado sobre a sua trajetória na CUT, sua resposta imediata foi a de que era filiado ao PT e participou do movimento sindical no apoio às eleições de diversos sindicatos. Não possui filiação a nenhum sindicato específico.

Sua família analisa sua participação na CUT apenas como um trabalho, mas, em contrapartida, o entrevistado se identifica como militante, que exerce uma função especializada com formação própria dentro da central sindical.

No segundo bloco de perguntas, direcionadas mais especificamente sobre a CUT, o entrevistado diz conhecer toda a trajetória histórica de formação da CUT, e que inclusive escreveu um livro sobre isso.

Conta que atua na CUT desde 1983 e que, em 2003, quando a instituição completou vinte anos de existência, já fazia parte do quadro de funcionários da central nacional. Não participou da fundação da CUT, em 1983, como delegado, mas estava dando apoio à organização do 1° CONCLAT. Porém, quando perguntado sobre como

avalia a atuação da CUT no cenário político atual, o entrevistado se colocou como um simples funcionário que defende as posições e decisões da direção da instituição. Entende que não lhe cabe fazer esse tipo de avaliação.

Vê com alegria a chegada de Lula à Presidência da República, justificando tal posição pela sua filiação e militância no PT desde a adolescência. Segundo ele, a vitória de Lula foi uma conquista para a classe trabalhadora, com grandes avanços. Identifica como principal impacto positivo o reconhecimento e valorização não só da CUT, mas de todas as centrais sindicais. A partir da chegada de Lula à Presidência, houve um diálogo mais efetivo com os trabalhadores.

No que se refere às perguntas sobre o arquivo e seus usos pela instituição, o entrevistado apontou que os setores administrativos internos são os que mais utilizam a documentação custodiada pelo CEDOC CUT. Entre eles, estão o setor de projetos, o de gestão de pessoas, o de contabilidade e o de cadastro.

Segundo ele, os setores relacionados às atividades-fim utilizam a documentação digitalizada disponível no *site*.

Aponta que, apesar do nome do CEDOC CUT estar vinculado à ideia de centro de documentação, ele entende ser um arquivo, e que o setor foi criado para cumprir a função de arquivo. Defende que arquivo são documentos produzidos naturalmente pelo exercício das atividades de pessoas e instituições, e que, no caso da CUT, o CEDOC possui os documentos produzidos naturalmente pelas suas atividades e funções.

A frequência de consulta pelos setores internos da CUT é alta. Toda semana o CEDOC possui demanda de consulta pelos setores administrativos, com diversos setores diferentes solicitando documentação.

A pesquisa externa é menor, pois, como mencionado, a documentação mais procurada pelos pesquisadores, as resoluções de congressos e plenárias da CUT, está disponível *online*. Além destas, mais de 500 publicações digitalizadas também estão no *site*. Através do levantamento realizado, em média quarenta pesquisas externas são realizadas por dia no *site*. Existem também pesquisas enviadas por *e-mail* e telefone, as quais também são atendidas.

O perfil dos pesquisadores externos foi apontado pelo entrevistado como sendo de acadêmicos - geralmente mestrandos ou doutorandos - que pesquisam sobre a classe operária como um todo e não só sobre a CUT; de dirigentes e assessores do meio sindical, que buscam publicações da CUT sobre várias temáticas, como, por exemplo,

sobre o registro sindical; e de políticos que já exerceram mandatos sindicais na CUT e que vão buscar informações para os seus currículos.

O entrevistado entende que o CEDOC é fundamental para as atividades diárias da CUT. Segundo ele, nenhuma instituição vive sem arquivo. O arquivo nasce com a instituição, e que, por isso, todo o esforço desempenhado para manter a organização dos documentos é importante. Ele aponta que hoje o conjunto de funcionários e dirigentes da CUT sabe que existe um setor responsável pela gestão de seus documentos. O CEDOC é um setor institucionalizado, está formalizado.

Em relação à memória da CUT e do movimento sindical, o entrevistado acredita que o CEDOC tem importância central, por ser o responsável pela preservação da documentação de valor histórico da instituição, mantendo o contexto da produção documental, o que ajuda no conhecimento histórico.

Ao ser perguntado o que entendia por memória, apontou que essa era uma pergunta complexa por estar sempre em construção. O que hoje é considerado como memória sobre determinado tema, amanhã possui outros complementos sobre ela, já pertence a outro momento e tempo. Assim, a memória é fruto do seu momento histórico.

A relação entre arquivo e memória é apontada pelo viés da memória institucional. Segundo o entrevistado, o arquivo é fundamental para se conhecer a memória institucional, na medida em que, a partir dele, é que se tem o acesso à documentação produzida. Arquivo e memória se complementam.

A equipe do CEDOC é formada por dois historiadores, um bibliotecário, um auxiliar técnico em documentação e um auxiliar administrativo. O entrevistado aponta a importância da formação em Arquivologia para a atuação no CEDOC, pois considera importante este tipo de profissional para a preservação e divulgação da memória. Segundo ele, é preciso classificar, avaliar e difundir.

As atividades do CEDOC foram resumidas por ele como sendo as de classificação e organização da documentação administrativa e histórica, a elaboração de instrumentos de pesquisa e divulgação que potencializem a documentação, e toda a atividade cultural advinda da documentação histórica, como a produção de DVDs com a recuperação da história da CUT, cronologia das lutas e atividades como o seminário internacional que busca incentivar a criação de setores semelhantes em outras instituições.

O procedimento para a captação de documentos pelo CEDOC é baseado na norma de envio, seguida especialmente pelos setores administrativos, que encaminham a documentação por uma relação de remessa à guarda externa.

Em relação à documentação das atividades-fim, é que se tem maior dificuldade de envio. Os assessores mantêm a documentação nos seus computadores, nas suas próprias salas, e acabam acumulando de forma desordenada. Quando o material é enviado para o CEDOC, o que é raro, chega uma massa documental acumulada sem qualquer referência, o que acaba dificultando o trabalho da equipe responsável por selecionar os documentos que ficarão nas suas dependências, dando assim um perfil de coleção ao acervo²²⁰.

O entrevistado destaca que o CEDOC possui dupla função: ser o arquivo e o centro de documentação da CUT. Para ele, essa diferenciação não faz sentido quando o que importa é entender como a documentação é produzida. O CEDOC, além de apoiar as atividades diárias da CUT com o arquivamento e organização da documentação corrente, também realiza a produção de materiais que divulgam a documentação custodiada, como a realização de exposições, publicação de livros e eventos, com captação de recursos financeiros em órgãos de financiamentos importantes.

- Entrevista n° 2

O segundo entrevistado tem 50 anos. É metalúrgico, funcionário de uma empresa multinacional no Rio Grande do Sul da área de máquinas agrícolas. Possui uma filha e reside com sua esposa em São Paulo. Formou-se no segundo grau técnico.

Iniciou a militância na CUT em 1991, no Rio Grande do Sul, e fez parte da direção estadual da CUT, assumindo três cargos. Ingressou na CUT nacional em 2006, ocupando até o momento da entrevista dois cargos consecutivos de direção, totalizando um total de cinco cargos de 1991 até 2014.

Identifica-se como um “militante de base”, uma espécie de “dirigente militante” e jamais um funcionário. Essas expressões estão relacionadas à vivência no movimento sindical. Indica trabalhadores que, desde cedo, atuavam em seus locais de trabalho através de organizações e sindicatos específicos. Ele acredita que o movimento sindical não é um espaço para se “fazer carreira”, é um período no qual se tem uma tarefa a ser cumprida. Ao final desse intervalo, seus planos são de retomar sua profissão ou fazer

²²⁰ A diferença entre fundos e coleção foi discutida no capítulo 1e retomada no capítulo 3.

qualquer outra coisa. Não possui o desejo de continuar dirigente sindical por muito tempo.

Iniciou a militância na década de 80, nas pastorais sociais, pastoral da juventude e na Juventude Operária Católica (JOC).²²¹ Em 1985, seu grupo assumiu a direção do sindicato em São Leopoldo no Rio Grande do Sul, e, em 1987, filiou-se à CUT estadual. Entrou na direção do sindicato, realizando o que chamou de “sindicato de base”, com militância nas fábricas, até 1991, quando foi eleito para direção estadual da CUT. Assumiu em 1996 o primeiro cargo de maior expressão dentro da central no Rio Grande do Sul.

Diz possuir a compreensão de sua família ao longo de toda a sua trajetória no movimento sindical, mesmo com a ausência frequente. Seus pais, esposa e filha sempre o apoiaram na militância. Inclusive seus irmãos também possuem histórico de militância nas pastorais ligadas a igreja católica.

Participou indiretamente da formação da CUT na sua região. Conviveu com militantes históricos que estiveram presentes no encontro de Praia Grande em 1981, quando se iniciaram as articulações para a formação da CUT.

Entende que a configuração mundial, especialmente depois da crise econômica de 2008, não vem proporcionando um cenário muito favorável ao movimento sindical, mas entende que a CUT tem conseguido se posicionar claramente, propondo medidas sólidas para a recuperação nacional em relação a essa crise. Destaca que, enquanto outras centrais apresentaram propostas para a redução de salários, a CUT sugeriu o inverso, ou seja, através da pressão sobre governo e empresários pela busca de maiores investimentos públicos e privados, para que não fosse necessária a redução de salários e das jornadas de trabalho.

Aponta outras iniciativas da CUT nos últimos dez anos que podem exemplificar o papel central e a importância exercida pelo movimento sindical brasileiro, como a proposição de aumento do salário mínimo. Percebe a grande quantidade de demandas, mas destaca que a CUT vem ocupando posições importantes nos debates políticos, econômicos e sociais no que se refere às bandeiras dos trabalhadores.

Em 2003, quando a CUT completou vinte anos de existência, o entrevistado estava à frente da central estadual no Rio Grande do Sul. Entende que a chegada de Lula à Presidência da República não pode ser entendida apenas como um mérito pessoal,

²²¹ Para mais informações, ver: <<http://www.jocbrasil.org.br/>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

apesar de reconhecer a forte liderança e carisma de Lula. Ele avalia esse período como uma construção coletiva e defende que muitos militantes anônimos fazem parte dessa conquista. O entrevistado vê a eleição de Lula para presidente como a vitória de um projeto, que começou a ser construído na década de 70, ainda na ditadura militar.

Aponta que, com a posse de Lula como presidente, a CUT teve o reconhecimento que tanto buscava, tanto do ponto de vista de sua representatividade da classe trabalhadora quanto da possibilidade de participação em espaços públicos, o que até então não era legalmente possível. Segundo ele, hoje, a CUT pode apresentar a sua opinião dentro de espaços públicos reconhecidos pelo governo.

A linha de atuação da central sindical, de acordo com o entrevistado, não mudou. Evidentemente, abriu-se um maior diálogo para que apresentassem propostas sobre diversos temas, como no caso do salário mínimo, já citado. Isso nunca havia acontecido em nenhum outro governo. Algumas propostas se consolidaram, mas outras ainda estão em fase de negociação, como o fim do fator previdenciário.

Em relação ao arquivo e o CEDOC, o entrevistado diz conhecer suas atividades e sua importância no interior da CUT. Principalmente quando foi secretário geral²²², ocasião em que organizou dois seminários internacionais com a equipe do CEDOC.

Relata que consulta documentos com frequência, principalmente quando precisa fazer uma palestra ou curso sobre a história e conquistas do movimento sindical, mesmo antes da fundação da CUT. Diz que sempre que possui material produzido, como um “relato de experiências”, de caráter histórico, doa para o acervo do CEDOC sem grandes burocracias. Segundo o entrevistado, o setor que mais consulta documentos do CEDOC é a Secretaria Nacional de Formação²²³.

O entrevistado não considera o CEDOC como um arquivo e, sim, como um centro de documentação. Para ele, existe uma diferença entre os dois conceitos. Arquivo seria dedicado a materiais mais conjunturais e administrativos, “mais imóvel”, enquanto o centro de documentação atuaria na preservação da história da instituição. Assim, o CEDOC não seria “só” um arquivo, mas também um centro de documentação, com uma equipe qualificada, com equipamentos tecnológicos adequados, e não “um amontoado de materiais”.

O entrevistado acredita ser fundamental o controle documental nos setores, e cita uma publicação que está em fase de elaboração na sua secretaria. Logo menciona que

²²² O CEDOC é subordinado à Secretária Geral da CUT nacional.

²²³ As informações referentes à Secretaria de Formação estão no capítulo 3.

essa publicação será doada ao CEDOC para a socialização com pesquisadores interessados. Diz que a sua secretaria produz muitos documentos administrativos, mas que, para fins de pesquisa e conseqüentemente de interesse do CEDOC, a produção é baixa.

Entende que o CEDOC tem um papel determinante e importante nas atividades diárias da CUT, principalmente no acúmulo de conhecimento, pois seria através desse conhecimento custodiado pelo CEDOC que a CUT se “abastece” para cumprir suas atividades diárias.

Em relação à construção de memória da CUT e da classe trabalhadora a nível mundial, entende que o CEDOC é “humilde” e que precisa de parcerias com universidades e instituições para troca de experiências.

Segundo ele, memória é tudo que produz conhecimento. É um acúmulo de conhecimento, seja através de um documento físico ou eletrônico que possa ser disponibilizado. Não vê nenhuma relação entre arquivo e memória. Neste momento, é interessante transcrever uma parte da sua fala.

Não quer dizer que um arquivo não possa também ter documentos históricos, mas eu descrevo o arquivo como algo um pouco mais administrativo, mais documental mesmo, com documentos mais oficiais (...) algo para ser manuseado no dia a dia. São informações que ficam ali, de determinado departamento, determinado órgão de governo; memória é algo mais sofisticado do ponto de vista de ter informações históricas, informações que possam ajudar a produzir novos conhecimentos, enquanto que o arquivo é mais pra consultar mesmo, nada que vá produzir um conhecimento maior para a sociedade.²²⁴

Para ele, o arquivista é um profissional que busca fazer a codificação, separação e seleção de documentos, para que seja de fácil acesso, atuando na organização de um determinado “material”. É um “trabalho que precisa ser feito” e tem um papel fundamental porque não organiza apenas o arquivo, mas também a memória. Não vê importância na presença de um arquivista no CEDOC, mas sim de profissionais que consigam atender a demanda da CUT, independente da formação. O que importa é a vocação, segundo ele. Por se tratar de uma função “muito nobre”, a vocação é fundamental.

²²⁴ Entrevista concedida a esta autora em 24 de junho de 2014.

- Entrevista nº 3

O último entrevistado é bancário e possui 46 anos. Tem quatro filhos e mora com a esposa e mais três filhos. É formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em Ciências Sociais.

Foi dirigente do Sindicato dos Bancários de Pernambuco e da CUT do mesmo estado por dois mandatos e, na CUT nacional, conclui o terceiro mandato em 2015. Na CUT estadual de Pernambuco, foi tesoureiro e secretário de organização e, na CUT nacional, ocupou os cargos de diretor executivo e secretário nacional de Políticas Sociais durante nove anos.

Identifica-se como militante social e de organização partidária da CUT. Destaca sua atuação no Sindicato dos Bancários de Pernambuco como sendo a sua origem no movimento sindical, quando militava no Movimento Nacional de Oposição Bancária (MNOB).

Sua família torce e defende a sua atuação no movimento sindical. Sua mãe e irmãos são militantes de esquerda e sempre o apoiaram. Mesmo com os riscos, sempre teve suas decisões políticas alinhadas com as de sua família. Sua esposa também participou do movimento sindical em Pernambuco e foi dirigente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Não participou do congresso de fundação da CUT, mas diz conhecer a sua trajetória e história. Avalia a atuação da CUT nos dias de hoje como positiva, principalmente em relação aos objetivos da central, que tem no trabalho o foco da construção de uma sociedade mais justa. Segundo ele, a CUT adotou uma postura de defesa e aproximação entre trabalho, cidadania e direitos. As garantias de trabalho e de salário são as bandeiras que a CUT levanta e estão diretamente ligadas à cidadania dos trabalhadores.

Em 2003, quando a CUT fez vinte anos, o entrevistado ainda não fazia parte da CUT nacional. Estava na direção da CUT Pernambuco. Mas participou da campanha de Lula, segundo ele. Em 2003, foi a primeira vez que a CUT se posicionou a favor da candidatura de Lula à Presidência da República, após anos de neutralidade.

Para o entrevistado, a chegada de Lula à presidência foi uma grande vitória, uma quebra do preconceito de que Lula nunca chegaria a ser presidente. Foi a prova de que era possível que a candidatura de um trabalhador, de um operário, fosse vitoriosa. Analisa a gestão de Lula como sendo extremamente positiva para a valorização do trabalho, com a criação de empregos e melhores salários, e que trouxe diversos outros

benefícios, como moradia digna, transporte de qualidade, entre outros. Foi uma prova de que os trabalhadores possuem capacidade de também serem dirigentes do país, e também de qualquer nível do poder Executivo, não só dos sindicatos.

Especialmente para a CUT, existiram tanto pontos positivos quanto negativos. Um dos positivos está relacionado à criação do próprio Lula pela CUT. Acredita que a formação sindical e a sua vivência dentro da CUT foram fundamentais. Segundo ele, a CUT forjou o sindicalista que se tornaria presidente do país.

O ponto negativo foi que correntes políticas importantes do interior da CUT saíram e fundaram, por exemplo, a CSP-CONLUTAS²²⁵, alegando que a central perdera a sua autonomia frente ao governo. Segundo o entrevistado, foi um grande equívoco, já que não concorda com a ideia de que a CUT perdeu a sua identidade e capacidade de luta. Pelo contrário, ele defende que, no governo Lula, que foi um governo apoiado pela CUT, os trabalhadores estavam muito mais “à vontade” para exigir seus direitos.

Em relação ao CEDOC e às atividades do arquivo, o entrevistado diz conhecê-los desde 1999, quando o centro foi fundado. Afirma visitar frequentemente o arquivo e consultar muitos documentos. Quando perguntado se considerava o CEDOC como um arquivo, o entrevistado afirmou: “Considero mais que um arquivo, é um centro de documentação, portanto, ele recebe doações e organiza documentação”.

Para ele, arquivo é um espaço onde se “procura documentos, livro e história de um tempo passado e do presente”.

Admite que não consegue controlar a produção de documentos do seu setor e, assim, não consegue mensurar essa produção. Entende que a importância do CEDOC para as atividades diárias da CUT está no registro da memória. Segundo ele, a CUT produz documentos diariamente e o CEDOC tem a tarefa de registrar e guardar, do ponto de vista da história, a memória da organização.

Nesse sentido, analisa a importância do CEDOC na construção de memória da CUT como sendo uma ferramenta que preserva, no presente, o que poderá se tornar histórico. Alinha história e memória frequentemente. O conceito de memória é definido por ele como sendo a possibilidade de resgatar o presente no futuro. É a capacidade de organizar a história que vai se traduzir em memória. Memória e história são “coisas parecidas”.

²²⁵ <<http://cspconlutas.org.br/>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

A relação entre memória e arquivo, segundo ele, é um pouco diferente. O arquivo não deixa de ser uma parte da memória, mas ainda é visto como algo ligado a procedimentos burocráticos e administrativos e, às vezes, pode não ter relação direta com a memória.

Para ele, o arquivista organiza, seleciona e arquivava determinada doação e documentos. Um arquivista de um arquivo público é diferente de um arquivista de um centro de documentação como o CEDOC, devido à natureza dos documentos que recebem. Defende que o trabalho do arquivista pode ser relacionado com a preservação e divulgação da memória.

Quando perguntado sobre a formação da equipe do CEDOC, mostrou alguma incerteza, mas acredita que todos possuem pelo menos uma especialização em arquivo.

Termina a entrevista reforçando a importância da CUT não só para os trabalhadores, mas também para a sociedade brasileira em geral. A CUT se constituiu como uma necessidade da classe trabalhadora, para além da classe corporativa. Nasce combatendo o regime, na luta pela anistia, e combatendo o modelo sindical vigente na época. Defende que, sem dúvida, a CUT tem grande contribuição na formação do Brasil.

4.2 Memória e identidade do movimento operário: análise dos relatos

A partir das entrevistas realizadas, podemos indicar algumas conclusões em relação ao uso dos documentos pela CUT, assim como alguns aspectos que ajudam a entender características do processo de construção de memória e identidade da central sindical a partir dos documentos arquivísticos.

Levando em consideração os pontos identificados no início do capítulo, em relação aos relatos orais como fontes de pesquisa, a intenção é analisar as respostas dadas pelos entrevistados à luz de um perfil crítico, que privilegia a subjetividade como um elemento importante na análise.

Procuramos refletir sobre a maneira como as narrativas do passado são produzidas e difundidas no presente de forma a construir determinadas “verdades” que servirão de referência. Nesse sentido, as narrativas documentais, representadas pelos documentos custodiados pelo CEDOC, e as narrativas orais, presentes nos testemunhos dos dirigentes da CUT, se complementam a fim de forjarem essa “verdade”.

Analisaremos uma entrevista por vez para, ao final, apontar elementos comuns aos três discursos. E, assim, mapear a construção de memória e identidade do movimento operário através dos documentos arquivísticos.

Percebemos que a primeiro entrevistado possui o perfil de um “funcionário” da CUT, apesar de não se identificar como tal. Sem nunca ter se filiado a nenhum sindicato, o entrevistado diz conhecer a trajetória histórica da CUT desde antes da sua fundação. Mas, em seu relato, não identificamos nenhuma presença efetiva nesse processo, a não ser pela sua formação acadêmica em História que, segundo ele, o possibilitou exercer uma função especializada dentro da entidade, além de indicar uma carga de leitura importante sobre o assunto.

Outro indício de sua participação como funcionário da CUT é a sua avaliação em relação à atuação política da organização no cenário político atual. Aqui, o próprio entrevistado se identifica como um funcionário e que não lhe cabe esse tipo de avaliação, pois defende as posições da direção da instituição.

Um ponto importante a ser analisado é a vinculação que o entrevistado estabelece entre CUT e PT, ao mencionar a sua filiação ao partido como sendo pelo menos um indício de sua participação nas atividades da central sindical. Essa relação entre a organização e o partido político, como vimos no capítulo 3, também é muito presente nos documentos custodiados pelo CEDOC. Muitas vezes, as atividades políticas do Partido dos Trabalhadores se confundem com os objetivos da CUT.

O entrevistado interpreta com alegria a chegada de Lula à Presidência da República com base na sua filiação ao PT e, novamente, percebemos uma aproximação entre a CUT e o partido como uma justificativa para explicar possíveis avanços de bandeiras históricas defendida pelos trabalhadores. Segundo ele, a chegada do PT ao governo possibilitou o reconhecimento das centrais sindicais e um maior diálogo com os trabalhadores. Em seu discurso, percebemos uma forte relação entre possíveis ganhos para os trabalhadores através da CUT com a eleição de Lula, como se a própria organização tivesse chegado a Presidência a República.

Em relação ao arquivo e seus usos, o entrevistado mostrou intenso conhecimento das rotinas internas do CEDOC e de sua importância para a CUT em geral, além dos procedimentos arquivísticos necessários dentro de um serviço de documentação. Demonstrou conhecer os setores que mais utilizam e os que menos se servem do CEDOC. As outras entrevistas deixarão essa ideia mais clara, mas já podemos inferir

que os documentos arquivísticos custodiados pelo CEDOC possuem pouca importância para os objetivos principais da CUT.

Conforme mencionado pelo entrevistado, os documentos mais consultados são os de teor administrativo, como documentos financeiros e de pessoal. A documentação considerada histórica²²⁶ está digitalizada e disponível no *site* para consulta aberta.

Os documentos que foram considerados históricos pelo CEDOC se resumem a material bibliográfico sobre o movimento sindical, como livros, folhetos, periódicos, cartazes, dissertações e teses. Foi elaborado um dicionário biográfico sobre os principais personagens, que inclui informações de participação relevante no interior da CUT e no movimento sindical. O dicionário também está disponível no *site* e é considerado histórico, assim como as resoluções dos congressos e das plenárias.

A partir daí, podemos imaginar que nenhum documento administrativo de hoje será considerado histórico algum dia. Os documentos da CUT já “nascem” históricos, e em sua maioria não estão relacionados às características “naturais” que acompanham os documentos arquivísticos. São escolhidos, premeditados. Essa pode ser uma justificativa para o alto número de cópias no acervo e a grande quantidade de documentos do PT.

Nesse sentido, percebemos claramente uma distinção entre arquivo e memória nas práticas desempenhadas pelo CEDOC. E isso tem implicações na ideia que os outros dirigentes da CUT fazem desses conceitos, como poderemos ver nas outras entrevistas.

Apesar do grande número de consultas externas, levantamos que, em média, quarenta pesquisas externas são realizadas por dia; pesquisas essas que se restringem ao *site*. Presencialmente, a procura pelos documentos ditos “históricos” é baixa, e a demanda se restringe aos setores administrativos, que consultam os documentos de forma pontual para subsidiar determinada atividade.

Ao admitir que o CEDOC tem papel central na CUT, percebemos uma espécie de valorização do arquivo, na medida em que defende que nenhuma instituição vive sem arquivo e que, hoje, as atividades desenvolvidas pelo centro já são amplamente conhecidas por todos na CUT. Mas, como vimos, essa importância está ligada diretamente aos trâmites administrativos e burocráticos. Os documentos que contam a

²²⁶ Não existe a prática de avaliação de documentos no CEDOC. A documentação é considerada histórica através de critérios não registrados e totalmente subjetivos. Não conseguimos identificar o procedimento de avaliação desses documentos que estão no *site* para consulta e que são considerados históricos pela instituição.

memória e a história da CUT são artificialmente produzidos. Eles não foram administrativos um dia, nem cumpriram o ciclo de vida dos documentos de arquivo. Por isso, inclusive, podemos questionar se são documentos arquivísticos.

Para o entrevistado, a relação entre memória e história passa pelo viés da memória institucional. Segundo o entrevistado, o arquivo é fundamental para se conhecer a memória institucional. Mais uma vez, identificamos em seu discurso uma separação entre memória institucional e memória histórica do movimento sindical. Os documentos custodiados pelo CEDOC ajudam a entender o funcionamento da CUT e suas atividades internas, mas não esclarecem a história do movimento operário e a importância que a CUT tem nesse processo.

Quando perguntado sobre as atividades do CEDOC, sua resposta mostrou claramente o caráter cultural que esse setor desempenha no interior da CUT. Essas atividades culturais advêm da documentação que consideram histórica (como a produção de DVDs, exposições e seminários, entre outras), utilizada como forma de divulgação da instituição.

Apesar de defender que a diferenciação entre arquivos e centros de memória não tem sentido, justificando que o que importa é entender como a documentação é produzida, percebemos que, na prática, essa divisão marca as atividades diárias do CEDOC. Não existe uma política de gestão de documental que faça com que os documentos correntes se tornem permanentes, e até mesmo históricos, a partir de sua produção, contrariando totalmente os princípios arquivísticos.

Percebemos no discurso no entrevistado que a custódia dos documentos administrativos, com sua organização para um fácil acesso, é suficiente para caracterizá-los como um arquivo. Assim como as práticas de comunicação e divulgação da documentação (que já é produzida para se tornar histórica e ser divulgada) custodiada pelo CEDOC são suficientes para caracterizá-lo como um centro de memória.

A segunda entrevista apresenta características interessantes que exemplificam grande parte da visão que os sindicalistas e militantes da CUT possuem em relação aos principais conceitos e objetivos da pesquisa. A partir da fala do segundo entrevistado, podemos perceber o quanto é contraditória a ideia de memória e arquivo para os trabalhadores da CUT, o que nós dá subsídios para entender a importância que atribuem ao CEDOC e aos documentos arquivísticos produzidos pela entidade.

Trata-se de um “militante de base” da CUT, um metalúrgico sem formação acadêmica, mas que ocupou cargos importantes. Primeiro no seu sindicato de origem e,

depois, na CUT nacional, tendo mantido contato com a vida sindical muito cedo através de seus pais e irmãos. Pela sua experiência no interior do movimento sindical, percebemos que a sua atuação não é de um estudioso ou intelectual que estuda o movimento operário de “dentro para fora”, mas de alguém que estruturou a sua carreira profissional, desde o início, nos preceitos de luta por melhores salários e condições de trabalho.

No seu discurso, percebemos a exaltação das medidas cutistas no cenário brasileiro, em especial após a crise internacional de 2008. Segundo ele, nos seus vinte anos de existência (1983-2003), a CUT conseguiu, mesmo em um cenário de crise, se fazer presente em relação aos benefícios dos trabalhadores, conseguindo bons resultados e conquistas.

Em relação à chegada de Lula à Presidência da República, ele é mais cauteloso e atribui a vitória a um grupo de idealistas que projetaram essa conquista desde o fim da ditadura militar, antes da criação da CUT.

A partir dessa interpretação, podemos supor que o entrevistado se posiciona a favor de uma central sindical independente do governo eleito. Entendemos que, ao afirmar que a vitória de Lula não foi um mérito pessoal, mas sim a vitória de um grupo independente, o entrevistado acredita que a CUT precisou seguir a sua postura combativa e reivindicatória. Ou seja, não foi a CUT que elegeu Lula. Por isso, segundo ele, nada deveria mudar em relação à posição ocupada pela central sindical.

Ao mesmo tempo, reconhece que, com a eleição de Lula para presidente, a CUT conseguiu maior apoio e participação nos espaços políticos. Apesar de contraditório, podemos perceber mais uma vez a negação da participação de partidos políticos no interior da CUT. A busca pela autonomia política em relação ao governo e aos partidos políticos é frequente nos discursos dos militantes.

Em relação ao CEDOC e a documentação, mais uma vez identificamos um discurso contraditório e com uma confusão de conceitos. Já na primeira pergunta, o entrevistado afirma que sempre consulta a documentação custodiada pelo CEDOC, principalmente quando precisa fazer uma palestra ou curso sobre a história e conquistas do movimento sindical. Da mesma forma, diz que, quando possui algum material produzido de caráter histórico, procura doar ao CEDOC.

Percebemos aqui que o entrevistado relaciona os documentos que estão no CEDOC, assim como suas atividades, diretamente à história. Afirma que não considera o CEDOC um arquivo e sim um centro de documentação, e justifica essa diferença a

partir de um desconhecimento total da área. Segundo ele, o arquivo é “imóvel”, enquanto o centro de documentação se preocupa com a história, sendo assim mais dinâmico, além de possuir equipe qualificada e equipamentos tecnologicamente mais avançados. Uma confusão típica de quem não conhece o funcionamento e a razão de ser de um arquivo.

O entrevistado não identifica nenhuma relação entre arquivo e memória, mas, sim, entre história e memória. Daí a importância imputada ao CEDOC. Reconhece a importância do centro para a preservação e divulgação da história e da memória da CUT, a partir da caracterização do CEDOC enquanto com centro de documentação.

Por vezes, o entrevistado se confunde até em relação ao conceito de documento. No trecho já citado, e reproduzido novamente abaixo, essa confusão fica clara.

Não quer dizer que um arquivo não possa também ter documentos históricos, mas **eu descrevo o arquivo como algo um pouco mais administrativo, mais documental mesmo, com documentos mais oficiais** (...) algo para ser manuseado no dia a dia, são informações que ficam ali, de determinado departamento, determinado órgão de governo; **memória é algo mais sofisticado do ponto de vista de ter informações históricas, informações que possam ajudar a produzir novos conhecimentos, enquanto que o arquivo é mais pra consultar mesmo, nada que vá produzir um conhecimento maior para a sociedade.** (Grifos nossos)²²⁷

A partir dos trechos destacados, podemos levantar algumas questões. Documentos estão somente em arquivos? Os centros de documentação não possuem documentos? E os documentos oficiais? São privilégio apenas dos arquivos? Isso significa que o CEDOC não possui documentos oficiais? Apenas a memória e a história produzem conhecimento? E, por isso, estão em uma escala de importância maior? Informações para consulta estão apenas nos arquivos? Então no CEDOC não existe informação a ser consultada?

Essas são apenas algumas indagações que esse pequeno trecho da entrevista suscita, e que apresenta uma imensa e séria confusão de conceitos que tem impacto direto na importância que os militantes da CUT atribuem aos seus documentos arquivísticos. Podemos supor que os documentos produzidos organicamente, no decorrer das atividades e funções da CUT, qualificando-os como documentos de arquivo, não possuem importância. Em contrapartida, aqueles imaginados e muito bem

²²⁷ Entrevista concedida a esta autora em 24 de junho de 2014.

pensados para serem históricos possuem toda a relevância possível para a memória e história da Central Única dos Trabalhadores.

O terceiro entrevistado possui formação acadêmica em Ciências Sociais, mas sua trajetória no movimento sindical foi construída como bancário na CUT regional da sua cidade. Seu perfil é um pouco da mistura dos outros dois entrevistados. Apesar de possuir uma formação superior, não percebemos que seu conhecimento sobre a CUT e sobre o movimento operário em geral venha de seus estudos, como o primeiro entrevistado, mas, sim, de uma vivência prática, do dia a dia nas manifestações e piquetes organizados por seu sindicato de origem, da mesma forma que o segundo entrevistado.

Com anos de militância no movimento dos bancários de Pernambuco, e assumindo cargos importantes tanto na CUT regional quanto nacional, desempenhou papel fundamental na estruturação atual da instituição. Apesar de não ter tomado parte de sua fundação, conhece o processo de consolidação da central sindical devido à sua extensa participação na militância de esquerda, iniciada ainda jovem com seus pais.

O fato do entrevistado se identificar como um militante de esquerda é interessante para pensarmos a própria identidade da CUT. Se seus dirigentes se colocam de tal forma, isso significa que possuem uma visão à esquerda da instituição que representam, ainda alinhada com os preceitos de fundação da CUT, em 1983. E isso pode ser facilmente questionado a partir do conhecimento da trajetória de formação e funcionamento da CUT apresentada no capítulo 2.

Em seu discurso, é muito forte a presença da justiça e da igualdade enquanto bandeiras defendidas pela CUT. Segundo ele, essas foram as principais características que melhor exemplificam a atuação da CUT no cenário nacional durante os vinte anos de existência da central sindical.

Sobre a eleição de Lula à Presidência da República, defende que significou a chegada de todos os trabalhadores ao governo. Entende como uma vitória de toda a classe trabalhadora, que agora se via representada. A partir da vivência enquanto sindicalista e da experiência que adquiriu no interior da CUT, acredita que a CUT teve toda a importância nessa conquista. Efetivamente, fizeram com que Lula fosse eleito presidente do país.

Aqui, identificamos pontos divergentes entre os entrevistados. Enquanto a primeira e a terceira entrevistas estão alinhadas em relação à participação da CUT na

eleição de Lula para presidente da República, o segundo entrevistado defende que esse era um projeto anterior à existência da instituição.

Porém, o terceiro entrevistado aponta elementos negativos nesse processo, como a dissidência política dentro da CUT. Foi um momento em que correntes importantes, mas descontentes com o rumo que o movimento sindical e a própria CUT seguiram após a vitória de Lula, organizaram-se e fundaram outras frentes de pressão ao governo. Essa iniciativa, segundo ele, foi um equívoco, na medida em que acabou fragmentando e enfraquecendo o movimento sindical como um todo.

No que se refere ao CEDOC e à documentação ali custodiada, o entrevistado segue a linha da maioria dos dirigentes que não convivem com a documentação, e que estão na frente das negociações ou em serviços burocráticos. Identificamos uma séria confusão em relação aos principais conceitos que envolvem os objetivos da pesquisa: memória, história e arquivo.

A maior parte desses dirigentes admite que não consegue controlar a produção documental de seus setores. Da mesma forma, sempre que mencionam o CEDOC, associam-no a um órgão especializado em documentos históricos, e que, por isso, não costumam doar muita documentação, já que a grande quantidade de documentos produzidos por eles não precisa ou não interessa às atividades do CEDOC.

Percebemos que, mesmo afirmando que conhecem as atividades do CEDOC e sua importância para a CUT, na prática esse conhecimento não é percebido. Desconhecem as atividades de arquivo que o CEDOC desempenha, e que é justamente por esses documentos que a memória e a história da CUT poderão ser contatadas e conhecidas posteriormente.

Um dos entrevistados chega afirmar que arquivo é o espaço onde se “procura documentos, livro e história de um tempo passado e do presente”, mas, quando perguntado se o CEDOC pode ser considerado um arquivo, ele diz: “Considero mais que um arquivo, é um centro de documentação, portanto ele recebe doações e organiza documentação”. Aqui identificamos a primeira confusão. Ora, se o arquivo é o lugar onde se guardam informações históricas do tempo passado e do presente, e o CEDOC possui documentos históricos, não seria correto afirmar tratar-se de um arquivo?

Outra incoerência é perceber o arquivo como um local de guarda de livros. A documentação bibliográfica é totalmente diferente da documentação arquivística, assim como seu tratamento, organização e guarda. Portanto, arquivos não são lugares onde de procuram livros!

A frase “mais que um arquivo, é um centro de documentação” apresenta pontos que precisam ser levados em consideração. Mais uma vez, identificamos nesta percepção uma falsa superioridade dos centros de documentação em detrimento dos arquivos. No capítulo 3, essa diferença ficou clara. Um não é melhor ou pior do que o outro, eles apenas possuem diferenças em suas metodologias de trabalho e objetivos.

Entende que a importância do CEDOC para a CUT está no registro e na guarda da história e da memória da instituição, mas não percebe que esse processo se inicia de fato nos documentos produzidos internamente e até mesmo no seu setor, e não naqueles que são intencionalmente elaborados.

Quando perguntado sobre a relação entre memória e história, diz que “são coisas parecidas”. Entende que é organizando a história que se tem memória. De acordo com a bibliografia já apresentada sobre essa relação, esse raciocínio até faz sentido, mas é preciso um refinamento desses conceitos.

O entrevistado não vê tanta proximidade entre o conceito de arquivo e memória. Para ele, mesmo sendo uma “parte” da memória, o arquivo ainda está relacionado com procedimentos administrativos e burocráticos e, por isso, podem não ter relação direta um com o outro.

No entanto, a aproximação entre arquivo e memória é um debate frequente na área, de acordo com Londolini.

Desde a mais alta Antigüidade, o homem demonstrou a necessidade de conservar sua própria ‘memória’ inicialmente sob a forma oral, depois sob a forma de graffiti e desenhos e, enfim, graças a um sistema codificado... A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem os arquivos. A vida mesma não existiria - ao menos sob a forma que nós conhecemos - sem o ADN, ou seja, a memória genética registrada em todos os primeiros ‘arquivos’.²²⁸

Esse registro codificado está diretamente ligado à teoria das três idades²²⁹, na qual os documentos em idade permanente (arquivos permanentes) possuem vínculo direto com a memória e a história. Jardim explicita que:

²²⁸ LODOLINI, Elio. *Archivistica: principi e problemi*. Milano: Franco Angeli Libri, 1990, p. 157. *Apud* JARDIM, José Maria. A invenção da Memória nos arquivos públicos. In: *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, 1995 – Artigos, p. 4.

²²⁹ A teoria das três idades foi apresentada anteriormente no capítulo 1.

A noção de arquivo permanente traz em seu bojo a perspectiva de que expressa um tipo de memória materializada. Como tal, esta memória confunde-se com o próprio arquivo a ser preservado. O arquivo permanente tende a ser definido na literatura da área como *os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados*. (Lei 8159, art. 8º, parágrafo 3º)²³⁰

E como se formam os arquivos permanentes? Dos arquivos correntes! Por isso, a importância dos documentos arquivísticos ditos administrativos e burocráticos. Dessa forma, percebemos que, mais uma vez, o entrevistado entende que os documentos históricos são produzidos por algum objetivo intencional, e que, por isso, não possuem relação nem vínculo com os documentos correntes. O que decerto está totalmente contrário à teoria arquivística.

Com certeza, ter um conhecimento mais específico sobre essas questões não é o objetivo de um dirigente sindical, a não ser quando ele possui alguma formação ou interesse pelo assunto (caso do primeiro entrevistado). Mas essas reflexões impactam diretamente na importância que os arquivos e os documentos arquivísticos adquirem no interior da instituição, forjando inclusive uma possível memória social desse grupo.

Dulce Amélia e Dirlene Barros²³¹ analisam a relação entre arquivo e memória como indissociável. Contemporaneamente, essa relação ganhou proporções ainda maiores, como vimos no capítulo 1 desta pesquisa. As autoras identificam que, na sociedade em que vivemos, caracterizada como sociedade da informação, o arquivo adquiriu papel fundamental na construção de valores sociais, econômicos, políticos e culturais da humanidade.

Segundo Duranti, “(...) através de milênios, os arquivos têm representado, alternada e cumulativamente, os arsenais da administração, do direito, da história, da cultura e da informação”²³². Os arquivos sempre foram fontes de informação, independente da natureza, seja ela administrativa ou histórica. Belloto afirma que “(...) a finalidade última dos arquivos, seu objetivo maior, é, pois, comprovadamente, o acesso

²³⁰ JARDIM, José Maria. A invenção da Memória nos arquivos públicos. In: *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, 1995 – Artigos, p. 5.

²³¹ BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. Arquivo e Memória: uma relação indissociável. In: *Revista Transinformação*. Campinas, 21(1): 55-61, jan/abr., 2009.

²³² DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. In: *Revista Estudos Históricos*, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994, p. 50.

à informação, seja em que idade documental for e, conseqüentemente, em que âmbito arquivístico for”²³³.

Dessa forma, a função do arquivo é informar, gerar conhecimento amplo, e não pode ser restrita apenas às informações históricas ligadas à memória. Em contrapartida, essa informação é limitada, pois é possível conhecer apenas o que foi priorizado nessa subjetividade que compõe o fazer arquivístico.

O arquivo, nessa compreensão, adquire uma nova postura, não apenas de guardião da memória, mas, sobretudo, como um espaço de referência da produção do conhecimento, que incita a efervescência da informação de maneira dinâmica e atualizada.²³⁴

Nessa perspectiva, podemos entender as posições defendidas pelos entrevistados como um sério entrave às reflexões necessárias sobre o presente da CUT. Ao defenderem que o CEDOC seria um centro de memória voltado apenas para a preservação da história e da memória da entidade, marginalizam o imenso potencial informativo que o centro possui através dos seus documentos administrativos. Ao entenderem que o CEDOC recebe apenas documentos históricos (e esses já são produzidos com essa finalidade), descaracteriza-se totalmente a ideia de memória enquanto processo e a ideia de avaliação documental como uma função arquivística essencial para a construção de acervos históricos.

De acordo com Jardim²³⁵, o conceito de memória está teoricamente ligado ao processo de avaliação dos documentos arquivísticos, o que por princípio constitui os acervos permanentes/históricos. Caracterizado como um recurso técnico, com grande dimensão política, a avaliação determina, mediante critérios definidos, documentos socialmente relevantes e que podem/devem ou não se tornar históricos. Ainda de acordo com Jardim,

[...] todo documento de arquivo apresenta um valor de prova enquanto ‘testemunhos privilegiados e objetivos de todos os componentes da vida da pessoa física ou jurídica que os constituiu’ [...] ou, conforme Shellemberg [...], são decorrentes da ‘prova que contém da organização e funções do órgão que o produziu’. Enquanto suporte material de uma dada memória, o documento apresentaria atributos de valor permanente, valor secundário,

²³³ BELLOTTO, H.L. Arquivologia: objetivos e objetos. In: *Arquivo: boletim histórico e informativo*, v. 10, n. 2, 1989, p. 81.

²³⁴ BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. Arquivo e Memória: uma relação indissociável. In: *Revista Transinformação*. Campinas, 21(1): 55-61, jan/abr., 2009, p. 57.

²³⁵ JARDIM, José Maria. A invenção da Memória nos arquivos públicos. In: *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, 1995 – Artigos, p. 1.

valor de prova e valor informativo. As quatro noções de valor estariam entrecruzadas, embora a literatura a respeito pouco aprofunde esta dimensão teórica e suas consequências práticas. Norteada por estes conceitos, **a avaliação documental é acionada como o recurso técnico mais eficaz (na verdade, o único legitimado pela arquivologia) para a escolha de documentos “históricos” arquivísticos, passíveis de integrar o patrimônio documental de uma sociedade**, em razão da sua capacidade de expressar a memória desse grupo. (Grifos nossos)²³⁶

Assim, a única forma legitimada pela Arquivologia para construção de um acervo histórico é através da avaliação de documentos, os quais foram produzidos para cumprir determinada função e não para serem “históricos”. Cada documento se tornará ou não histórico a partir de critérios políticos, sociais e culturais dos profissionais que desempenham esse trabalho.

Dessa forma, ao analisar as entrevistas colhidas com os dirigentes e militantes da CUT, percebemos que os documentos administrativos custodiados pelo CEDOC são pouco ou nada utilizados pelos líderes sindicais em suas bandeiras de lutas e reivindicações. A prioridade está naqueles documentos que eles entendem como históricos desde a sua criação e não como um processo subjetivo de acordo com os preceitos arquivísticos.

Tal constatação indica que é limitada a importância atribuída à documentação enquanto elemento-chave no processo de construção da memória e identidade do movimento sindical representado pela CUT. Não se tem a visão de toda a informação produzida pela central sindical e apenas uma parte dela é valorizada. Porém, essa parte considerada de maior importância é produzida para esse fim, ou seja, já nasce para ser emblemática das atividades e bandeiras da CUT, o que produz uma memória “dada”; não conseguimos enxergar a memória enquanto processo.

Dessa forma, entendemos que a documentação produzida e recebida pela CUT, e que está custodiada no CEDOC, não possui relevância para as atividades diárias da instituição, sendo muito pouco pesquisadas. Em contrapartida, os documentos considerados de valor histórico são frequentemente usados em atividades culturais, como forma de promoção e divulgação de uma memória ainda ligada ao “novo sindicalismo”.

²³⁶ JARDIM, José Maria. A invenção da Memória nos arquivos públicos. In: *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, 1995 – Artigos, p. 6.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a intenção de analisar a importância dos documentos produzidos e recebidos pela Central Única dos Trabalhadores - CUT no processo de construção de memória do grupo que a instituição representa, algumas estratégias de pesquisa foram realizadas. Entre elas, podemos destacar a pesquisa documental no acervo custodiado pelo Centro de Memória Sindical da CUT, o CEDOC - CUT, além das entrevistas realizadas com importantes líderes sindicais, ligados de certa forma ao CEDOC.

Cobrando os primeiros vinte anos de atuação da CUT (1983-2003), procuramos analisar os documentos arquivísticos produzidos como instrumentos de preservação e divulgação da memória coletiva que caracterizou o grupo à frente da fundação da CUT, e os anseios da classe trabalhadora naquele momento. Procuramos nos documentos elementos que pudessem relacionar a história da CUT com os objetivos de sua formação.

Além dos documentos, entrevistas foram realizadas a fim de entender a importância que a instituição atribui aos documentos de arquivo e ao centro de memória da CUT. Tentamos entender o processo de utilização dos documentos pela entidade, e como essa utilização poderia estar relacionada à construção de memória.

Assim como entender os usos dos documentos pela CUT, as entrevistas também foram importantes para perceber a visão dos dirigentes sobre conceitos essenciais para a discussão arquivística, como, por exemplo, os conceitos de arquivo e de memória. Através da visão que os entrevistados tinham desses conceitos, conseguimos perceber como reconheciam o CEDOC e os documentos ali custodiados.

Partimos da ideia de que o arquivo é um lugar propício para o resgate e construção de memórias coletivas ou individuais por meio da custódia de seus documentos. Porém, nossa análise revelou indícios, em especial na fala dos entrevistados, que apontam para determinados “tipos de arquivos”, ou seja, o arquivo administrativo e o arquivo histórico, sendo apenas nesse último o local segundo o qual a memória pode ser identificada.

Como vimos ao longo da pesquisa, os arquivos possuem uma relação estreita com a memória; são ferramentas que preservam aspectos do passado e que ajudam a identificar a memória enquanto um processo de construção. Nesse sentido, a escolha pela análise dos documentos produzidos pela CUT e seus usos foi feita a partir de reflexões que indicavam que o acervo produzido poderia conter elementos que ligassem a trajetória da CUT a toda a proposta do “novo” que caracterizou a sua formação. Da

mesma forma, acreditávamos que os dirigentes e líderes sindicais reconheciam os documentos arquivísticos como fundamentais nesse processo de construção de memória.

Porém, como destacado ao longo do trabalho, a documentação custodiada pelo CEDOC não é reconhecida pelos membros da CUT como uma documentação de arquivo, mas, sim, de centro de documentação; e que, por isso, é histórica. Defendem que o CEDOC é um local de guarda de documentos históricos, e que esses já nascem como tal. Percebemos aqui uma completa distorção dos conceitos de arquivo e memória presentes na literatura arquivística.

Para que tal conclusão ficasse mais clara, tecemos considerações a partir das discussões propostas nos capítulos individualmente. Os objetivos de cada capítulo da presente pesquisa apontaram para conclusões específicas que ajudaram a delinear as considerações finais.

A partir da discussão apresentada no capítulo 1 sobre a emergência da memória na contemporaneidade e a importância dos arquivos nesse processo, destacando-se como um dos principais “lugares de memória”, tentamos justificar o estudo dos arquivos como ferramenta estratégica de poder e de construção de memórias. Memórias no plural, pois entendemos esse processo como uma construção, e, como tal, pode ser construída de diversas maneiras.

Ao apresentar o panorama interno da Arquivologia no que tange às diferentes vertentes teóricas da área que discutem a importância do documento arquivístico como uma “entidade” ou passível de interpretações, procuramos refletir sobre a influência dos documentos de arquivo na lembrança e no esquecimento de determinados fatos e atos que caracterizam nosso objeto de estudo. No caso da pesquisa em questão, procuramos entender como o movimento operário se apropriou ou não do seu arquivo para construir uma pretensa memória associada ao período histórico do “novo sindicalismo”.

Apresentamos uma discussão teórica que abordou, inclusive, mesmo que de forma periférica, a importância do arquivista na dinâmica que caracteriza a memória, ou seja, no aspecto político e subjetivo que credencia o arquivista “lembrar” ou “esquecer” certo documento e, por consequência, certo fato histórico.

Iniciamos com a discussão bibliográfica sobre a memória na modernidade e como essa memória se tornou emergente em um contexto político e social marcado, dentre outras características, pela globalização, adquirindo traços nostálgicos ou traumáticos. Somados a este cenário, abordamos aspectos da espetacularização e

comercialização do passado que interferem diretamente nos arquivos. De acordo com a discussão da área, os documentos arquivísticos precisam conservar a sua organicidade e, portanto, não podem sofrer interferências externas, como as coleções de museus e bibliotecas, por exemplo.

Os documentos precisam seguir seu ciclo de vida de acordo com a teoria arquivística. Por isso, não podem ser “pinçados” de acordo com interesses específicos, para compor uma determinada ação de divulgação ou comunicação. Porém, de acordo com o que vimos no acervo da CUT, essa prática é constante, corrompendo a relação orgânica entre os documentos e até mesmo o conceito de documento histórico, pois apenas documentos “escolhidos” são considerados históricos.

Apresentamos a discussão sobre o conceito de documento de arquivo na literatura arquivística que tem em Heloísa Bellotto uma das suas principais expoentes. A autora entende que o documento de arquivo precisa ser percebido para além do seu suporte material, representa a vontade de perpetuar, divulgar e preservar determinados fatos. Nesse sentido, a relação entre arquivo e memória torna-se inerente.

Nesse exercício analítico em revisitar a discussão sobre arquivo e memória podemos concluir que essa relação é frequente, visto que os arquivos representam elementos de contenção do passado. Tal análise corrobora o estudo em questão, na medida em que os arquivos da CUT traduzem sua trajetória histórica a partir de uma chave específica, em geral escolhida pela instituição.

Esse ponto é importante para pensarmos na possibilidade de não encontrarmos todas as informações nos arquivos; encontramos o que é possível e o que foi escolhido para ser encontrado. Essa reflexão crítica sobre a veracidade total dos acervos arquivísticos pode ser facilmente exemplificada através dos documentos custodiados pelo CEDOC - CUT, que nem de longe representam de forma fiel a trajetória histórica da CUT e do movimento operário.

A pretensa veracidade dos arquivos, a qual cristaliza os documentos de arquivos, precisa ser questionada frequentemente, principalmente quando o objeto de estudo é o arquivo. Jacques Le Goff apresenta essa relação de forma crítica e destaca que, assim como os monumentos, os documentos não são inócuos. Estes são subjetivos, resultantes de montagens da história e das sociedades que os produziram.

No capítulo 2, fizemos uma retrospectiva histórica da formação da CUT para entendermos o processo e os interesses que originaram sua formação. Nesse contexto,

percebemos os embates políticos e ideológicos que marcaram o desejo de uma nova representatividade do movimento operário.

Entendemos que esse capítulo seria fundamental para localizar historicamente a discussão da presente pesquisa. Entender os anseios de criação de uma central sindical em um contexto mais amplo, que incorporasse aspectos políticos e sociais foi fundamental para perceber os elementos que caracterizam o grupo à frente desse processo. E, assim, iluminar a pesquisa documental e a rememoração desse processo.

A CUT surgiu como uma promessa de conquistas para os trabalhadores, em um contexto político e social marcado pelos traços ditatoriais do regime militar. A instituição tinha como proposta inovadora um “novo sindicalismo” a partir da sua criação. No entanto, os estudos apontam para um processo de continuidades no interior do movimento. Muito pouco se alterou após a formação da CUT em 1983.

Esse capítulo foi fundamental para apontar elementos que caracterizassem a memória cutista. A partir da retrospectiva histórica da formação da primeira central sindical brasileira, podemos entender as demandas que suscitaram a sua criação, além de indícios que poderíamos encontrar nos documentos arquivísticos alinhados a esse contexto.

Apresentamos uma breve trajetória do movimento operário, seguindo uma cronologia a partir dos anos 50, a fim de delinear a conjuntura que resultou nas demandas de criação da CUT em 1983. Podemos destacar alguns pontos dessa trajetória que ajudaram a entender a urgência da CUT e de uma nova proposta de funcionamento e articulação do movimento operário.

A forte legislação sindical desde o Estado Novo até os anos 60 limitou a ação política do movimento operário nos anos 50. Várias restrições, incluindo-se a proibição de greves, fizeram com que as conquistas operárias fossem ínfimas frente às demandas que possuíam, além de propiciar o fortalecimento de setores mais conservadores, limitando a atuação e a expansão das demandas dos trabalhadores.

Apresentamos visões analíticas distintas em relação ao comportamento do operariado no período anterior a 64, quando o regime militar foi instaurado, indo de visões que entendiam tal período como o momento de atuação de grupos mais combativos - que faziam oposição a essa maioria conservadora e pressionavam para mudanças - até as que defendem de que se tratava de um sindicalismo “populista”²³⁷.

²³⁷ WEFFORT, Francisco. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968*. São Paulo, Cebrap, 1972.

Esse contexto é fundamental para pensar a conjuntura política e social que marcou o movimento operário nos anos 60 pré-golpe, pois é justamente por oposição a esse contexto que a proposta de fundação da CUT se justifica.

A formação da CUT possuía um viés novo. O objetivo era reavaliar o movimento operário e propor novas bases de lutas e frentes de ação. A intenção era formar uma instituição que realmente representasse os anseios dos trabalhadores e que fizesse frente de oposição ao governo, a fim de aumentar e consolidar suas conquistas.

Todo esse processo foi registrado pela historiografia como “Novo sindicalismo”, que tinha na organização pela base a sua principal linha de atuação. Esse tipo de organização determinava que os trabalhadores deveriam se organizar a partir da sua classe profissional, nas linhas de produção e montagem no interior das fábricas e indústrias. Dessa forma, a liderança viria de militantes que realmente conhecem as necessidades dos seus pares e não mais de “cima para baixo” como acontecia até então.

Tinham como principais reivindicações a derrubada da legislação sindical corporativista do tempo populista e da legislação salarial da ditadura, o fim da tutela do Estado sobre os sindicatos, fim da taxa compulsória que mantinha financeiramente os sindicatos (imposto sindical) e a defesa da unicidade sindical.

Os anos 80 e 90 foram marcados pela criação e funcionamento da CUT, e, como vimos no capítulo 2, a proposta era se livrar da velha estrutura corporativa e construir uma base sólida e renovada para o movimento sindical. Novas propostas e linhas de ação garantiriam efetivamente as conquistas dos trabalhadores frente ao governo.

Porém, ao longo das leituras, percebemos que a historiografia reconhece rupturas e continuidades nesse processo. Avanços importantes foram realizados, mas a velha estrutura de comando de “cima para baixo” continuou. Somente o nome dos principais líderes se modificou, mas as características corporativas e pessoais se mantiveram.

O distanciamento tão desejado com o passado não se concretizou. Velhas amarras perduraram durante todo o funcionamento e existência da CUT, incorporando inclusive aspectos que eram proibidos no projeto de fundação, como tendências burocráticas e partidárias.

Dessa forma, entendemos que não se concretizou a busca por uma construção de memória e identidade que não tivesse ligação com o passado recente. A CUT continuou ligada a velhos vícios, mesmo tendo conseguido importantes avanços para os trabalhadores.

Essa dicotomia, no entanto, parece não ser percebida pela instituição. Conforme observado na análise dos documentos custodiados pelo CEDOC, apresentada no capítulo 3, havia uma tentativa de construção de uma memória histórica nova. A memória institucional da CUT percebida nos documentos é algo dado, não é um processo; os documentos já eram produzidos para serem históricos.

Retomando a discussão apresentada no capítulo 3, analisamos o arquivo da CUT, que é de responsabilidade do CEDOC - CUT, um centro de memória e documentação responsável pela guarda e tratamento de todos os documentos produzidos, recebidos e acumulados pela instituição: documentos correntes, intermediários, permanentes e históricos.

A criação do CEDOC, em 1999, ratifica a nossa primeira conclusão. Havia a necessidade de se criar uma história nova para a CUT. Por isso, o CEDOC foi criado para preservar e divulgar os aspectos do “novo sindicalismo” que a CUT representava, ajudando a formar uma identidade específica para o movimento operário através das inovações promovidas pela criação da central sindical.

A análise teórica do campo arquivístico ajudou a localizar o CEDOC nesse debate. Apresentamos o conceito de arquivo, respeito aos fundos, ciclo vital dos documentos, entre outros, e tentamos reconhecê-los nos documentos custodiados pelo CEDOC, o que não foi possível.

Apresentamos a estrutura e as atividades desenvolvidas pelo CEDOC, assim como a documentação pertencente ao “Fundo CUT”, ou seja, a documentação produzida pela Central Única dos Trabalhadores.

Nesse processo, alguns aspectos chamaram atenção. De início, apontamos as atividades e funções do CEDOC descritas no *site*, que são: apoiar os demais órgãos da entidade com a disponibilização de publicações, documentos de arquivo e informações; e participar de pesquisas colaborativas com organismos e entes da CUT, arquivos, centros de documentação e memória de instituições que preservam e referenciam acervos dos trabalhadores, trabalhadoras e suas organizações.

Entendemos que o CEDOC é um centro de documentação com atividades de biblioteca, arquivo e exposições ligadas à museologia. A documentação arquivística faz parte de suas atividades e, portanto, precisa seguir os preceitos da Arquivologia.

Porém, quando a documentação é entregue ao CEDOC, ela não está mais na fase corrente, já não precisa ser consultada com frequência pelas secretarias e, assim, a guarda desses documentos é terceirizada. Dessa forma, percebemos que o CEDOC não

faz a gestão dos documentos completa. O seu foco não é a documentação corrente e intermediária, o que o afasta das funções de um arquivo.

O CEDOC não realiza as funções arquivísticas de avaliação e seleção, os documentos. São considerados permanentes pelo seu conteúdo e não pelo seu valor para a instituição.

A classificação dos documentos é feita pela estrutura da CUT, onde cada secretaria é uma classe. Isso gera um problema, pois a literatura arquivística preconiza uma classificação funcional, as classes devem espelhar a função que motivou a produção do documento, o motivo da sua criação.

Um aspecto importante é que a maioria dos documentos é formada por cópias, além da grande quantidade de recortes de jornais e publicações de periódicos internos. Poucos são os documentos originais, que é o que caracteriza um arquivo. Além da grande parte dos documentos ter sido produzida pelo Partido dos Trabalhadores - PT, foram identificados diversos documentos entre a CUT e o PT, o que comprova a estreita relação entre ambos.

A documentação analisada, separada por secretarias, possui alguns pontos em comum, já destacados no capítulo 3 e que reforçamos aqui nas considerações finais. Os documentos disponíveis para consulta não refletem as reais atividades e funções da CUT. Houve uma escolha do que guardar e disponibilizar para a pesquisa. O grande número de cópias e de documentos relacionados ao PT, abordando assuntos como socialismo, greves e imposto sindical, também indica uma espécie de escolha dos documentos que retratam a memória da CUT.

Nesse sentido, entendemos que a documentação pesquisada foi construída artificialmente, configurando-se em uma coleção e não em um fundo arquivístico. Nessa chave de análise, apresentamos a discussão sobre a diferença conceitual entre arquivos e centros de documentação e memória, o que indica que o CEDOC, mesmo tendo como uma de suas funções o tratamento dos documentos correntes, foi montado como um centro de documentação e memória. Tal posição inclusive foi defendida pelos militantes entrevistados no capítulo 4.

As entrevistas demonstram que os sindicalistas e militantes da CUT entendem o CEDOC como um centro de documentação e memória que visa à preservação e divulgação da história da CUT. Não percebem nenhuma relação entre arquivo e memória na medida em que, para eles, o arquivo está ligado aos documentos administrativos e burocráticos, enquanto a memória tem relação com a história.

Segundo os militantes entrevistados, não há como um documento de arquivo administrativo um dia vir a se tornar um documento histórico que apresente aspectos da memória de certo grupo. Como analisado ao longo da pesquisa, essa concepção está totalmente em desacordo com a teoria arquivística.

Dessa forma, podemos concluir que a documentação custodiada pelo CEDOC nomeada como “Fundo CUT” não configura um fundo arquivístico de acordo com a teoria da área e tão pouco possui a organicidade fundamental aos arquivos.

Isso mostra que os documentos do CEDOC não são essenciais para o funcionamento diário da CUT. Na verdade, ao chegarem ao CEDOC (quando chegam) não possuem mais importância imediata para a instituição. Ocorre assim um acervo “montado” com documentos que os militantes “acham” que são da responsabilidade de um centro de documentação e memória.

Essa prática possui impacto direto na memória histórica que se cria. Isso posto, ao analisar a importância da documentação no processo de construção de memória da CUT, percebemos que essa memória não se configura bem como um processo. Ela parece montada de acordo com o julgamento dos sindicalistas e militantes. Tal julgamento é totalmente influenciado por paixões e subjetividades que ainda vinculam a CUT à ideia do “novo sindicalismo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. Manual de arranjo e descrição de Arquivos. Associação dos Arquivistas Holandeses. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. 2ª ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973.

Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ANDERSON, Perry. *As origens da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Tradução José Gradel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

_____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BELLOTTO, Heloísa L. “Arquivos permanentes: tratamento documental”. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

_____. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

_____. *Arquivologia: objetivos e objetos*. Arquivo: boletim histórico e informativo, v. 10, n. 2, p. 81-83, 1989.

CAMARGO, Ana Maria. Os arquivos e o acesso à verdade, p. 425-426. In *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Volume II / Cecília MacDowell Santos, Edson Teles, Janaína de Almeida Teles, orgs. – São Paulo: Alderaldo & Rothschild Editores, 2009.

_____. Tempo e Circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. In: *Ponto de partida*, p. 21.

CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1945-1964)*. DIFEL Difusão Editorial, v. II, 1981.

CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. Informação, ética e museu: uma aproximação conceitual. In: *DataGramZero*, v. 6, n. 2, abr. 2005.

CEDRO, Marcelo. Pesquisa social e fontes orais: particularidades da entrevista como procedimento metodológico qualitativo. In: *Revista Perspectivas Sociais*. Pelotas, Ano 1, n. 1, p. 125-135, março/2011.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna. In: *Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba*, Fundação Pró Memória de Indaiatuba, Indaiatuba (SP), v. 3, n. 3, p. 15-30, jul. 2004.

COOK, Terry. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. In: *Informação Arquivística*. Rio de Janeiro/RJ, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez., 2012.

_____. Moda absurda ou Renascimento Profissional: Pós-modernismo e a prática de arquivo. In: *Informação Arquivística*. Rio de Janeiro/RJ, v. 2, n. 1, p. 158-187, jan./jun., 2013.

DUCHEIN, Michel. O Respeito aos fundos em Arquivística: Princípios teóricos e problemas práticos. In: *Revista Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, abr. 1982/ago. 1986, p. 14-33.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. In: *Revista Estudos Históricos*, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 2010.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ª edição. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Centauro Editora, 2006.

HARRIS, Verne. "Claiming Less, Delivering More: a Critique of Positivist Formulations on Archives in South Africa". In: *Archivaria*. Ottawa, n. 44, p. 132-41, 1997.

HEYMANN, Luciana Quillet. *De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do 'legado' de Darcy Ribeiro*. IUPERJ: Rio de Janeiro, Tese de doutorado, 2012.

_____. *O lugar do arquivo: a construção social do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, Faperj, 2012.

_____. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-66, 1997.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: Uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. In: *Arquivística.net* – <www.arquivistica.net>, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, jul./dez. 2007.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. In: *DataGramZero* - Revista de Ciência da Informação - v. 5 n. 5, out/04.

JARDIM, José Maria. A invenção da Memória nos arquivos públicos. In: *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, 1995 – Artigos.

JENKINSON, Hilary. *A Manual of Archive Administration: Including the Problems of War Archives and Archive Making*. Oxford: Clarendon Press, 1922.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuros passados*. Boston: MIT Press, 1985.

KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Editora Perspectiva, 5ª ed., 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 1994, Documento/Monumento, p. 535-549.

LISSOVSKY, Maurício. O que fazem as fotografias quando não estamos olhando para elas?. In: *Dobras da memória*, 2008.

LOPEZ, André Porto Ancona. *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

LOPES, Luís Carlos. Os arquivos, a gestão da informação e a reforma do Estado. In: *Arquivo&História*. Rio de Janeiro, n. 4, p. 37-49, out., 1998.

MALHEIRO, Armando Barreiros. Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação. In: *INTEGRAR: 1º congresso internacional de arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus: textos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955 – 1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina. Economia e Política na historiografia brasileira. In: *Antropolítica*, Niterói, EDUFF, v. 7, p. 23-39, 2001.

_____. Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais. In: *Outros Tempos*. Rio de Janeiro, vol. 1, p. 1-12, 2007.

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. *O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora*. Goiânia: Alternativa, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo, v. 10, p. 07-28, dez. 1993.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. *Enciclopédia Einaudi*, v. 1. História-Memória. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*. Edusc. São Paulo, 2004.

RODRIGUES, Ana Márcia L. *Uma análise da teoria dos arquivos*. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte – MG, Dissertação de Mestrado, 2004.

_____. A teoria dos Arquivos e a gestão de documentos. In: *Perspect. ciênc. inf.*, Belo Horizonte, v. 11 n. 1, p. 102-117, jan./abr. 2006.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: Um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. In: *Revista Acervo*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 257-286, jan. / jun. 2011.

RODRIGUES, Leôncio M. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: Boito Jr., Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

_____. *CUT: Os militantes e a ideologia*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

_____. Declínio das taxas de sindicalização: a década de 80. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 13, n. 36, 1998.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa, Portugal: Nova Enciclopédia, 1998.

ROUSSO, Henry. Vichy, le grand fosse. In: *Vingtième Siècle Revue d'histoire*, n. 5, 1985.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a Ruptura e a Continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 41. ANPOCS, 1999.

_____. As Centrais sindicais brasileiras e a reestruturação produtiva: análises e propostas. In: *Sociologias*. Porto Alegre, ano 2, n. 4, jul/dez 2000.

SANTANA, Marco Aurélio; PIMENTA, Ricardo M. Public History and Militant Identities: Brazilian Unions and the Quest for Memory. In: *International Labor and Working-Class History*, n. 76, 2009.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SHELLENBERG, Theodore R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 6ª ed.

SIMMEL, George. A Metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G (org.). *Fenômeno Urbano*. Ed. Guanabara: Rio de Janeiro, 1987.

SOUSA, Renato Tarciso B. Classificação de documentos arquivísticos: Trajetória de um conceito. In: *Arquivística.net*, <www.arquivistica.net>, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 120-142, ago./dez. 2006.

STAPLETON, Richard. Jenkinson and Schellenberg: A Comparison. In: *Archivaria*, n. 17.

TESSITORE, Viviane. *Como implantar centros de documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado de SP, Imprensa Oficial, 2003 (Projeto Como Fazer, 09).

TSCHAN, Reto. A Comparison of Jenkinson and Schellenberg on Appraisal. In: *The American Archivist*, v. 65 (Fall/Winter 2002), p. 176-195.

WEFFORT, Francisco. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968*. São Paulo, Cebrap, 1972.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: _____. *Projeto e Metamorfose*. Zahar, 2003.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: *Usos & abusos da história oral* – Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (coord.) – 8ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FONTES

- Documentários

Liberdade e autonomia sindical: democratizar as relações de trabalho – Dezembro de 2003.

CUT pela base –1984

Primeiro CONCLAT. A fundação da CUT – 1983.

Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (1981) – 21 de agosto de 1981 – Praia Grande – SP.

30 anos depois Lula relembra a 1º CONCLAT – setembro de 2011.

- Documentos

Acervo CEDOC CUT – Fundo CUT.

Estatuto da CUT aprovado no 11º Congresso Nacional da CUT – CONCUR.

Apêndice 1

Prezado senhor (cargo), (nome)

Meu nome é Fernanda da Costa Monteiro Araújo, sou pesquisadora doutoranda do Programa de Pós Graduação em Memória Social – PPGMS da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO, no qual desenvolvo a tese intitulada “*A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e seu Arquivo: A importância da documentação no processo de construção da memória (1983-2003)*”.

No momento estou desenvolvendo as pesquisas empíricas para conclusão da tese em questão, e gostaria de convidá-lo a contribuir com o estudo citado acima através de uma entrevista, com duração de no máximo 30 min.

Após uma breve pesquisa de pessoas que poderiam auxiliar para o estudo em questão, Sua participação foi considerada fundamental, na medida em que sua atuação no interior das atividades da Central Única dos Trabalhadores – CUT é de extrema relevância.

Poderemos agendar em local e horário de sua preferência entre os dias 21 e 25 de julho de 2014.

Grata em poder contar com sua ajuda e colaboração, aguardo um retorno para combinarmos mais detalhes.

Atenciosamente,

Fernanda Monteiro

Apêndice 2

Roteiro 1:

1º BLOCO: Identificação do entrevistado

- 1 – Nome, idade, profissão?
- 2 – Tem filhos? Com quem mora?
- 3 – Qual o seu grau de escolaridade?
- 4 – Quanto tempo faz parte da Central Única dos Trabalhadores?
- 5 – Qual o cargo ocupado no interior da instituição?
- 6 – O cargo ocupado atualmente é o mesmo de quando ingressou na

instituição?

- 7 – Você tem alguma trajetória de militância no movimento operário?

Caso positivo fale um pouco sobre ela

- 8 – Como a sua participação na CUT é vista pela sua família (como você é identificado na sua família)?

- 9 – Como você se identifica?

2º BLOCO: Sobre a CUT

- 1 – Você conhece a trajetória histórica de formação da CUT?
- 2 – Você participou da formação da CUT em 1983? Caso negativo, possui algum parente que tenha participado?
- 3 – Como você avalia a atuação da CUT no cenário político atualmente?
- 4 – Você fazia parte da equipe da CUT quando a instituição completou 20 anos de existência em 2003?
- 5 – Como você avalia a chegada do ex sindicalista Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República?
- 6 – A presidência de Lula teve algum impacto ou interferência para as atividades da CUT?

3º BLOCO: Sobre o arquivo

- 1 – Você saberia informar o setor que mais utiliza o CEDOC-CUT?

- 2 – Você considera o CEDOC-CUT como um arquivo?
- 3 – Na sua opinião, o que é um arquivo?
- 4 – Qual a frequência de consulta ao acervo do CEDOC CUT pelos setores internos da CUT?
- 5 – Para quais fins?
- 6 – Qual a frequência de consultas ao acervo do CEDOC CUT pelos pesquisadores externos?
- 7 – Você saberia dizer quem são esses pesquisadores externos (acadêmicos, sindicalistas, políticos,...)?
- 8 – Na sua opinião, qual a importância do CEDOC CUT para as atividades diárias da CUT?
- 9 – Em que medida você acredita que o CEDOC CUT pode ajudar a construir uma memória da CUT e do movimento sindical?
- 10 - O que você entende por memória?
- 11 – Na sua opinião, qual a relação entre arquivo e memória?
- 12 – Existe algum arquivista de formação no CEDOC CUT?
- 13 – Você acha que é importante a presença de um arquivista de formação na equipe do CEDOC CUT?
- 14 – Você acha que o trabalho do arquivista pode ser relacionado com a preservação e divulgação da memória?

Roteiro 2:

1º BLOCO: Identificação do entrevistado

- 1 – Nome, idade, profissão?
- 2 – Tem filhos? Com quem mora?
- 3 – Qual o seu grau de escolaridade?
- 4 – Quanto tempo faz parte da Central Única dos Trabalhadores?
- 5 – Cargo ocupado no interior da instituição?
- 6 – O cargo ocupado atualmente é o mesmo de quando ingressou na instituição?
- 7 – Você tem alguma trajetória de militância no movimento operário?
Caso positivo fale um pouco sobre ela

■ 8 – Como a sua participação sindical é vista pela sua família (como você é identificado na sua família)?

■ 9 – Como você se identifica?

2º BLOCO: Sobre a CUT

■ 1 – Você conhece a trajetória histórica de formação da CUT?

■ 2 – Você participou da formação da CUT em 1983? Caso negativo, possui algum parente que tenha participado?

■ 3 – Como você avalia a atuação da CUT no cenário político atualmente?

■ 4 – Você fazia parte da equipe da CUT quando a instituição completou 20 anos de existência em 2003?

■ 5 – Como você avalia a chegada do ex sindicalista Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República?

■ 6 – A presidência de Lula teve algum impacto ou interferência para as atividades da CUT?

3º BLOCO: Sobre o arquivo

■ 1 – Você conhece o Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT – CEDOC-CUT?

■ 2 – Já consultou algum documento no CEDOC-CUT?

■ 3 – Já doou algum documento?

■ 4 – Você saberia informar o setor que mais utiliza o CEDOC-CUT?

■ 5 – Você considera o CEDOC-CUT como um arquivo?

■ 6 – Na sua opinião, o que é um arquivo?

■ 7 – Você controla a produção documental do seu setor?

■ 8 – Você saberia dizer a quantidade de documentos produzidos pelo seu setor em um mês?

■ 9 – Na sua opinião, qual a importância do CEDOC CUT para as atividades diárias da CUT?

■ 10 - Em que medida você acredita que o CEDOC CUT pode ajudar a construir uma memória da CUT e do movimento sindical?

■ 11 – O que você entende por memória?

- 12 – Na sua opinião, qual a relação entre arquivo e memória?
- 13 – Você sabe o que o arquivista faz?
- 14 – Você acha que o trabalho do arquivista pode ser relacionado com a preservação e divulgação da memória?

15 – Existe algum arquivista no CEDOC CUT?

Apêndice 3

Termo de consentimento livre e esclarecido

Prezado (a) participante:

Sou aluna do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Estou realizando pesquisas para a conclusão da tese intitulada “*A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e seu Arquivo: A importância da documentação no processo de construção da memória (1983-2003)*” sob orientação da professora doutora Andréa Lopes da Costa Vieira, cujo objetivo é analisar os documentos produzidos e recebidos pela CUT, custodiados no Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT – CEDOC CUT, a fim de entender a importância da documentação na construção da memória da instituição. A intenção é perceber os usos possíveis dos documentos de arquivo para as bandeiras e lutas da CUT.

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, dessa pesquisa através de entrevista, que será gravada, se assim você permitir, e terá a duração aproximada de 30 min. No caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Se decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção do conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela (s) pesquisadora (s) Fernanda da Costa Monteiro Araújo e Andréa Lopes da Costa Vieira, no telefone: (21) 2542-2820 ou pela universidade responsável – PPGMS/UNIRIO, telefone: (21) 2542-2820.

Atenciosamente

Fernanda da Costa Monteiro Araújo _____

Matrícula: 120102P4D09

Local e data

Andréa Lopes da Costa Vieira

◆ **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO**

Eu,

_____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “*A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e seu Arquivo: A importância da documentação no processo de construção da memória (1983-2003)*”, como entrevistado. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador Fernanda da Costa Monteiro Araújo sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido o sigilo das informações e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade.

Local e data _____,
_____/_____/_____

Nome:

Assinatura do sujeito ou responsável:

Anexo 1

DOCUMENTO DE CRIAÇÃO DA CUT. (SECRETARIA DE IMPRENSA E
DIVULGAÇÃO – SID – CAIXA 01)



Nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983 no CONGRESSO NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA (CONCLAT) foi fundada a CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT) no seu último dia de congresso, 28/8/87. Com a seguinte participação:

912 entidades sindicais com a presença de 5.059 delegados, representando 12.192.849 trabalhadores

Assim distribuídos:

TIPO DE ENTIDADE	Nº ENTIDADES	Nº DELEGADOS	Nº TRABALHADORES REPRESENTADOS
Sind. Urbanos	355	2.262	6.573.207
Sind. Rurais	310	1.658	3.144.438
Assoc. Prê-Sind.	134	588	1.453.391
Assoc. Func.Público	99	483	1.021.813
Federações	5	35	(*)
Entid. Nacionais	8	35	(*)
Confederações	1	5	(*)
T O T A I S	912	5.059	12.192.849

Obs.: (*) o número de trabalhadores representados pelas Federações, Entidades Nacionais e Confederações já foi computado nos itens anteriores, para evitar duplicação.

O I CONGRESSO NACIONAL DA CUT foi realizado em 24, 25 e 26/8/84, também em São Paulo, com a seguinte participação e assim distribuídos:

CLASSIFICAÇÃO	Nº ENTIDADES	Nº DELEGADOS	OBSERVADORES	Nº TOTAL DE PARTICIPANTES
Rurais	308	1.590	02	1.592
Indústria	144	1.048	06	1.054
Serviços	246	1.357	17	1.374
Associações	239	1.227	13	1.240
O T A L	937	5.222	38	5.260

937 entidades sindicais com a presença de 5.222 delegados representando 11.557.229

O II CONGRESSO NACIONAL DA CUT realizou-se no Rio de Janeiro nos dias 31/07, 01, 02 e 03/08/84, com a seguinte participação e distribuição:

Classificação	Nº Entidades	Nº Delegados	Trabalhadores representados
Rurais	366	1.953	4.345.557
Indústria	182	1.201	3.029.384
Serviços	276	1.464	3.678.320
Func. Público	114	616	979.650
Prof. Liberais	76	330	390.303
T O T A L	1.014	5.564	12.423.214

Portanto: 1014 entidades sindicais com 5.564 delegados representando 12.423.214 trabalhadores

A CUT realiza seu Congresso Nacional a cada 2 anos e é constituída por uma Direção Nacional composta por 76 membros efetivos e 76 membros suplentes e sua Direção Executiva Nacional é composta por 15 membros efetivos e 5 membros suplentes.

A CUT está estruturada em 20 Estados, 3 territórios e com Comissão Pro-CUT em 2 Estados, suas direções são alteradas nos Congressos Estaduais que se realizam (de acordo com os Estatutos) a cada 1 ano.

A CUT está estruturada também em 47 regiões, também com Direções Regionais alteradas nos Congressos Regionais que se realizam (de acordo com os Estatutos) a cada 1 ano.

Obs.: Os 20 Estados os quais a CUT está estruturada são: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Pará, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe.
Os 3 Territórios Federais os quais a CUT está estruturada são: Amapá, Distrito Federal e Rondônia.
E os 2 Estados os quais existe a Comissão Pró-CUT são: Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

A CUT mantém, com todas as organizações e entidades sindicais do mundo, relações baseadas na solidariedade, apoio mútuo e ao mesmo tempo de respeito recíproco à autonomia.
Nestas condições, se relaciona no mesmo nível com a FSM, CMT, CIOSL, suas respectivas regionais, filiados e ainda com as entidades sindicais independentes.

Anexo 2

ORGANIZAÇÃO SINDICAL – (SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO –
SID - CAIXA 14)

INTRODUÇÃO

1. NOSSO OBJETIVO BÁSICO

Todos nós concordamos que a estrutura sindical fascista que está aí, deve ser estinta. Todos nós concordamos que, por outro lado, devemos criar uma estrutura sindical que esteja de acordo com a vontade, interesses e necessidades organizativas dos trabalhadores. Estamos de acordo, também que a nova estrutura sindical não deve apenas ser discutida e aprovada pela Plenária Nacional e depois permanecer no papel. Nosso objetivo básico é elaborar e aprovar uma estrutura sindical e desencadear um processo que garanta a sua real implantação. Nosso esforço portanto, deverá caminhar no sentido de criar todos os mecanismos e condições de implantar a nova estrutura sindical. Este foi o espírito da resolução do 1º Congresso Nacional da CUT, quando aprovou: " que a Direção Nacional crie mecanismos, as formas e as condições para a implantação dessa estrutura sindical a nível nacional."

2. IMPLANTAR A ESTRUTURA SINDICAL SEM A INTERFERÊNCIA DO ESTADO

Nosso ponto de partida é a defesa e a concretização do princípio da LIBERDADE e AUTONOMIA SINDICAL, contido na Convenção 87 da Organiz. Internacional do Trabalho. Hoje, no Brasil, há quem se posicione contra a ratificação da Convenção 87. Sabemos que a conquista da LIBERDADE e AUTONOMIA SINDICAL, será fruto de nossa luta e de nossa força. Este foi o caminho da construção da CUT. Os trabalhadores passaram por cima da lei sindical fascista, criando a CUT e tornando-a seu instrumento de luta e seu órgão de representação máximo. Da mesma forma deverá ser com a implantação da nova estrutura sindical, isto é, uma vez aprovada pela Plenária Nacional devemos criar todas as condições para colocá-la em prática.

Nossa posição é clara: não queremos que o estado (seja através do Poder Executivo, seja através do Poder Legislativo) imponha uma outra estrutura sindical e nem se dê o direito de aprovar ou vetar uma estrutura sindical. Nós queremos que seja respeitado o direito dos trabalhadores se organizarem de forma livre e autônoma. Combatemos também a tese de que esta questão deva esperar pela Constituinte. Também não aceitamos que a estrutura sindical que for aprovada pela Plenária Nacional, deva ser negociada com os mecanismos da estrutura sindical fascista que está aí.

- 2 -

Em resumo, não estamos definindo uma nova estrutura sindical para ser colocada em apreciação no Congresso Nacional em Brasília, nem para ser apreciada pela Constituinte e nem para ser negociada com a velha estrutura sindical. Estamos definindo uma estrutura sindical para implanta-la.

3. O QUE DEVE SER GARANTIDO NA LEI

Pelo acima exposto, fica claro que não queremos que o estado interfira na organização sindical dos trabalhadores. Isto não quer dizer que abrimos mão das garantias sindicais a serem consignadas em lei. Do ponto de vista da legislação, defendemos o seguinte:

- a) A Constituição Brasileira, deve garantir a liberdade e autonomia sindicais, conforme a Convenção 87; a democracia interna no processo eleitoral, na gestão e na organização sindical; a estabilidade no emprego para quem tem mandato sindical até hum ano após o cumprimento do mandato.
- b) A Lei Ordinária, deve garantir o exercício dos seguintes direitos sindicais:
 - estabilidade no emprego para todos os membros concorrentes às eleições sindicais, pelo período de hum ano.
 - estabilidade aos membros da Comissão Coordenadora do processo eleitoral pelo período de hum ano.
 - livre circulação dos dirigentes sindicais nos locais de trabalho.
 - livre divulgação de toda a propaganda sindical nos locais de trabalho.
 - garantia de realização de assembléias dentro das empresas durante o período de trabalho.
 - remuneração normal para todos os trabalhadores que participarem de aticidade sindical fora da empresa.
 - garantia de criação e funcionamento da Comissão de Empresa independente da estrutura sindical, com estabilidade no emprego e condições de funcionamento dentro da empresa.

- garantia de tempo livre (2/3 da jornada de trabalho) para todos os membros das comissões sindicais de base e comissões de empresa, para seu exercício sindical dentro da empresa; desconto em folha de pagamento de todas contribuições sindicais definidas pelo sindicato.

QUESTÕES E ENCAMINHAMENTOS PARA ORIENTAR OS DEBATES:

Questão ; Nosso objetivo básico é, de fato, elaborar uma nova estrutura sindical e encontrar as formas de implanta-la

Encaminhamentos possíveis:

- a) na prática sindical : ir implantando a nova estrutura sindical.
- b) na Constituição : pressionar o Senado para que ratifique a Convenção 87 da OIT, garantindo liberdade e autonomia sindicais.
- c) na Legislação ordinária : A Direção Nacional da CUT deve elaborar projetos de lei, sobre as garantias sindicais e apresenta-los através de mecanismos parlamentares. A CUT Nacional, deverá buscar a forma mais política de apres projetos, podendo elaborar um único ou vários projetos separados.

4. PRINCIPIOS DA CUT

Artigo 1 : Liberdade e Autonomia Sindicais:

A estrutura sindical garantirá a mais ampla liberdade sindical em todos os locais de trabalho, em todas as instâncias e em todas as formas relacionamento e solidariedade nacional e internacional. O sindicato é soberano em suas decisões e manterá sua autonomia em relação ao Estado, à classe patronal, aos partidos políticos, aos credos religiosos e às concepções filosóficas.

Artigo 2 : Sindicato classista e de luta:

Dentro da realidade de conflito de classes em que vivemos, o SINDICATO,

será um instrumento de luta em defesa de suas reivindicações imediatas e objetivos históricos, combatendo a política de colaboração de classes e não compactuando com planos de governos que firam os interesses dos trabalhadores. O SINDICATO se constitui num instrumento de luta pela unificação dos trabalhadores desde os seus locais de trabalho até a sua instância máxima. A unidade deve ser garantida pela força política e pelo avanço da consciência da classe trabalhadora na sua luta contra a exploração patronal. Neste sentido negamos a unicidade sindical que é imposta pela lei. O SINDICATO organizado desde a base manterá a unidade na luta contra a exploração patronal. O SINDICATO buscará a sindicalização dos trabalhadores como forma de fortalecimento político da luta sindical, fortalecimento da organização e da autonomia financeira.

Artigo 3 : Organização Sindical:

O SINDICATO será organizado por ramo de atividade econômica, e de serviços tendo como meta a aglutinação de atividades afins num mesmo sindicato. Os trabalhadores criarão suas formas de organização desde os locais de trabalho até os seus órgãos de representação, máximos. Todos os trabalhadores terão sua organização sindical tanto no setor privado como no setor público. As assembleias dos sócios decidirão sobre os seus estatutos, obedecendo aos princípios e normas básicas aqui expostos.

Artigo 4 - Ação Sindical: O SINDICATO desenvolverá uma ação sindical de combate sistemático a todas as formas de exploração, tanto na cidade como no campo, utilizando-se de todas as formas de luta que achar oportunas e que busquem reais conquistas econômicas, políticas e sociais.

Artigo 5 - Eleições Sindicais: Todas as eleições serão livres e democráticas garantindo-se iguais condições para todos os concorrentes. As eleições serão diretas para a Comissão de Base e Sindicato de Base. As eleições para as instâncias superiores poderão ser realizadas pela forma direta ou por congresso, conforme seus estatutos. As eleições sindicais serão coordenadas por mecanismos criados pelos próprios trabalhadores, em suas diversas instâncias, garantindo-se a democracia conforme definida nesta carta de princípios.

Artigo 6:- Sustentação Financeira: O SINDICATO e demais instâncias criarão formas de sustentação financeira que garantam o desenvolvimento da luta, a solidez de sua organização e o avanço da consciencia de classe. Todas as formas impostas pelo Estado ou outras formas de sustentação financeira que comprometam a autonomia sindical deverão ser abolidas e rejeitadas. A assembléia de trabalhadores ou o Congresso, no caso das instâncias superiores, serão soberanos para decidir sobre como arrecadar fundos, como distribuí-los pelos diversos itens do plano de ação sindical e como fazer a prestação de contas.

Artigo 7 - Democracia: a estrutura sindical deve ser um instrumento regido pela mais ampla democracia da classe trabalhadora em todos os níveis, em todos os seus organismos e instâncias, garantindo, desta forma, a mais ampla liberdade de expressão das correntes internas de opiniões, mantendo a unidade de ação.

5. JUSTIFICATIVA

A proposta de Estrutura Sindical da CUT, deve ter uma organicidade e um grau de originalidade que permita avançar na construção da CUT, de acordo com seus princípios. A proposta de Estrutura Sindical da CUT, deve ser a explicitação à nível organizativo, dos princípios da CUT. Assim, nossa proposta deve ser um dos instrumentos que teremos para nos ajudar a:

1. Construir uma sociedade sem exploração e democrática.
2. Construir a mais ampla democracia em todos os organismos e instâncias da CUT.
3. Construir a unidade da classe trabalhadora, lutando por sua independência econômica, política e organizativa.
4. Fortalecer a unidade de luta e a organização de base dos trabalhadores nos seus locais de trabalho.
5. Construir a liberdade e autonomia sindicais e um sindicato classista e combativo.
6. Construir a unidade com os movimentos populares e democráticos.
7. Construir e garantir a independência dos trabalhadores com relação aos patrões, ao governo, aos partidos políticos e aos credos religiosos.
8. Construir a solidariedade com todos os movimentos da classe trabalhadora e dos povos que caminham na perspectiva de uma sociedade livre e igualitária.

A discussão de cada elemento, que compõe uma proposta para uma nova estrutura sindical, deve ter como elemento norteador, a tarefa de construir a CUT, assegurando estes princípios. A cada momento devemos fazer a pergunta: - Qual proposta que mais ajuda a construir a CUT, dentro de seus princípios?

Foi nesta perspectiva que após participar de alguns congressos da CUT, ler as resoluções de alguns outros, participar de todos os seminários organizados pela Secr. de Formação, ler praticamente todo o material publicado sobre estrutura sindical, elaboramos esta proposta como subsídio para a discussão da Executiva Nacional da CUT.

...../

6. A ESTRUTURA SINDICAL

A nível da estrutura sindical, propomos:

- Comissão Sindical de Base,
- Sindicato por ramo de atividade econômica, de base estadual.
- Central Única dos Trabalhadores,

Como forma de organização da base, mas fora da estrutura sindical, propomos:

- Comissão de empresa,

6.1 ESTRUTURA DA CUT

- CUT Regional
- CUT Estadual
- CUT Nacional - departamentos por ramo de atividade econômica.

Por que a nível da base, Comissão Sindical de Base e Comissão de Empresa?

O QUE SE ENTENDE POR COMISSÃO DE EMPRESA E POR COMISSÃO SINDICAL DE BASE:

Comissão de empresa

A Comissão de Empresa é o organismo de representação dos interesses de todos os trabalhadores de uma empresa, sejam eles sindicalizados ou não. É portanto, o organismo unitário dos trabalhadores no interior da empresa. A comissão de empresa tem a função de ver o dia a dia da empresa: a questão do restaurante, da cantina, dos armários, da salubridade, do ritmo de produção. Tudo o que se refere ao dia a dia da empresa. A comissão de empresa não negocia acordos coletivos, essa é a função do sindicato, mas negocia acordos particulares referentes às questões internas específicas da empresa, podendo encaminhar greve se as reivindicações específicas não forem atendidas. Em relação à categoria as comissões de empresa se subordinam às decisões da assembléia.

A comissão de empresa é independente da estrutura sindical, é uma organização autônoma. A comissão de empresa mantém uma relação política com o sindicato, de apoio, crítica ou oposição à diretoria, conforme a política desenvolvida.

Comissão Sindical de Base

A comissão sindical de base, é uma extensão do sindicato dentro da fábrica, dentro da loja, da empresa. Essa comissão tem a função de levar a política do sindicato, aliás da direção do sindicato, da qual ela também faz parte, pois participa de um fórum de decisão do sindicato.

São funções da comissão sindical de base:

- representar os trabalhadores sindicalizados no local de trabalho,
- levar a política sindical do sindicato para dentro das fábricas, garantindo as resoluções dos congressos, assembleias, plenárias,
- promover a sindicalização,
- garantir o cumprimento dos acordos coletivos celebrados,
- levar para dentro da empresa, material de propaganda do sindicato,
- participar da plenária do sindicato e das federações,
- A comissão sindical de base é votada e composta apenas por sindicalizados.

Se analisarmos as funções de uma à outra, perceberemos que será dinamizada : a organização dos trabalhadores, o confronto com os patrões, a unidade dos trabalhadores na luta e na ação.

A Comissão de empresa por ser um órgão unitário será o espaço que os trabalhadores sindicalizados ou não, ligados às diferentes correntes sindicais, encontrarão para, de forma organizada, discutir os problemas do dia a dia da empresa, encaminhar propostas e reivindicações imediatas.

A Comissão sindical de base, será o elo de ligação da base sindicalizada com o seu sindicato. Ela garantirá a presença da base no sindicato, agilizando a ligação da base com sua direção sindical e política. É evidente que para as eleições das comissões de empresa, o sindicato terá interesse em apresentar chapa para concorrer. Defendendo esta proposta a CUT defende a organização democrática, de base de todos os trabalhadores, a existência de órgãos unitários e democráticos.

- COMISSÃO SINDICAL DE BASE: em cada local de trabalho a Comissão Sindical de Base terá a seguinte composição numérica:

- até 50 trabalhadores 3 membros
- 51 a 100 trabalhadores..... 5 membros
- 101 a 1.000 trabalhadores.....11 membros
- 1001 a 3.000 trabalhadores.....21 membros
- 3.001 a 5.000 trabalhadores.....31 membros
- 5.001 a 8.000 trabalhadores.....51 membros
- 8001 a 12.000 trabalhadores.....71 membros
- 12.001 a 20.000 trabalhadores.....81 membros
- acima de 20.000 trabalhadores.....91 membros, acrescentando-se mais 1 membro a cada 2.000 trabalhadores

- Os órgãos de decisão da Comissão Sindical de Base serão os seguintes:

- a)- Assembléia dos trabalhadores sócios do local de trabalho
- b)- Direção: coordenador, vice-coordenador e secretário, podendo a direção criar outros cargos que achar convenientes.

- As eleições sindicais para a Comissão Sindical de Base serão realizadas da seguinte forma:

- a)- votam todos os sindicalizados maiores de 16 anos em dia com as suas obrigações e com, pelo menos, 1 mês de sócio;
 - b)- podem ser votados todos os sindicalizados maiores de 16 anos em dia com suas obrigações e com, pelo menos, 6 meses de sócio; as eleições serão feitas através de chapas ou de listas sendo vencedor quem obtiver maior número de votos válidos recolhidos; para que a eleição seja válida, será necessário alcançar um quorum de, pelo menos, 50% dos votantes no primeiro escrutínio, sendo que, no segundo escrutínio, será válida com qualquer quorum;
- as eleições sindicais serão coordenadas, desde a sua convocação até a tomada de posse da nova Direção, por uma COMISSÃO ELEITORAL escolhida pela assembléia dos trabalhadores sócios do respectivo local de trabalho;
- ocorrendo problemas ou impasses que não puderem ser resolvidos pela COMISSÃO ELEITORAL, esta deverá convocar a Assembléia dos sócios para decidir;
- a eleição será pela forma direta.

- A duração do mandato da COMISSÃO SINDICAL DE BASE será de 2 (dois) anos.

QUESTÕES E ENCAMINHAMENTOS PARA ORIENTAR OS DEBATES:

- Questões: a) Teremos em cada local de trabalho uma COMISSÃO SINDICAL DE BASE ligada à nova estrutura sindical, constituindo-se como a representação do Sindicato?
- b) No caso dos trabalhadores rurais em regime de trabalho familiar, dos trabalhadores autônomos urbanos, dos trabalhadores aposentados, a COMISSÃO SINDICAL DE BASE poderá ser organizada por vilas, bairros, distritos, regiões?

- a) Em todos os locais de trabalho onde já for possível, devemos criar a COMISSÃO SINDICAL DE BASE. Para tal criação, devemos garantir que haja um trabalho de organização anterior. O Sindicato deve coordenar este processo, evitando assim que a classe patronal interfira na COMISSÃO SINDICAL DE BASE. Pautar-se pelas normas básicas aqui expostas.
- b) Enquanto não for aprovada lei que dê garantia à Comissão Sindical de Base, incluir na pauta de reivindicações tal garantia sindical.

Comissão de empresa

A elaboração dos estatutos, a definição do processo eleitoral e da estrutura organizativa da comissão, serão decididas em assembléia pelo conjunto dos trabalhadores da empresa.

7. SINDICATO DE BASE

A CUT se tornará forte e combativa, na medida em que tivermos sindicatos também fortes e combativos.

Analisando a distribuição geográfica dos trabalhadores constatamos que, apesar do intenso processo de urbanização no Brasil, a tendência é de um lado, a existência de um número reduzido de cidades grandes que concentram massas de trabalhadores, de outro a existência de milhares de pequenos e médios núcleos urbanos. Se tivermos sindicatos de base estadual, a totalidade de trabalhadores terá opção de sindicalizar-se, construindo no estado, a unidade de todos os trabalhadores por ramo de atividade econômica. A organização nos diferentes municípios será feita através de delegacias, sub-sedes, regionais, etc. A existência no estado de sindicatos por ramo de atividade, de base estadual, permitirá a união dos trabalhadores que se articularão com uma única direção sindical e política.

A existência de sindicatos de base estadual, se faz necessária também, se quisermos uma CUT forte e combativa, se pensarmos que a Conclat, conseqüente com seu pluralismo, optou por criar outra Central quebrando a unidade dos trabalhadores.

A articulação e unidade de todos os sindicatos por ramo de atividade econômica, será feita no interior da CUT estadual. Assim como

a unidade das sub-sedes, delegacias ou regionais, se fará no interior das CUT's regionais.

As funções do SINDICATO DE BASE serão as seguintes:

- a) representar os trabalhadores sindicalizados em sua base,
- b) celebrar os acordos coletivos, respeitadas as demais instâncias; tais acordos serão extensivos a todos os trabalhadores.
- c) elaborar e levar o seu plano de ação sindical para o conjunto dos trabalhadores de sua base;
- d) coordenar as atividades do conjunto das COMISSÕES SINDICAIS DE BASE;
- e) dirigir o conjunto de sua base dentro das deliberações de seus congressos, assembleias, plenárias e estatutos;
- f) participar das instâncias superiores dentro das deliberações dos Congressos e Assembleias, plenárias e estatutos;

Os órgãos de decisão do SINDICATO DE BASE serão os seguintes.

- a) Congresso
- b) Assembléia Geral
- c) Plenária
- d) Direção com Executiva
- e) Conselho Fiscal

- A composição do Congresso, da Direção com Executiva e do Conselho Fiscal deverá ser definida pelos Estatutos do SINDICATO DE BASE. A Plenária do Sindicato de Base será composta pelos membros da Direção do Sindicato de Base e por membros das Comissões Sindicais de Base em nº a ser definido pelos estatutos da entidade.

7.1 ELEIÇÕES SINDICAIS

As eleições sindicais para a escolha da Direção do Sindicato de Base serão realizadas da seguinte maneira:

- Votam todos os sindicalizados maiores de 16 anos, com pelo menos 1 mês de sócio e que estejam em dia com suas obrigações.
- podem ser votados todos os sindicalizados maiores de 16 anos e com pelo menos, seis meses de sócio;
- as eleições serão feitas através de chapas, sendo ven

cedora a que obtiver maior número de votos válidos recolhidos, para que a eleição seja válida, será necessário alcançar um quórum de, pelo menos 50% dos votantes no primeiro escrutínio, sendo que no segundo escrutínio será válida com qualquer quorum;

As eleições serão coordenadas, a partir do momento do encerramento das inscrições de chapas, por uma COMISSÃO IGUALITÁRIA de membros indicados pelas chapas concorrentes, podendo ser ou não da chapa. Em caso de haver empate no número de membros da Comissão Igualitária, esta deverá indicar um nome de consenso para compor a Comissão. Não havendo consenso a Comissão deve convocar uma assembléia dos sócios que decidirá sobre o nome a ser incorporado à Comissão Igualitária;

A comissão igualitária garantirá que as condições de igualdade às chapas concorrentes sejam preservadas. Após ter dado posse à nova Diretoria, termina a missão da Comissão Igualitária;

A eleição será feita pela forma direta.

A duração do mandato da Diretoria do SINDICATO DE BASE será de três anos.

Para assegurar o avanço da democracia e da unidade dos trabalhadores e a construção da CUT pela base, de forma sólida, cremos que as eleições devem ser pelo processo de maioria absoluta em dois turnos: Se no 1º escrutínio nenhuma das chapas detiver metade mais um, dos votos ; no 2º escrutínio (2º turno) concorrem as duas chapas que obtiveram o maior número de votos. Por que ?

Não devemos partir do simplismo, ganhou, levou.

Um sindicato por ramo de atividade, para ser forte, precisa estar organizado na base e ter uma direção sindical e política aceita por esta base. Se houver mais de duas chapas, o 2º turno permite articular alianças que ficarão definidas publicamente para a categoria. Se houver trabalho de base, real, o 2º turno confirmará o resultado do 1º.

8. CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES

A articulação nacional dos sindicatos de base por ramo de atividade econômica será feita no interior da propria CUT, através de departamentos específicos, subordinados à Direção Nacional. Também será a CUT Nacional que fará a articulação dos vários ramos de atividade econômicas, entre si.

9. NORMAS BÁSICAS SOBRE O ESTATUTO SINDICAL

Os estatutos do SINDICATO DE BASE serão elaborados e aprovados pelas respectivas assembleias dos sócios, tendo como referência os princípios e as normas básicas aqui expostas. A Comissão Sindical de Base será regulamentada pelo Estatuto do Sindicato, obedecendo aos princípios e normas básicas aqui expostas.

QUESTÕES E ENCAMINHAMENTOS PARA ORIENTAR OS DEBATES:



QUESTÕES:

- a) Deve existir um ESTATUTO PADRÃO?
- b) Deve existir um ESTATUTO-GUIA como indicativo?
- c) Devem existir PRINCÍPIOS E NORMAS BÁSICAS sendo que os aspectos específicos ficarão para ser decididos por cada Sindicato e demais instâncias superiores?
- d) Cada Sindicato deve elaborar seus Estatutos como achar melhor, sem mesmo existir um conjunto de PRINCÍPIOS E NORMAS BÁSICAS COMUNS?



ENCAMINHAMENTOS POSSÍVEIS:

- a)- Cada Sindicato ou Entidade superior deverá realizar as mudanças de seus Estatutos dentro da nova concepção sindical.
- b)- A CUT deve divulgar amplamente os PRINCÍPIOS E NORMAS BÁSICAS definidas pela PLENÁRIA NACIONAL e orientar todos os seus filiados no que tange às modificações que poderão ser realizadas.

10. NORMAS BÁSICAS SOBRE O ENQUADRAMENTO SINDICAL

Como referência básica para o enquadramento sindical, será considerado o quadro geral de atividades econômicas e serviços abaixo, com respectivos critérios:

O enquadramento sindical será feito por ramo de atividade econômica e de serviços, tanto no setor privado quanto no setor público, podendo o SINDICATO ser de base municipal, inter-municipal, estadual, inter-estadual e nacional.

Quando numa determinada empresa houver trabalhadores de diversos ramos de atividade econômica ou de serviços, prevalece o ramo de atividade principal. Em caso de dúvida, os trabalhadores decidirão em assembleia a que sindicato se filiar.

10.1 Ramo de Atividade Econômica Agro-pecuária: serão enquadrados como trabalhadores rurais todos os assalariados rurais e todos os que exercem atividade rural em regime familiar de produção e que não explorem mão-de-obra de forma sistemática. Os casos duvidosos ou excepcionais serão decididos pela assembleia dos trabalhadores.

10.2 Ramo de Atividade Econômica Industrial: serão enquadrados como trabalhadores na indústria todos os assalariados dos diversos ramos de atividades industriais.

10.3 Ramo de Atividade do Comércio e Serviços: serão enquadrados como trabalhadores no comércio e nos serviços todos os assalariados dos ramos de atividades do comércio e dos serviços.

10.4 Ramo de Atividade dos Serviços Públicos: serão enquadrados como trabalhadores funcionários públicos todos os assalariados municipais, estaduais e federais, constituindo cada qual o seu Sindicato.
No caso do SINDICATO DOS TRABALHADORES FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, sua base pode abranger várias Prefeituras geograficamente próximas e que reúnam um determinado número expressivo de trabalhadores.
No caso dos SINDICATOS DE TRABALHADORES FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS E FEDERAIS, cada um se organizará com base Estadual.

10.5 Ramo de Atividade Econômica dos Autônomos Urbanos: serão enquadrados como trabalhadores autônomos urbanos todos os que exercem atividade econômica ou serviços por conta própria e que não exploram mão-de-obra assalariada. Poderá ser formado SINDICATO reunindo os diversos ramos de atividade econômica e serviços.

Ramo dos Inativos: serão enquadrados como aposentados todos os trabalhadores do conjunto dos ramos de atividades econômicas e serviços de origem e que não mais exercem a sua atividade por motivo de aposentadoria. O SINDICATO DOS TRABALHADORES APOSENTADOS reunirá, num mesmo SINDICATO, trabalhadores das diversas atividades de origem, aglutinando um número expressivo de trabalhadores.

A Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores se incumbirá da tarefa do enquadramento sindical, reunindo todos os dados técnicos necessários, ouvindo as assembleias de trabalhadores, os estudos e opiniões das direções sindicais de todas as instâncias e de todos os ramos de atividades econômicas e de serviços.

ENCAMINHAMENTOS PARA ORIENTAR OS DEBATES:

1. Questões: Hoje, o enquadramento sindical é feito com base no "quadro de atividades e profissões" estabelecido na CLT conforme o Artigo 577 e anexo, sendo revisto de dois em dois anos pela Comissão de Enquadramento Sindical. As questões que se colocam são, pelo menos, as seguintes:

- a) Tomaremos como referência a classificação que a CLT faz, iniciando um processo de aglutinação, num mesmo sindicato, dos ramos de atividade econômica e de serviços afins?
- b) No caso dos Funcionários Públicos que não têm nenhuma organização sindical, como faremos a sua classificação? Pelos três níveis de funcionários públicos: Municipal, Estadual e Federal? Por ramos específicos de serviços: ramo da saúde, da educação, dos Bancos, etc.?
- c) Tomaremos como base para a classificação dos diversos ramos de atividades econômicas e de serviços o quadro inicial acima proposto nos parágrafos de 1 a 6 do Artigo 10?
- d) Como a questão do Enquadramento Sindical depende de estudos e pesquisas e de consultas amplas aos diversos ramos de atividades econômicas e de serviços, deixaremos que a Direção Nacional da CUT faça os devidos encaminhamentos?

11. NORMAS BÁSICAS DE SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA

As assembleias dos Trabalhadores dos Sindicatos de Base e os respectivos Congressos das diversas instâncias superiores deverão decidir sobre as formas de ARRECADAÇÃO FINANCEIRA, sobre a APLICAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS e sobre a FORMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS preservando o princípio exposto no capítulo I, Seção I artigo 6.

QUESTÕES E ENCAMINHAMENTOS PARA ORIENTAR OS DEBATES:



- Questões:
- a) Hoje, a sustentação financeira dos sindicatos depende do IMPOSTO SINDICAL na proporção média que varia entre 40% a 60%. Como fica a sustentação financeira, caindo o Imposto Sindical?
 - b) Se aprovada a Convenção 87 da OIT, cai o Imposto Sindical. Nós defendemos a Convenção 87. Como conciliar essa defesa com a defesa da abolição gradual do Imposto Sindical?

ENCAMINHAMENTOS POSSÍVEIS:

- a)- Avançar na criação e ampliação das formas autônomas de sustentação financeira dos sindicatos: sindicalização, taxa de luta sobre os acordos coletivos anuais, sobre os acordos específicos, taxa sobre a produção de bens agrícolas para o caso do campo etc.
- b)- revisão do quadro assistencial dos sindicatos, passando essa tarefa ao Estado;
- c)- Reordenar as finanças do sindicato de acordo com um plano prioritário de atividades decidido em assembléia e de acordo com a concepção de um sindicato de luta.

Anexo 3

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT
ARRANJO/CLASSIFICAÇÃO

Presidência

Vice-Presidências Regionais

Secretaria de Administração e Finanças

Setor de Administração

Setor de Arrecadação

Setor de Contas a Pagar

Setor de Contabilidade

Setor de Gestão de Pessoas

Setor de Projetos

Secretaria de Combate ao Racismo

Secretaria de Comunicação (SECOM)

Fórum Nacional de Lutas

Secretaria-Geral (SG)

Centro de Apoio Logístico (CAL)

Setor de Agenda

Setor de Cadastro

9º CONCURTO

10º CONCURTO

Setor de Eventos

Setor de Protocolo

Centro de Apoio Político (CAP)

Assessoria de Formação

Assessoria de Organização

Assessoria de Políticas Sindicais

Assessoria de Políticas Sociais

Assessoria de Relações Internacionais

Grupo de Trabalho CUT/CGT/Força Sindical sobre Previdência Social

Grupo de Trabalho sobre Estatais

Grupo de Trabalho sobre Formação Profissional

Grupo de Trabalho sobre Reestruturação Produtiva

Grupo de Trabalho sobre Reforma Administrativa

Centro de Documentação e Memória Sindical

Comissão para Acompanhamento do pedido de CPI da CUT

Comando Nacional de Mobilizações

Comissão Nacional dos Rurais

Comissão Organizadora do 1º CONCUT 1984

Comissão Organizadora do 2º CONCUT 1986

Comissão Organizadora do 3º CONCUT 1988

Comissão Organizadora do 4º CONCUT 1991

Comissão Organizadora do 5º CONCUT 1994

Comissão Organizadora do 6º CONCUT 1997

Comissão Organizadora do 7º CONCUT 2000

Comissão Organizadora do 8º CONCUT 2003

Comissão Organizadora do 9º CONCUT 2006

Comissão Organizadora do 10ª CONCUT 2009

Comissão Organizadora do 11º CONCUT 2012

Conselho Jurídico da CUT

Escritório da CUT em Brasília

Núcleo de Negociações Coletivas

Plenária Nacional de 1985

Plenária Nacional de 1987

Plenária Nacional de 1989

Plenária Nacional de 1990

Comissão Organizadora da 5ª Plenária Nacional

Comissão Organizadora da 6ª Plenária Nacional
Comissão Organizadora da 7ª Plenária Nacional
Comissão Organizadora da 8ª Plenária Nacional
Comissão Organizadora da 9ª Plenária Nacional
Comissão Organizadora da 10ª Plenária Nacional
Representações da CUT nos Organismos Tripartites
Secretaria da Executiva
Secretariado da Executiva Nacional

Secretaria de Imprensa e Divulgação (SID)

Secretaria Nacional de Formação (SNF)

Coordenação do Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores
Coordenação do Projeto CUT-CONTAG
Grupo de Trabalho Política Nacional de Formação
Programas de Formação

Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora (SNMT)

Secretaria Nacional de Organização (SNO)

Grupo Temático de Sistema Democrático de Relações de Trabalho

Secretaria de Políticas Sindical (SPS)

Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora
Núcleo Temático de Gênero
Comissão Nacional de Tecnologia e Automação
Grupo Jurídico da CUT
Grupo de Trabalho sobre o Mercosul
Grupo de Trabalho sobre Reestruturação Produtiva
Grupo de Trabalho sobre Reforma Sindical
Núcleo de Trabalho Sobre Revisão Constitucional

Secretaria de Políticas Sociais (SPSO)

Coletivo Nacional de Juventude

Comissão Nacional de Combate a Discriminação Racial
Comissão Nacional de Educação
Comissão Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Comissão Nacional de Prevenção à AIDS
Comissão Nacional sobre o Meio Ambiente
Comissão Nacional de Seguridade Social
Comissão Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência

Secretaria de Relações Internacionais (SRI)

Coordenação do Projeto CUT Multi
Grupo de Trabalho sobre o Mercosul
Comissão Organizadora da Conferência Latino-Americana Contra o Pagamento da Dívida Externa

Tesouraria

Centro de Apoio Financeiro (CAF)
Setor de Administração
Setor de Arrecadação
Setor de Contabilidade
Setor de Contas a Pagar
Setor Fiscal
Setor de Orçamentos e Projetos
Setor de Recursos Humanos
Comissão de Acompanhamento de Projetos
Gerência Financeira

Núcleo Temático de Gestão Sindical

Instituto Nacional de Formação (INF)

Secretaria de Finanças

São Paulo, 18 de junho de 2014.

Centro de Documentação e Memória Sindical